

ANAIS XXIII SIMPÓSIO DE PESQUISA CIENTÍFICA EDUVALE

AGRONOMIA	9
ACESSO AO CRÉDITO RURAL DO PRONAF: DESAFIOS ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES DO ASSENTAMENTO CINTURÃO VERDE EM DOM AQUINO-MT ..	9
ADIÇÃO DE PRODUTO BIOLÓGICO NO TRATAMENTO DE SEMENTES NA CULTURA DO FEIJÃO PRETO	10
AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	10
ANÁLISE DA GERMINAÇÃO DA SOJA EM DIFERENTES TEXTURAS DE SOLO .	11
APLICAÇÃO DE CINZAS DE EUCALIPTO COMO FONTE ALTERNATIVA DE NUTRIENTES NO CULTIVO DE RÚCULA	12
AVALIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE DO MILHO HÍBRIDO KWS 7510 VIP 3 SUBMETIDO AO TRATAMENTO BIOLÓGICO DE SEMENTE	13
CONTROLE DE <i>Spodoptera frugiperda</i> NA CULTURA DO ALGODÃO	14
DESAFIOS NA ADOÇÃO DO CONTROLE BIOLÓGICO DE PRAGAS NA OLERICULTURA FAMILIAR	15
EFEITO DE DIFERENTES TEMPERATURAS NA ECLOSÃO DE OVOS DO PERCEVEJO MARROM (<i>Euschistus heros</i>)	16
EFEITO DO ARMAZENAMENTO PÓS-COLHEITA NAS CARACTERÍSTICAS MORFOLÓGICAS DO PIMENTÃO	17
EFEITOS DO ARMAZENAMENTO DA SOJA	18
EFICIÊNCIA DA ADUBAÇÃO COM HÚMUS DE MINHOCAS NO CULTIVO DO ALFACE	19
ENFEZAMENTOS DO MILHO: TRANSMISSÃO PELA CIGARRINHA (<i>Dalbulus maidis</i>) E ESTRATÉGIAS DE MANEJO	20
FATORES QUE INFLUENCIAM NO ENRAIZAMENTO DE MUDAS DE LIMÃO TAITI (<i>Citrus latifolia</i> Tanaka)	21
GERMINAÇÃO DE SEMENTES DE QUIABO (<i>Abelmoschus esculentus</i> L.) SOB DIFERENTES SUBSTRATOS E CONDIÇÕES DE CULTIVO	22
IMPACTOS AMBIENTAIS DA INFESTAÇÃO DE <i>Amaranthus palmeri</i>	23
IMPORTÂNCIA DA ADUBAÇÃO NITROGENADA NA CULTURA DO MILHO	24
INFLUÊNCIA DA ALTURA DE PASTEJO NO SUCESSO DA PRODUÇÃO	25
INFLUÊNCIA DA IDADE DA CERA NO DESENVOLVIMENTO DAS ABELHAS-OPERÁRIAS E NO DESEMPENHO PRODUTIVO	26

INFLUÊNCIA DE DIFERENTES CONDIÇÕES DE LUMINOSIDADE NA GERMINAÇÃO DE RÚCULA (<i>Eruca sativa</i> Thell.)	27
O MANEJO DO SOLO E A PRODUÇÃO ANIMAL SOB A INTEGRAÇÃO LAVOURA-PECUÁRIA (ILP).....	28
O USO DO REGULADOR (CLORETO DE MEPIQUAT) NO CRESCIMENTO DA CULTURA DO ALGODÃO.....	29
PASTAGEM COMO ALIADA AO BEM ESTAR BOVINO	30
POTENCIAL AGRONÔMICO E APLICAÇÕES SUSTENTÁVEIS DA <i>Moringa oleifera</i>: EVIDÊNCIAS RECENTES E DESAFIOS REGULATÓRIOS NO BRASIL.....	30
POTENCIAL DE SUBSTÂNCIAS BIOATIVAS NA QUALIDADE FISIOLÓGICAS DE SEMENTES DE MILHO	31
CRESCIMENTO E QUALIDADE DE MUDAS DE ALFACE SOB DOSES DE ESTERCO CAPRINO EM SUBSTRATO	32
SILAGEM SUSTENTÁVEL	33
TECNOLOGIA E SUSTENTABILIDADE COMO FATORES DETERMINANTES NO CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO DE SOJA NO BRASIL.....	34
MANEJO DE PASTAGENS: IMPACTOS, DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A SUSTENTABILIDADE DA PECUÁRIA.....	35
UTILIZAÇÃO DE SIMULADOR DE CHUVA NA ANÁLISE DAS PERDAS DE ÁGUA E SOLO EM SISTEMA DE PLANTIO CONVENCIONAL E PLANTIO DIRETO	36
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	37
A ATUAÇÃO CONTÁBIL NA FASE RECURSAL DAS LICITAÇÕES PÚBLICAS EM JACIARA/MT (2021-2024)	37
A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE E GOVERNANÇA CORPORATIVA EM EMPRESAS FAMILIARES.....	38
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO: SUPERÁVIT E DÉFICIT	39
CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO: PRINCIPAIS TIPOS DE PROCESSO ADMINISTRATIVOS SANCIONADOS	39
DIREITO	41
A ADOÇÃO NO BRASIL: DESAFIOS JURÍDICO, SOCIAIS E O IMPACTO DA ADOÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE FAMÍLIAS HOMOAFETIVAS	41
A DISPENSA DE LICITAÇÃO NO VALE DO SÃO LOURENÇO: OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA EMPRESÁRIOS INDIVIDUAIS E MICROEMPRESAS	42
A EFICÁCIA DAS MEDIDAS PROTETIVAS E A LEI MARIA DA PENHA NA PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA NOS CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA... 	43
A EFICÁCIA DO CEJUSC NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: ANÁLISE DOS MÉTODOS DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO NO DIREITO DE FAMÍLIA	44
A IMPORTÂNCIA DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA - FILTRO PARA O CÁRCERE	45

A LEI BERENICE PIANA E O ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR NO SUS: ENTRE A LEGISLAÇÃO E A MATERIALIDADE	46
A PROTEÇÃO JURÍDICA DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO BRASIL	47
A RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS DO AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE MATO GROSSO: OBSTÁCULOS E SOLUÇÕES	48
A REFORMA TRIBUTÁRIA E SEUS POSSÍVEIS IMPACTOS NO AGRONEGÓCIO DO ESTADO DE MATO GROSSO	49
ACESSIBILIDADE DIGITAL E A LEI Nº 14.129/2021: UM ESTUDO SOBRE A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	50
ADULTIZAÇÃO INFANTIL NA ERA DIGITAL: UM DIÁLOGO ENTRE PSICOLOGIA E DIREITO	51
ANÁLISE ACERCA DA IMPORTÂNCIA DA PERÍCIA MÉDICA NO PROCESSO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE	52
ANÁLISE SOBRE A NECESSIDADE DE IMPLEMENTAR O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA	53
APOSENTADORIA RURAL E REFORMA PREVIDENCIÁRIA: IMPACTOS E DESAFIOS PARA OS TRABALHADORES DO VALE DO SÃO LOURENÇO/MT	54
AS BARREIRAS INVISÍVEIS: DIFICULDADES DOS PRESOS COM TORNOZELEIRA ELETRÔNICA NO MERCADO DE TRABALHO	55
AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS ESTABELECIDAS NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA, LEI Nº 8.069/90) E A FALTA DE EFICÁCIA PARA RESSOCIALIZAÇÃO	56
DO CÁRCERE À CONVIVÊNCIA SOCIAL: DESAFIOS DA RESSOCIALIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO	56
COMPLIANCE AMBIENTAL NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: ANÁLISE E DESAFIOS DA REFORMA DO CÓDIGO FLORESTAL FRENTE ÀS BARREIRAS VERDES DA UNIÃO EUROPEIA	57
CRIMINOLOGIA E REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE	58
DA TV À ERA DIGITAL: A MONETIZAÇÃO INFANTIL NA MÍDIA BRASILEIRA SOB A ÓTICA JURÍDICA	59
DESAFIOS NA APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.431/2017: ANÁLISE DO DEPOIMENTO ESPECIAL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DESCONHECIDOS PELA POPULAÇÃO DE JACIARA-MT.....	60
DIREITO A ASSISTÊNCIA SOCIAL DAS FAMÍLIAS RURÍCOLAS EM JACIARA ..	61
DIREITOS E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS: UMA ANÁLISE DA TUTELA JURÍDICA E DOS ASPECTOS SOCIAIS NO VALE DO SÃO LOURENÇO	62
DO SISTEMA PRISIONAL: UM ESTUDO SOBRE A SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA NO ESTADO DO MATO GROSSO	63

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E ENRIQUECIMENTOS ILÍCITO: DESAFIOS INSTITUCIONAIS NO COMBATE À CORRUPÇÃO	64
INCLUSÃO, ACESSIBILIDADE E DIREITOS HUMANOS NO DIREITO DIGITAL: UMA ANÁLISE DO MARCO CIVIL DA INTERNET	65
INFÂNCIA EM RISCO: ADULTIZAÇÃO DIGITAL E OS DESAFIOS DO DIREITO NA ERA DOS ALGORITMOS	66
JUÍZO DAS GARANTIAS COMO MECANISMO DE REDUÇÃO DA CONTAMINAÇÃO COGNITIVA DO MAGISTRADO	67
LEI MARIA DA PENHA APLICADA PARA A PROTEÇÃO DE CASAIS HOMOAFETIVOS E DE MULHERES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS	68
MEIO AMBIENTE DIGITAL	69
O CONTROLE DA JORNADA DE TRABALHO DOS MOTORISTAS: UMA ANÁLISE DA LEI Nº 13.103/2015.....	71
O DESAFIO DAS ALERGIAS A MEDICAMENTOS NO SUS DE MATO GROSSO....	72
PERSPECTIVAS ACERCA DA CONSTITUCIONALIDADE DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO FRENTE AO DIREITO À LEGÍTIMA DEFESA NO ESTADO DE MATO GROSSO.....	73
RESPONSABILIDADE CIVIL EM CASOS DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - ESTUDO JURISPRUDENCIAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO	74
A DISPENSA DE LICITAÇÃO NO VALE DO SÃO LOURENÇO: OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA EMPRESÁRIOS INDIVIDUAIS E MICROEMPRESAS	75
ACESSIBILIDADE DIGITAL E A LEI Nº 14.129/2021: UM ESTUDO SOBRE A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	76
DIREITOS E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS: UMA ANÁLISE DA TUTELA JURÍDICA E DOS ASPECTOS SOCIAIS NO VALE DO SÃO LOURENÇO	77
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A EFICÁCIA DO PROGRAMA TENORJUS EM CAMPO VERDE-MT.....	78
ENFERMAGEM	79
ANÁLISE DA TAXA DE NATALIDADE DE NASCIDOS VIVOS NO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE (MT), 2020-2024.....	79
ASPECTOS ASSOCIADOS AO RISCO DE IDEAÇÃO SUICIDA ENTRE ENFERMEIROS: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	80
ATIVIDADES CURRICULARES EXTENSÃO: HIGIENE, PRIMEIROS SOCORROS E DICAS DE SEGURANÇA NA INFÂNCIA.....	81
BARREIRAS E DESAFIOS NO EXERCÍCIO DA ENFERMAGEM COM MULHERES NO SISTEMA PRISIONAL.....	82
CÂNCER DE COLO DE ÚTERO NO BRASIL (2020-2025): TENDÊNCIAS EPIDEMIOLÓGICAS, COBERTURA VACINAL E DESAFIOS REGIONAIS	83
CONTRIBUIÇÕES DA ENFERMAGEM PARA REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA RELACIONADA À PRÉ-ECLÂMPSIA.....	84

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DA ENFERMAGEM NO CUIDADO INTEGRAL A PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)	85
EVOLUÇÃO DA COBERTURA VACINAL INFANTIL NO BRASIL (1994-2021): RISCOS EPIDEMIOLÓGICOS E DESAFIOS PÓS-PANDEMIA.....	86
HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA: DESAFIOS NA PREVENÇÃO E CONTROLE EM ADULTOS BRASILEIROS.....	87
HUMANIZAÇÃO NA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA: A RELEVÂNCIA DO ENFERMEIRO NO ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	89
INDICADORES DE SAÚDE DO HOMEM NO BRASIL: ANÁLISE DOS DADOS DO ANO DE 2010.....	90
INDICADORES DE TUBERCULOSE NA REGIÃO DO CENTRO-OESTE DO BRASIL, NOS ANOS DE 2020 E 2024	91
INTERVENÇÕES DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA LESÃO POR PRESSÃO EM PACIENTES ACAMADOS NO ÂMBITO HOSPITALAR	92
PANORAMA DA MORTALIDADE DE MULHERES EM IDADE FÉRTIL NO ESTADO DE MATO GROSSO: EVIDÊNCIAS DO PERÍODO 2019-2023	93
ENGENHARIA CIVIL	94
APLICAÇÃO DE RCC RECICLADO EM CAMADAS DE BASE E SUB-BASE DE PAVIMENTOS FLEXÍVEIS: ANÁLISE DE VIABILIDADE AMBIENTAL E TÉCNICO-ECONÔMICA.....	94
ANÁLISE DA COBERTURA VERDE COMO UMA SOLUÇÃO PARA CENTROS URBANOS	95
CARACTERÍSTICAS E FUNCIONAMENTO: COMO AS ESTACAS STRAUSS PODEM SER UTILIZADAS EM FUNDAÇÕES PROFUNDAS E COMO PREVENIR PROBLEMAS PATOLÓGICOS.....	96
PRÉ-MOLDADOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL: INOVAÇÃO FOCADA EM EFICIÊNCIA, SUSTENTABILIDADE E CRESCIMENTO.....	97
A RELEVÂNCIA DA SONDAGEM SPT EM FUNDAÇÕES.....	98
ESTABILIZAÇÃO DO SOLO EM PAVIMENTOS FLEXÍVEIS COM EMULSÃO ASFÁLTICA	99
INFLUÊNCIA DA ÁGUA NA ESTABILIDADE DE MUROS DE ARRIMO.....	100
FISIOTERAPIA.....	101
A IMPORTANCIA DA FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIA PÓS PANDEMIA COVID-19	101
KINESIO TAPING: EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS NA FISIOTERAPIA DESPORTIVA	102
MODELOS DE NEGÓCIOS PARA CLÍNICAS DE FISIOTERAPIA EM CARÁTER DOMICILIAR.....	103
MEDICINA VETERINÁRIA.....	104

MODIFICAÇÕES COMPORTAMENTAIS CAUSADAS POR ESTRESSE EM ANIMAIS.....	104
A IMPORTÂNCIA DO COMPORTAMENTO MATERNAL PARA A SOBREVIVÊNCIA E PRODUTIVIDADE EM MAMÍFEROS DOMÉSTICOS.....	105
ABANDONO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS: UMA QUESTÃO SOCIAL, SANITÁRIA E ECONÔMICA.....	106
ALIMENTAÇÃO HUMANIZADA E PRÁTICAS INADEQUADAS DE TUTORES DE ANIMAIS DE COMPANHIA	107
BARREIRAS E PERSPECTIVAS NA PRODUÇÃO DE VACINAS CONTRA ERLIQUIOSE MONOCÍTICA CANINA	108
BEM-ESTAR E MANEJO DE EQUINOS EM EVENTOS AGROPECUÁRIOS	110
COMPORTAMENTO SOCIAL E BEM-ESTAR DE AVES DOMÉSTICAS.....	111
IMPORTÂNCIA DA VACINAÇÃO EM ANIMAIS DOMÉSTICOS: PANORAMA ATUAL NO BRASIL.....	112
POTENCIAL TERAPÊUTICO DOS QUELÔNIOS NA ZOOTERAPIA INFANTIL... 	113
VERMINOSES EM CÃES E GATOS: RISCOS À SAÚDE PÚBLICA E ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS DE CONTROLE	114
ZOONOSES DE IMPORTÂNCIA NA SAÚDE PÚBLICA: O PAPEL DO MÉDICO VETERINÁRIO	115
PSICOLOGIA.....	116
A DOR QUE NINGUÉM VÊ: QUANDO A FIBROMIALGIA FALA POR TODO O CORPO.....	116
A CONSTRUÇÃO IMAGINÁRIA DE UMA SOCIEDADE PERFEITA: UMA REVISÃO DA OBRA <i>WALDEN II</i>, DE B. F. SKINNER.....	117
A CULPA É DELAS? — QUANDO O AMOR SE TRANSFORMA EM PRISÃO E DEIXA CICATRIZES EMOCIONAIS.....	118
A INVISIBILIDADE POR TRÁS DO BAIXO DESEMPENHO: CONSEQUÊNCIAS DA DEPRESSÃO PARA COLABORADORES E ORGANIZAÇÕES	119
A VITRINE DO DESEJO: OS EFEITOS PSICOLÓGICOS DA CRIAÇÃO DE CONTEÚDO ADULTO	120
ÁLCOOL: NOVO VILÃO PÓS BARIÁTRICA.....	121
CRIANÇAS E O USO DE TELAS: UMA GERAÇÃO QUE NASCE CONECTADA ...	122
DIAGNÓSTICO TARDIO, CAMUFLAGEM SOCIAL E IDEACÃO SUICIDA EM MULHERES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	123
ELIAS NO SETTING TERAPEUTICO: ECOS DO CANSAÇO DE UM PROFETA... 	124
ENTRE INVISIBILIDADES E DIAGNÓSTICOS DO TDAH EM MULHERES: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	125
ENTRE LETRAS E EMOÇÕES: A ALFABETIZAÇÃO INCLUSIVA E OS DESAFIOS PSICOLÓGICOS DO TEA.....	126

GALINHA TERAPEUTA: QUAL O PODER DOS ANIMAIS NO BEM-ESTAR DE PESSOAS?	127
HIGIENE DO SONO: POR QUE DORMIMOS MAL E COMO MELHORAR?	128
INTEGRAÇÃO SENSORIAL: COMPREENDENDO OS SENTIDOS.....	129
INTIMIDADE PÚBLICA: OS EFEITOS PSÍQUICOS DA EXPOSIÇÃO DO CORPO NO MERCADO DIGITAL	130
INVISIBILIDADE DAS DEFICIÊNCIAS OCULTAS NO COTIDIANO	131
MATERNIDADE EM CENA: DA ESPETACULARIZAÇÃO DIGITAL À INVISIBILIDADE DO PUERPÉRIO: INTERFACES COM A SAÚDE MENTAL MATERNA	131
MISSÃO APRENDIZAGEM: O PAPEL DA PSICOLOGIA ESCOLAR.....	132
MULHERES QUE ROMPEM CORRENTES: AUTONOMIA ECONÔMICA COMO ESTRATÉGIA DE SUPERAÇÃO.....	133
O ALCOOLISMO NA MÍDIA: UM ESTUDO DE CASO DA PERSONAGEM HELENINHA ROITMAN EM VALE TUDO	134
O GRITO PRESO NA GARGANTA: A CRIANÇA, O TRAUMA, E O MAIO LARANJA	135
O PERVERSO E O COMPORTAMENTO PERVERSO NA PSICANÁLISE.....	136
O REFLEXO DE NARCISO: DO MITO A PATOLOGIA.....	136
O SILÊNCIO POR TRÁS DA SALA DE AULA: BURNOUT EM PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS	137
OLHOS QUE NÃO VÊEM, OUVIDOS QUE NÃO ESCUTAM: QUANDO O SILÊNCIO GRITA.....	138
OS EFEITOS DO BULLYING NA COMUNIDADE ESCOLAR: UMA ANÁLISE SOCIAL.....	139
POR QUE NÃO SE CHORA MAIS? A DESSACRALIZAÇÃO DO LUTO NA ERA DA PRODUTIVIDADE	141
PROTEÇÃO QUE MARCA	141
RAÍZES DA ESCUTA: SILÊNCIO, PRESENÇA E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NA INFÂNCIA.....	142
A INVISIBILIDADE POR TRÁS DO BAIXO DESEMPENHO: CONSEQUÊNCIAS DA DEPRESSÃO PARA COLABORADORES E ORGANIZAÇÕES.....	143
SEXUALIDADE ENTRE JOVENS: ENTRE O TABU, A INFORMAÇÃO E A CONSCIENTIZAÇÃO.....	144
TPAS: ENTRE A PSICOPATOLOGIA E A CRIMINOLOGIA.....	145
VIDAS À MARGEM: O ABISMO SOCIAL SOB O OLHAR DA PSICOLOGIA	146
ZOOTECNIA.....	148

CARACTERÍSTICAS MORFOLÓGICAS DO NELORE E SUA RELEVÂNCIA PARA A TERMORREGULAÇÃO EM AMBIENTES	148
COMPORTAMENTO DE BOVINOS DE CORTE PARA BURLAR O ESTRESSE TÉRMICO PELO CLIMA.....	149
DOMA SEM EMBOCADURA (BITLESS): FUNDAMENTOS CIENTÍFICOS, BEM-ESTAR E APLICABILIDADE PRÁTICA	151
EFEITOS DAS INSTALAÇÕES NA CRIAÇÃO DE AVES	152
EFEITOS DO ESTRESSE TÉRMICO NA PRODUÇÃO DE LEITE	153

AGRONOMIA

ACESSO AO CRÉDITO RURAL DO PRONAF: DESAFIOS ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES DO ASSENTAMENTO CINTURÃO VERDE EM DOM AQUINO-MT

Diovanni Leonardo de Souza Santos ¹

Jamile Fernanda Silva Cossolin ²

Rafael Sebastião Cícero ²

¹ Discente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A agricultura familiar constitui uma base essencial para a sustentação econômica e a garantia da soberania alimentar no território brasileiro, sendo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), desde 1996, um mecanismo governamental determinante para o seu progresso. Este setor produtivo engloba 76,8% das unidades rurais do país, distingue-se pela administração da propriedade pelo núcleo familiar, pelo emprego majoritário de mão de obra familiar e pela derivação da maior parte dos rendimentos da própria unidade produtiva. No âmbito municipal de Dom Aquino, em Mato Grosso, a agricultura familiar evidência notável proeminência, com 496 de um total de 599 estabelecimentos agropecuários sob sua égide, gerando ocupação para 1.213 indivíduos, conforme o Censo Agropecuário de 2017. Inserido nessa conjuntura, o presente estudo foca-se em discutir a importância e os principais motivos que alguns produtores familiares do Assentamento Cinturão Verde em Dom Aquino-MT optam por não acessar as linhas de crédito rural do PRONAF. A abordagem metodológica utilizada combinou técnicas qualitativas e quantitativas, fundamentando-se em uma revisão bibliográfica acerca do PRONAF, da agricultura familiar e do desenvolvimento rural. A pesquisa de campo foi realizada no Assentamento Cinturão Verde, por meio da aplicação de um questionário gerado pelo Google Forms aos agricultores familiares; e subsequente tratamento estatístico-descritivo dos dados obtidos, observando rigorosamente os princípios éticos da pesquisa científica. Observa-se que apesar dos vários benefícios que o PRONAF oferece para o agricultor familiar, como custeio e investimento, visando o fortalecimento da cadeia produtiva, mesmo assim, 55% dos agricultores familiares do assentamento Cinturão Verde não teve acesso a linha de crédito PRONAF. A pesquisa mostra que 85.7% dos agricultores familiares ainda não acessaram a linha de crédito PRONAF por receio de se endividar e por acharem o processo burocrático. Logo, conclui-se que é necessário o acompanhamento de assistência técnica, pois a mesma levará informações relevantes para os agricultores familiares assim contribuindo para o acesso ao crédito rural e posterior desenvolvimento da cadeia produtiva.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Rural; Recurso Financeiro; Agricultura Familiar.

ADIÇÃO DE PRODUTO BIOLÓGICO NO TRATAMENTO DE SEMENTES NA CULTURA DO FEIJÃO PRETO

Ana Paula Zilke Marinho ¹
Jamile Fernanda Silva Cossolin ²
Greice Aline Corrêa ²

¹ Discente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O feijão (*Phaseolus vulgaris* L.) se destaca pela sua importância na alimentação dos brasileiros por seu alto valor nutricional, acessibilidade e versatilidade culinária, apresentando estudos para aumentar sua produtividade devido a demanda crescente do produto. A cultura tem papel fundamental no desempenho agrônomo por ter seu ciclo fenológico curto e se adaptar ao manejo dos produtores rurais, conforme cada região. Seu cultivo enfrenta desafios relacionados à germinação, sanidade das sementes e estabelecimento inicial das plantas, fatores que impactam diretamente no stand e na produtividade da lavoura. O tratamento de sementes é uma prática agrícola essencial, que visa melhorar essa produtividade, pois condiciona as plantas melhores defesas de patógenos e pragas que as atacam na fase inicial da cultura, principalmente na emergência, o que possibilita um maior potencial para o desenvolvimento e produtividade da cultura. Nesse contexto, o objetivo deste estudo foi avaliar o efeito da adição de produtos biológicos no tratamento de sementes, na emergência e produtividade final do feijão preto. O experimento foi conduzido a campo, em delineamento inteiramente casualizado (DIC), com dois tratamentos e quatro repetições, totalizando oito parcelas de 2,0x1,5m com espaçamento de 0,5 m entre linhas e 12 sementes por metro. As sementes da cultivar BRS Valente, foram submetidas a dois tratamentos: combinação do inseticida Rocks + Fungicida Standak Top (testemunha) e a mesma combinação acrescida de Fertilizante organomineral Radfarm + Bacillus Eco Rizha + Fertilizante organomineral Mist (tratamento). Foram avaliadas a emergência das plântulas entre o 5º até o 10º dia após o plantio e a produtividade final com peso de grãos. Os resultados indicaram que não houve diferença significativa na taxa de germinação entre os tratamentos. Contudo, a produtividade foi 8,6% superior no tratamento biológico em relação à testemunha. Conclui-se que a adição de produtos biológicos no tratamento de sementes apresenta potencial para otimizar o desempenho agrônomo e incrementar a produtividade da cultura do feijão preto.

Palavras-chave: *Phaseolus vulgaris*; bioinsumos; tratamento de sementes; Produtividade.

AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

João Gabriel Souza Martins ¹
Júnior de Souza Costa ²

¹ Discente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A agricultura familiar constitui-se como um dos pilares centrais da produção de alimentos no Brasil, exercendo papel estratégico na promoção da segurança alimentar, no desenvolvimento rural e na preservação ambiental. Caracterizada pela gestão e pelo trabalho realizado majoritariamente pelos próprios membros da família, essa modalidade responde por grande parte dos alimentos básicos consumidos pela população, como feijão, milho, mandioca, hortaliças, leite e carnes, além de preservar práticas sustentáveis e tradições culturais locais. Este estudo tem como objetivo analisar a importância da agricultura familiar no contexto brasileiro, com foco em seus impactos sociais, ambientais e econômicos, bem como nos desafios enfrentados pelo setor, especialmente em regiões como o estado de Mato Grosso. A metodologia utilizada consistiu em uma revisão bibliográfica com base em artigos científicos obtidos por meio de buscas nas plataformas Google Acadêmico e SciELO, permitindo uma análise crítica e atualizada sobre o tema. Os resultados apontam que a agricultura familiar possui papel essencial na dinâmica do meio rural brasileiro, sendo uma importante fonte de geração de trabalho, renda e produção de alimentos voltados principalmente para o mercado interno. Mesmo com sua relevância, o setor enfrenta dificuldades como o êxodo rural, a falta de sucessão entre gerações, a limitação no acesso ao crédito e a carência de assistência técnica. Essas dificuldades comprometem a permanência das famílias no campo e colocam em risco a continuidade dessa forma tradicional e sustentável de produção. No entanto, iniciativas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) têm promovido avanços importantes ao apoiar os produtores, incentivar práticas agroecológicas e fortalecer os circuitos curtos de comercialização, conectando produtores e consumidores de forma mais justa e eficiente. Além disso, do ponto de vista ambiental, a agricultura familiar tem demonstrado capacidade significativa de contribuir para a preservação da biodiversidade e para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, com o uso de sementes crioulas e técnicas que favorecem a conservação dos recursos naturais. Dessa maneira, a revisão bibliográfica evidencia que o fortalecimento da agricultura familiar é uma estratégia fundamental para garantir a produção sustentável de alimentos, promover a inclusão social no campo e assegurar o direito humano à alimentação adequada. Estimular a permanência das novas gerações na atividade agrícola é essencial para manter viva uma prática que integra produção, cultura, justiça social e sustentabilidade ambiental.

Palavras-chave: agricultura familiar; segurança alimentar; sustentabilidade.

ANÁLISE DA GERMINAÇÃO DA SOJA EM DIFERENTES TEXTURAS DE SOLO

Guilherme de Almeida Moura ¹
Júnior de Souza Costa ²

¹ Discente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A soja (*Glycine max*, Merr.) é considerada uma das culturas agrícolas de maior relevância econômica no Brasil, desempenhando papel estratégico no agronegócio, principalmente pela produção de grãos destinados à exportação e pela geração de óleo e farelo utilizados na alimentação animal e humana. O sucesso do cultivo está diretamente ligado ao processo de germinação e emergência das plântulas, etapas cruciais para garantir o estabelecimento da lavoura. Entre os fatores que influenciam esse processo, a textura do solo se destaca por impactar a retenção de água, a disponibilidade de oxigênio, a difusão de nutrientes e o desenvolvimento radicular inicial. O objetivo do trabalho é compreender o desenvolvimento da soja em diferentes texturas de solo. Realizou-se uma revisão de literatura, por meio das plataformas de busca de artigos Google Acadêmico e SciELO, priorizando artigos científicos, dissertações e teses relacionados ao tema. Como critérios de seleção, foram incluídos trabalhos que abordam a relação entre textura do solo, germinação e desenvolvimento inicial da soja. Foram considerados, preferencialmente, estudos publicados entre 2015 e 2024, a fim de garantir atualidade e relevância. A literatura científica evidencia que solos arenosos apresentam drenagem eficiente e rápida emergência das sementes, mas podem resultar em germinação irregular devido à baixa capacidade de retenção hídrica. Em contraste, solos argilosos possuem elevada retenção de água e nutrientes, porém tendem a limitar a oxigenação e atrasar a emergência, comprometendo a uniformidade inicial. Em contrapartida, solos de textura média são frequentemente apontados como os mais equilibrados, proporcionando condições favoráveis tanto para a absorção de água quanto para a aeração, o que favorece a germinação e o vigor das plântulas. Diversos estudos também destacam que práticas de manejo, como a correção da compactação e a manutenção da fertilidade, podem minimizar os efeitos adversos das texturas extremas, contribuindo para uma emergência mais uniforme. Assim, a revisão bibliográfica reforça que a compreensão da relação entre textura do solo e germinação da soja é fundamental para orientar decisões de manejo agrícola e otimizar o potencial produtivo da cultura.

Palavras-Chave: *Glycine max*; Vigor; Produtividade.

APLICAÇÃO DE CINZAS DE EUCALIPTO COMO FONTE ALTERNATIVA DE NUTRIENTES NO CULTIVO DE RÚCULA

João Vitor Oliveira de Paula ¹

Jamile Fernanda Silva Cossolin ²

Francielhy Pereira Rezende Demarchi ²

¹ Discente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O emprego de práticas agrícolas sustentáveis tem se consolidado como estratégia essencial para integrar a produção de alimentos à preservação ambiental. Nesse contexto, a busca por alternativas aos fertilizantes minerais tradicionais têm estimulado o aproveitamento de resíduos provenientes da agroindústria e do setor florestal. Além de reduzir custos, essa prática promove a destinação adequada de subprodutos frequentemente tratados como passivos ambientais. Entre os materiais com potencial de uso agrônômico, destaca-se a cinza de eucalipto, gerada pela queima da biomassa, que contém quantidades expressivas de macronutrientes, como potássio (K), cálcio (Ca) e magnésio (Mg), além de fornecer micronutrientes importantes ao desenvolvimento das plantas. Estudos indicam que a aplicação desse resíduo pode atuar tanto como fonte de nutrientes quanto como corretivo da acidez do solo, devido à presença de óxidos e carbonatos com efeito semelhante ao da calagem. Sua incorporação também pode favorecer a melhoria da fertilidade, aumentando a disponibilidade de elementos essenciais e diminuindo a dependência de insumos químicos, normalmente caros e de elevado impacto ambiental. Entretanto, o efeito da cinza sobre o crescimento vegetal está diretamente relacionado à dose utilizada, bem como às características do solo e da cultura cultivada. Pesquisas mostram que quantidades moderadas tendem a estimular o desenvolvimento, resultando em maior altura das plantas, mais folhas e melhor formação do sistema radicular. Em contrapartida, aplicações excessivas podem causar desequilíbrios nutricionais, elevação acentuada do pH e consequente redução na absorção de alguns micronutrientes. No caso de hortaliças de ciclo curto, como a rúcula (*Eruca sativa*), amplamente cultivada no Brasil e de grande relevância econômica e nutricional, o uso da cinza de eucalipto surge como alternativa promissora. Isso se deve à rápida resposta da cultura à disponibilidade de nutrientes e ao seu papel estratégico na segurança alimentar e na geração de renda de pequenos agricultores. Assim, compreender os efeitos desse resíduo no crescimento e desenvolvimento da rúcula torna-se fundamental não apenas para orientar práticas agrícolas mais sustentáveis, mas também para fomentar o aproveitamento consciente de subprodutos agroindustriais e florestais. A adoção dessa estratégia pode reduzir custos de produção, fortalecer sistemas de base ecológica e contribuir para modelos de cultivo mais resilientes e ambientalmente responsáveis.

Palavras-Chave: Fertilidade do Solo; Agricultura Sustentável; Resíduos Agroindustriais.

AVALIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE DO MILHO HÍBRIDO KWS 7510 VIP 3 SUBMETIDO AO TRATAMENTO BIOLÓGICO DE SEMENTE

Leomir Lelis da Conceição ¹
Jamile Fernanda Silva Cossolin ²

Greice Aline Corrêa ²

¹ Discente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O milho (*Zea mays L.*) é uma das principais culturas agrícolas do mundo, com grande importância econômica e social. O híbrido KWS 7510 VIP 3 apresenta elevado potencial produtivo e ampla adaptação ao cultivo de segunda safra. Seu sistema de raízes superior e a saúde de suas folhas viabilizam os rendimentos mais elevados na segunda safra com manejo intensificado. O manejo biológico das sementes tem se destacado como alternativa sustentável, utilizando microrganismos capazes de promover o crescimento vegetal, melhorar a absorção de nutrientes, aumentar a resistência a estresses, proteger as plântulas nas fases iniciais, melhorar a germinação, padronizar a emergência das plantas e reduzir o impacto de pragas e doenças. Este procedimento utiliza bactérias com capacidade de fixar nitrogênio atmosférico, fungos formadores de micorrizas e bactérias que estimulam o crescimento vegetal. O uso de produtos biológicos, em especial, tem ganhado espaço como alternativa aos defensivos químicos tradicionais. Neste contexto, o presente trabalho teve como objetivo avaliar a produtividade do híbrido KWS 7510 VIP3 submetido a tratamento biológico de sementes, em comparação à testemunha sem tratamento. O experimento foi conduzido em delineamento inteiramente casualizado (DIC), com dois tratamentos e quatro repetições, totalizando oito parcelas em uma área de 48 m². Cada parcela mediu 2,0 x 1,5 m, com espaçamento de 0,5 m entre linhas. Após o estágio final de desenvolvimento da cultura, foram coletadas aleatoriamente três plantas por parcela, realizando-se a pesagem de mil grãos e dimensionado uma estimativa de produtividade.. Os resultados indicaram produtividade de 102 sacas/ha no tratamento biológico e 117 sacas/ha na testemunha, correspondendo a uma redução de 12,8%. O desempenho inferior do tratamento biológico pode estar relacionado a fatores edafoclimáticos, interação com a microbiota nativa do solo ou condições ambientais não controladas. Conclui-se que, embora os bioinsumos apresentem potencial, os resultados demonstram a necessidade de novos experimentos em diferentes condições de cultivo para validação da eficácia do tratamento.

Palavras-Chave: bioinsumos; tratamento de sementes; produtividade.

CONTROLE DE *Spodoptera frugiperda* NA CULTURA DO ALGODÃO

João Gabriel Bellei ¹Jamile Fernanda Silva Cossolin ²Greice Aline Correa ²

¹ Discente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A lagarta-do-cartucho (*Spodoptera frugiperda*) é uma das principais pragas do algodoeiro no Brasil, com elevado potencial de dano desde as fases iniciais de desenvolvimento até o fechamento das entrelinhas. Diante de sua importância econômica e da crescente preocupação com a resistência a inseticidas, este trabalho teve como objetivo revisar as principais estratégias de manejo da praga na cultura do algodão, com ênfase em práticas sustentáveis e integradas. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em artigos científicos, relatórios técnicos e publicações institucionais de referência, abordando avanços e desafios no controle de *S. frugiperda*. O manejo integrado de pragas (MIP) é a base para a mitigação dos danos, combinando diferentes táticas para reduzir perdas e manter a sustentabilidade do sistema produtivo. Entre as estratégias destacam-se o uso de cultivares de algodão com tecnologia Bt associado ao refúgio estruturado, o controle biológico com parasitoides como *Telenomus remus*, predadores e baculovírus específicos (SfMNPV), além da aplicação criteriosa de inseticidas químicos em esquemas de rotação de ingredientes ativos. O refúgio estruturado é essencial para retardar a evolução da resistência, enquanto o baculovírus apresenta alta eficácia e segurança ambiental, especialmente quando aplicado em lagartas jovens. Já os inseticidas, embora necessários em casos de alta infestação, devem ser utilizados com base em monitoramento e níveis de ação, evitando o uso indiscriminado. Conclui-se que a integração disciplinada dessas táticas, aliada ao monitoramento contínuo e à tecnologia adequada de aplicação, é indispensável para manter as populações da praga abaixo do nível de dano econômico e assegurar a sustentabilidade da cotonicultura brasileira.

Palavras-chave: algodoeiro; lagarta-do-cartucho; manejo integrado de pragas.

DESAFIOS NA ADOÇÃO DO CONTROLE BIOLÓGICO DE PRAGAS NA OLERICULTURA FAMILIAR

Nara Helem Beppler Galhardo ¹
 Jamile Fernanda Silva Cossolin ²
 Eder Finotto ²

¹ Discente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O controle biológico de pragas constitui uma alternativa sustentável ao uso intensivo de agrotóxicos, destacando-se na produção de hortaliças em pequenas propriedades rurais.

Ao empregar predadores, parasitoides e microrganismos entomopatogênicos, essa prática contribui para a segurança alimentar, a conservação ambiental e a redução dos impactos negativos sobre a saúde humana. Contudo, sua adoção em escala pela agricultura familiar ainda enfrenta desafios significativos, como o custo e a disponibilidade de agentes biológicos, a limitação de conhecimento técnico para aplicação adequada e a carência de políticas públicas consistentes que incentivem essa tecnologia. Outro ponto crítico é a adaptação de inimigos naturais às diferentes condições ambientais e sua integração a outras práticas do manejo integrado de pragas. Entretanto, é importante destacar que já existem soluções acessíveis disponíveis no mercado, capazes de superar parte dessas barreiras. Bioinseticidas comerciais formulados com *Bacillus thuringiensis*, apresentam eficácia comprovada contra lagartas, custo competitivo e facilidade de uso, permitindo sua adoção mesmo por pequenos produtores, muitas vezes em substituição direta a defensivos químicos. Esses exemplos demonstram que, apesar das dificuldades, o controle biológico não se restringe a uma prática experimental ou de difícil acesso, mas já conta com alternativas práticas e economicamente viáveis. A presente pesquisa, desenvolvida a partir de revisão bibliográfica em bases como SciELO e Periódicos CAPES, evidencia que a superação dos desafios depende da integração entre ciência, mercado e políticas de incentivo, mas que, paralelamente, soluções já disponíveis podem e devem ser aproveitadas pela agricultura familiar. Dessa forma, compreender os obstáculos, mas também difundir os exemplos de produtos e tecnologias acessíveis, é essencial para consolidar o controle biológico como ferramenta efetiva na produção sustentável de hortaliças.

Palavras-Chave: agricultura familiar; bioinseticidas; sustentabilidade.

EFEITO DE DIFERENTES TEMPERATURAS NA ECLOSÃO DE OVOS DO PERCEVEJO MARROM (*Euschistus heros*)

Elizania Araújo Silva ¹

Orientadora: Profa. Dra. Jamile Fernanda Silva Cossolin ²

¹ Discente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O percevejo-marrom da soja (*Euschistus heros* .) é uma das principais pragas da cultura da soja no Brasil, com seu desenvolvimento fortemente influenciado pela temperatura ambiental, especialmente nas fases iniciais de ovos e ninfas, cuja faixa térmica ideal situa-se entre 20 °C e 28 °C. Temperaturas fora deste intervalo afetam negativamente a taxa de eclosão dos ovos, além de prejudicar características importantes como peso, longevidade e sobrevivência dos adultos, sendo que temperaturas próximas a 19 °C prolongam o período ninfal e aumentam a mortalidade, enquanto temperaturas elevadas, como 34 °C, aceleram o ciclo, porém podem comprometer a qualidade dos indivíduos. Para investigar a influência dessas variações térmicas na viabilidade embrionária, o experimento foi conduzido em ambiente controlado no Assist Laboratório Agrônomo,

em Campo Verde (Mato Grosso), avaliando os efeitos de duas temperaturas distintas: 23 °C, próxima da faixa ideal, e 10 °C, inferior ao limite térmico mínimo, sobre ovos com até 24 horas pós-postura. O estudo contou com cinco repetições para cada tratamento, aproximadamente 20 ovos por repetição, sob umidade relativa controlada entre 60% e 70% e fotoperíodo de 14 horas, garantindo condições padronizadas para análise. Os resultados evidenciaram que a 23 °C a taxa de eclosão foi alta, com média de 16,6 ovos eclodidos por repetição (variação de 15 a 18), confirmando ser essa temperatura favorável à rápida ativação metabólica e incubação reduzida, alinhando-se com outros estudos que indicam faixas entre 20 °C e 30 °C como ótimas para o desenvolvimento de percevejos pentatomídeos e que, no campo, propiciam rápido aumento populacional e risco elevado de surtos, ressaltando a importância de estratégias de monitoramento e controle eficazes. Por outro lado, a 10 °C não houve qualquer eclosão, demonstrando que essa temperatura está abaixo do limite térmico inferior para viabilidade embrionária, pois provoca severa redução metabólica e interrupção de processos fisiológicos essenciais, resultado consistente com pesquisas anteriores para *E. heros*. Como conclusão, reforçamos que a temperatura ótima para a eclosão de ovos do percevejo marrom foi a de 23 °C e que a temperatura de 10 °C não gerou a eclosão dos ovos. Assim, este experimento reforça a importância do controle térmico para o manejo integrado do percevejo-marrom, permitindo prever surtos conforme as variações climáticas e contribuir para o desenvolvimento de estratégias de controle mais sustentáveis e manejos eficientes em laboratório.

Palavras-chave: ovos; viabilidade; soja.

EFEITO DO ARMAZENAMENTO PÓS-COLHEITA NAS CARACTERÍSTICAS MORFOLÓGICAS DO PIMENTÃO

Dyandra Karolaine Neves¹
Jamile Fernanda Silva Cossolin²
Lucilene Rodrigues dos Santos²

¹ Discente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O pimentão (*Capsicum annuum* L.) destaca-se como uma das principais hortaliças produzidas e consumidas no Brasil, possuindo elevado valor econômico e nutricional. No entanto, apresenta alta perecibilidade, sendo altamente suscetível à perda de água, alterações de cor, perda de firmeza e danos mecânicos no período pós-colheita, o que compromete sua qualidade e valor comercial. No estado de Mato Grosso, onde a produção de pimentão é expressiva, a busca por métodos eficientes de conservação é essencial para reduzir perdas, ampliar o tempo de prateleira e garantir maior estabilidade de mercado. O presente estudo tem como objetivo avaliar o efeito do ambiente de armazenamento, do tipo de embalagem e da aplicação de permanganato de potássio (KMnO₄) sobre as características morfológicas pós-colheita de duas cultivares de pimentão. O experimento será conduzido no Laboratório da Faculdade Eduvale, em

Jaciara-MT, utilizando frutos íntegros das cultivares ‘Magali R’ e ‘Impacto’. O delineamento experimental será em esquema fatorial 2x2x2x2, totalizando 16 tratamentos, compostos por: duas cultivares, dois ambientes de armazenamento (temperatura ambiente e refrigeração), dois tipos de embalagens (bandeja de isopor revestida com PVC e saco plástico de polietileno) e presença ou ausência de KMnO₄ em cápsulas perfuradas (7 g/kg de fruto). Cada tratamento terá três repetições, com três frutos por repetição. As avaliações serão realizadas a cada cinco dias, analisando-se perda de massa, coloração, firmeza e aparência geral. Os dados obtidos serão submetidos à análise de variância (ANOVA), com comparação de médias pelo teste de Tukey a 5% de probabilidade, utilizando o software SISVAR. Como resultados esperados, prevê-se que o armazenamento sob refrigeração apresente melhor desempenho na conservação dos frutos em relação à temperatura ambiente, retardando o amadurecimento e reduzindo a perda de massa. Embalagens que promovem atmosfera modificada, como bandejas revestidas com PVC e sacos plásticos, deverão contribuir para a manutenção da firmeza e da coloração por maior período. A utilização do KMnO₄, devido à sua capacidade de absorver etileno, tende a potencializar esses efeitos, prolongando o tempo de prateleira e preservando a aparência geral dos frutos. Espera-se ainda que as duas cultivares apresentem comportamentos distintos, evidenciando diferenças de sensibilidade ao armazenamento e às condições de conservação. Em síntese, este trabalho busca fornecer informações técnicas relevantes sobre estratégias simples, eficazes e de baixo custo para a conservação pós-colheita de pimentão. Os resultados obtidos poderão subsidiar práticas que reduzam perdas, aumentem a vida útil do produto e fortaleçam a competitividade da cadeia produtiva no mercado regional.

Palavras-Chave: hortaliças; vida útil; permanganato de potássio.

EFEITOS DO ARMAZENAMENTO DA SOJA

Keiti Lorraine Martins de Souza ¹

Jamile Fernanda Silva Cossolin ²

Luana Dourado ²

¹ Discente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A cultura da soja (*Glycine max* (L.) Merril.), é uma leguminosa que tem origem na China e com o passar dos anos ganhou enorme relevância no cenário agrícola mundial. No Brasil, mais especificamente no estado de Mato Grosso, vem se destacando intensamente desde seu plantio até a comercialização, consolidando-se como uma das principais culturas por alavancar a economia nacional. Para garantir os cuidados da soja é necessário adotar práticas adequadas e há requisitos importantes que ajudam a manter esse grão bem qualificado tais como tecnologias, seja ela (MIP) Manejo Integrado de Pragas, termometria, seleção de sementes adequadas para o plantio, análise e correção

do solo. Além disso, boas práticas devem ser utilizadas no seu armazenamento pós-colheita, como há cuidados com a limpeza, monitoramento, ventilação, proteção contra ataques de pragas, o controle da umidade e temperatura. No armazém de grãos de soja são realizados três processos: (1) limpeza, (2) secagem e (3) armazenamento. A Primeira etapa pode ser conduzida durante a colheita, a segunda etapa consiste na remoção da água, ou seja, manter a umidade dos grãos até os níveis que permitem o armazenamento. Para a terceira etapa, a temperatura ideal indicada para o armazenamento dos grãos de soja é abaixo de 25° C, sendo mais indicada entre 10° C e 17° C com umidade entre 11% e 12%. Estudos indicam que o armazenamento dos grãos em temperatura e umidade inadequadas gera redução de qualidade significativa, afetando o peso volumétrico, proteínas e a coloração do grão de soja. Concluímos que o controle da temperatura e umidade no armazenamento dos grãos de soja garantem a preservação da qualidade do produto, redução de ataques de pragas e impede a deterioração, o que resulta em um produto adequado para a comercialização.

Palavras chave: Produtividade; agronegócio; estratégia.

EFICIÊNCIA DA ADUBAÇÃO COM HÚMUS DE MINHOCAS NO CULTIVO DO ALFACE

Valentina Soares Barbosa Damasceno ¹
Jamile Fernanda Silva Cossolin ²

¹ Discente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

Considerando que a grande demanda de produção de alimentos tem aumentado ao longo dos anos, juntamente com ela as mudanças nos hábitos alimentares e também, ocorrendo um aumento na busca por alimentos mais saudáveis, os alimentos orgânicos têm ganho cada vez mais espaço, sendo cultivados na grande maioria por pequenos produtores. A *Lactuca sativa*, conhecida popularmente por alface, encontra-se no grupo das olerícolas, é considerada mundialmente a hortaliça folhosa com maior relevância, preferida para saladas e no preparo de *fast foods* devido seu sabor agradável e facilidade de preparo. A alface é considerada a folhosa de maior importância na alimentação dos brasileiros, e uma das hortaliças mais consumida no Mato Grosso com produção de 8.286 toneladas, segundo dados do IBGE em 2017. A utilização de húmus líquido pode ser considerada uma alternativa simples e barata para a adubação de forma orgânica e este sistema de produção é utilizado na maioria em produções de agricultura familiar. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é analisar a eficiência da adubação por húmus de minhoca no cultivo do alface. Para a realização do trabalho, foi pesquisado em plataformas de busca como Scielo e Google Acadêmico artigos que continham os termos “húmus de minhoca” e “cultivo do alface” e foram analisados os artigos que respondiam ao nosso objetivo. A adubação orgânica seja ela, como compostagem, biofertilizante, húmus e entre outros, atuam nas propriedades físicas e químicas do solo, melhorando sua solo, reduzindo a plasticidade e coesão, aumenta a capacidade de

retenção de água, ameniza a variação da temperatura do solo, tornando o solo mais fértil e produtivo, aumentando sua biodiversidade, e melhorando a qualidade dos alimentos. Além disso, alguns estudos indicam que o húmus de minhoca deve ser utilizado na produção de mudas, promovendo alto vigor das mudas resultando na maior produção de folhas. Conclui-se que o húmus na produção do alface proporciona nutrição para a planta, estimula o crescimento auxilia na absorção de nutrientes ao solo, assim proporcionando qualidade das folhas, extensão do sistema radicular, maior concentração de vitaminas e rendimento da cultura. O alface, por ser uma cultura de ciclo curto, pode ser um grande beneficiário da adubação pelo o húmus, pois tem a capacidade de disponibiliza nutrientes de forma rápida.

Palavras-Chave: horta; cultivo orgânico; minhocultura.

ENFEZAMENTOS DO MILHO: TRANSMISSÃO PELA CIGARRINHA (*Dalbulus maidis*) E ESTRATÉGIAS DE MANEJO

Karylla Bruna Santana Lopes ¹
Jamilé Fernanda Silva Cossolin ²
Lucilene Rodrigues dos Santos ²

¹ Discente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A cigarrinha do milho (*Dalbulus maidis*) configura-se como um dos principais desafios fitossanitários da cultura do milho, devido à sua elevada capacidade de disseminar patógenos de relevância econômica. Entre estes, destacam-se os mollicutes *Spiroplasma kunkelli* e *Maize bushy stunt phytoplasma*, agentes etiológicos dos enfezamentos vermelho e pálido, respectivamente, além do vírus do rayado fino. A presença desses fitopatógenos compromete de forma significativa o desenvolvimento vegetativo e reprodutivo das plantas, podendo ocasionar reduções de produtividade em condições de alta infestação. O inseto, tanto em estágios ninfais quanto adultos, alimenta-se preferencialmente da seiva na região do cartucho, causando injúrias mecânicas e favorecendo a infecção sistêmica. Os sintomas típicos incluem encurtamento de entrenós, espigas de tamanho reduzido e mal formadas, falhas na granação, multi-espigamento, grãos chochos e maturação precoce. Tais alterações fisiológicas reduzem a eficiência fotossintética, prejudicam a absorção e assimilação de nutrientes e elevam a suscetibilidade da planta a outras doenças. A severidade da manifestação está relacionada a fatores como suscetibilidade varietal, presença de plantas voluntárias, temperaturas elevadas e períodos de estiagem prolongados, condições que favorecem o aumento populacional da praga. O manejo eficaz da cigarrinha-do-milho e dos enfezamentos requer a adoção de estratégias integradas, visando reduzir a pressão de inóculo e limitar a transmissão dos patógenos. Entre as práticas recomendadas, destacam-se a eliminação das plantas tigueras, a rotação de culturas, o escalonamento e sincronização das épocas de semeadura, o uso de cultivares com tolerância genética aos enfezamentos e o monitoramento contínuo da população do inseto para orientar

intervenções químicas. A aplicação criteriosa de inseticidas seletivos deve ser realizada com base em níveis de controle pré-estabelecidos, minimizando riscos de resistência e impactos ambientais. Alternativamente, a utilização de bioprodutos e agentes de controle biológico apresenta-se como estratégia promissora dentro de sistemas produtivos sustentáveis. Dessa forma, conclui-se que a integração de medidas preventivas e corretivas, associada a um planejamento criterioso antes da instalação da lavoura, constitui elemento essencial para mitigar os impactos econômicos e preservar a produtividade da cultura do milho frente aos enfezamentos transmitidos por *D. maidis*. Nesse contexto, esta revisão busca sistematizar o conhecimento sobre a cigarrinha-do-milho e sua relevância como vetor dos enfezamentos, destacando sintomas, prejuízos e fatores que favorecem sua disseminação. Também objetiva reunir estratégias de manejo integrado, indicar perspectivas de controle sustentável e fornecer subsídios técnicos que auxiliem pesquisadores, profissionais e produtores no enfrentamento desse problema fitossanitário.

Palavras-Chave: Produção de milho; Fitopatógenos; Manejo integrado.

FATORES QUE INFLUENCIAM NO ENRAIZAMENTO DE MUDAS DE LIMÃO TAITI (*Citrus latifolia* Tanaka)

Marcela Rodrigues Bogado ¹

Jamilé Fernanda Silva Cossolin ²

Francielhy Pereira Rezende Demarchi ²

¹ Discente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A propagação vegetativa por estaquia é uma das principais técnicas utilizadas para a produção de mudas em frutíferas, incluindo os citros, por permitir a multiplicação de indivíduos geneticamente idênticos à planta matriz. Na citricultura, essa prática apresenta vantagens como preservação de características desejáveis, maior uniformidade dos pomares e rapidez na formação de mudas, embora fatores fisiológicos e ambientais influenciam fortemente o sucesso do enraizamento. Nesse contexto, o objetivo do trabalho é compreender os fatores que influenciam na estruturação de mudas do Limão Taiti. Para isso, foi feita uma revisão de literatura nas plataformas de busca Google Acadêmico e Scielo, com leitura e análise de artigos científicos relacionados à propagação vegetativa na citricultura. Entre os fatores determinantes para a rizogênese em estacas cítricas destacam-se a presença de folhas, o tipo de corte realizado na base da estaca e as condições do substrato. As folhas exercem papel essencial na produção de carboidratos via fotossíntese e na síntese de reguladores de crescimento, como as auxinas, fundamentais para a indução e desenvolvimento de raízes adventícias. Estudos apontam que estacas mantidas com folhas apresentam maior taxa de enraizamento e melhor vigor em comparação às desfolhadas, uma vez que o metabolismo fotossintético contribui para o acúmulo energético e para o fornecimento de precursores bioquímicos envolvidos na formação radicular. O tipo de corte realizado na base da estaca também

influencia o processo de enraizamento, visto que cortes retos e em bisel modificam a área de contato com o substrato, a absorção de água e a concentração de substâncias promotoras ou inibidoras da rizogênese. O corte em bisel, por aumentar a superfície exposta, pode favorecer a formação de raízes, embora em algumas espécies essa resposta não seja uniforme, sugerindo que o efeito depende da interação entre o genótipo, o estado fisiológico da estaca e as condições ambientais de cultivo. O substrato utilizado igualmente exerce papel relevante, uma vez que precisa oferecer adequada aeração, retenção de umidade e suporte físico às estacas. Substratos excessivamente compactos ou encharcados podem comprometer a oxigenação radicular, aumentar a incidência de patógenos e reduzir a taxa de sobrevivência, enquanto materiais leves, porosos e com boa drenagem favorecem o enraizamento. Diante do exposto, concluímos que o sucesso da estaquia em limoeiro Taiti (*Citrus latifolia* Tanaka) depende da interação de múltiplos fatores, sendo a presença de folhas e o tipo de corte na base da estaca elementos centrais para a eficiência da técnica. A compreensão desses aspectos permite aprimorar protocolos de produção de mudas, oferecendo alternativas viáveis para a citricultura brasileira, que busca constantemente métodos de propagação mais ágeis, econômicos e eficientes.

Palavras-chave: citros; propagação vegetativa; produção de mudas.

GERMINAÇÃO DE SEMENTES DE QUIABO (*Abelmoschus esculentus* L.) SOB DIFERENTES SUBSTRATOS E CONDIÇÕES DE CULTIVO

Vinícius Arruda Dos Santos ¹
Jamile Fernanda Silva Cossolin ²
Priscila Alves Lima ²

¹ Discente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A produção de mudas de qualidade é um fator determinante para o sucesso do cultivo do quiabo (*Abelmoschus esculentus* L.), hortaliça de grande importância econômica e nutricional no Brasil. A fase inicial do desenvolvimento das plantas depende diretamente das condições de luminosidade e do substrato utilizado, que afetam vigor, estabelecimento e adaptação a campo. Nesse contexto, este trabalho avaliou a germinação quiabo cultivadas em diferentes substratos e condições de cultivo. O experimento foi conduzido em delineamento inteiramente casualizado, com diferentes substratos, sendo: solo arenoso; solo arenoso+ esterco de carneiro: matéria orgânica (MO) de folhas decompostas; matéria orgânica (MO) de folhas decompostas; + esterco de carneiro; em diferentes ambientes (pleno sol e sombreamento). Foram utilizadas sementes comerciais semeadas em bandejas de polietileno, e os dados submetidos à análise de variância, com comparação das médias pelo teste de Tukey a 5% de probabilidade. Os resultados evidenciam diferenças significativas entre os tratamentos

avaliados. O Índice de Velocidade de Germinação (IVG) variou de 0,32 (tratamento 5- solo arenoso em pleno sol) a 1,04 (tratamento 4 solo arenoso + esterco de carneiro sombreado). Os tratamentos 2 MO de folhas decomposta; 3 MO de folhas decompostas + esterco de carneiro e 4 solo arenoso + esterco de carneiro apresentaram os maiores valores médios de IVG (1,03; 0,99 e 1,04, respectivamente). Esses resultados indicam maior rapidez e uniformidade na germinação das sementes, refletindo substratos e condições ambientais mais adequados ao desenvolvimento inicial. Por outro lado, o tratamento 5 apresentou o menor desempenho (0,32), diferindo significativamente dos demais e evidenciando que o substrato ou condição de cultivo empregado limitou o processo germinativo. De modo geral, a análise do IVG e a escolha correta do substrato e do ambiente é determinante para o estabelecimento rápido e uniforme das plântulas de quiabo. Valores mais elevados tem maior vigor inicial, o que favorece a formação de mudas aptas ao transplântio e resistentes a condições adversas no campo. Por outro lado, valores reduzidos representam maior suscetibilidade a falhas de emergência e menor aproveitamento das sementes, comprometendo a eficiência produtiva. Esses resultados reforçam a importância da interação entre substrato e luminosidade no manejo da produção de mudas. Substratos ricos em matéria orgânica tendem a favorecer a germinação ao proporcionar melhor retenção de umidade e aporte nutricional, enquanto ambientes adequados de luminosidade reduzem estresses hídricos ou térmicos. Assim, a compreensão do comportamento do IVG em diferentes condições permite direcionar práticas agrícolas mais eficientes e sustentáveis, sobretudo em sistemas de produção familiar, como é comum no cultivo do quiabo. Conclui-se que o Índice de Velocidade de Germinação se apresenta como um parâmetro confiável para avaliar a qualidade inicial das mudas de quiabo, sendo fundamental para a tomada de decisão quanto ao manejo de substratos e condições de cultivo. A otimização dessa variável pode contribuir diretamente para maior produtividade, sustentabilidade e rentabilidade da cultura no Vale do São Lourenço – MT.

Palavras-Chave: vigor; luminosidade; produção de mudas.

IMPACTOS AMBIENTAIS DA INFESTAÇÃO DE *Amaranthus palmeri*

Isabela Pereira de Souza ¹
Jamilé Fernanda Silva Cossolin ²
Greice Aline Corrêa ³

¹ Discente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O *Amaranthus palmeri*, conhecido popularmente como caruru-palmeri, é uma planta daninha exótica, anual, de rápido crescimento e alta produção de sementes, registrada no Brasil em 2015, no estado de Mato Grosso. Este trabalho teve como objetivo revisar, por

meio de pesquisa bibliográfica, os impactos ambientais relacionados à infestação de *A. palmeri* no Brasil. Foram consultados artigos científicos, relatórios técnicos e normativas de instituições como Embrapa e MAPA. A espécie daninha é classificada como praga quarentenária pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), destaca-se pela ampla adaptabilidade ecológica, elevada capacidade competitiva e resistência a herbicidas incluindo o glifosato, e em alguns biótipos, inibidores da ALS. Biologicamente, essa espécie desenvolve um extenso banco de sementes, germina sob ampla faixa térmica, possui sistema radicular profundo e apresenta emergências escalonadas, dificultando o controle. No agroecossistema, promove a redução da biodiversidade por meio de competição e sombreamento, altera a composição de comunidades vegetais e pode exercer efeitos alelopáticos sobre outras plantas. Indiretamente, a presença de *A. palmeri*, induz o aumento do uso de herbicidas - incluindo misturas e moléculas mais resistentes, elevando os riscos de contaminação de solo e água. Além disso, o manejo mecânico intensificado, como capinas e roçadas, favorece a erosão e a dispersão de sementes via equipamentos agrícolas.. A resistência crescente desta espécie torna o controle mais oneroso e complexo , gerando consequências ecológicas em cascata: simplificação do sistema agroecológico, redução de nichos para inimigos naturais e comprometimento de serviços ecossistêmicos fundamentais. Diante desse cenário, iniciativas da Embrapa e do MAPA reforçam a necessidade de ações integradas de biossegurança, educação sanitária e adoção do manejo integrado de plantas daninhas, o MIPD. Conclui-se que a prevenção da introdução e o manejo integrado de plantas daninhas (MIPD) são estratégias essenciais para mitigar os impactos ambientais causados por *A. palmari*, reduzindo o uso de herbicidas e preservando a integridade dos agroecossistemas.

Palavras-chave: *Amaranthus palmeri*; plantas daninhas; resistência a herbicidas; manejo integrado.

IMPORTÂNCIA DA ADUBAÇÃO NITROGENADA NA CULTURA DO MILHO

Eden dos Santos Marinho ¹
 Jamile Fernanda Silva Cossolin ²
 Greice Aline Corrêa ²

¹ Discente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O milho (*Zea mays* L.) é uma das principais commodities agrícolas do mundo, com ampla utilização na alimentação humana e animal, além da produção de biocombustíveis, com sua origem na América Central, teve uma trajetória evolutiva se tornando hoje o segundo grão mais cultivado do mundo. Devido à sua elevada demanda, a cultura requer altos níveis de produtividade, sendo a adubação nitrogenada fundamental para o seu pleno desenvolvimento. O nitrogênio é um dos nutrientes mais importantes para a cultura do milho, sendo fundamental para o crescimento, desenvolvimento e altas produtividade pois promove o crescimento das folhas e caules,

aumentando a área foliar, o que melhora a captação de luz e a fotossíntese agindo em várias rotas metabólicas, sendo indispensável para que o milho possa atingir seu potencial produtivo. O experimento foi conduzido em delineamento inteiramente casualizado (DIC), com dois tratamentos e quatro repetições, totalizando oito parcelas. O tratamento constitui na aplicação de 300 Kg/ha de uréia 45% em uma única dose no estágio fenológico V3-V4, para que possamos determinarmos a importância deste macronutriente essencial para a cultura do milho, mantendo uma parcela como testemunha somente com a cobertura da semeadura, para vermos a deficiência que a falta deste nutriente causa na planta. Ao final foi avaliado a produtividade em quilos por hectare. Nas parcelas que foram adicionadas somente a cobertura de base as plantas apresentaram sinais de necrose, amarelecimento e ficaram raquíticas, apresentaram espigas com malformação e sua produtividade foi de 3.278,33 Kg/ha, já as parcelas que foi adicionado a adubação de base e uma cobertura de 300 Kg/ha de uréia 45% apresentaram plantas mais saudáveis, maior produção de fitomassa, tamanho e preenchimento de espigas, mais uniformidade e produtividade de 6.457,50 Kg/ha, um aumento de 96% sobre a testemunha. Concluímos que a adubação nitrogenada mostrou-se essencial para o desenvolvimento da cultura do milho, proporcionando incremento expressivo de produtividade e evitando prejuízos decorrentes da deficiência de nitrogênio.

Palavras-chave: *Zea mays*; adubação de cobertura; produtividade de grãos.

INFLUÊNCIA DA ALTURA DE PASTEJO NO SUCESSO DA PRODUÇÃO

Mikaely Almeida ¹

Jamile Fernanda Silva Cossolin Cossolin ²

Ariel Mendes ³

¹ Discente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A pecuária brasileira tem nas pastagens sua principal base alimentar, configurando-se como recurso determinante para a produtividade e a sustentabilidade da bovinocultura. O manejo adequado das alturas de entrada e saída de pastejo representa fator estratégico, pois influencia diretamente a disponibilidade e a qualidade da forragem, a rebrota das plantas, o desempenho animal e a conservação do solo. Em contrapartida, práticas inadequadas de pastejo comprometem a eficiência do sistema, reduzem a qualidade nutricional do pasto e limitam os ganhos produtivos. O presente trabalho teve como objetivo avaliar a influência do manejo das alturas de pastejo sobre a produção de forragem, o desempenho zootécnico dos bovinos e a sustentabilidade dos sistemas de produção a pasto. Para tanto, adotou-se abordagem descritiva e exploratória, com base em revisão bibliográfica de artigos científicos publicados entre 2017 e 2025, em língua

portuguesa e inglesa, encontrados na base Google Acadêmico. Os estudos analisados apontam que práticas de manejo fundamentadas em parâmetros adequados de altura promovem maior eficiência no uso da pastagem, otimizam a taxa de lotação e asseguram equilíbrio entre ganho individual e produção por área. Além disso, a correta definição da altura de pastejo fortalece a conservação do solo, o bem-estar animal e a intensificação sustentável da bovinocultura. Conclui-se então, que o monitoramento contínuo da altura das forrageiras configura-se como ferramenta simples, porém essencial, para aliar produtividade, sustentabilidade e competitividade nos sistemas pecuários brasileiros.

Palavras-chave: bovinos; manejo; pastagens.

INFLUÊNCIA DA IDADE DA CERA NO DESENVOLVIMENTO DAS ABELHAS-OPERÁRIAS E NO DESEMPENHO PRODUTIVO

Giuliano Sales Senra Filho ¹
Marcos Aurélio de Oliveira Santos ²
Douglas Henrique Silva de Almeida ³

¹ Discente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Extensionista em apicultura SENAR-MT

³ Docente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A apicultura é uma atividade de grande relevância econômica e ambiental, destacando-se tanto pela polinização das culturas agrícolas quanto pela preservação da biodiversidade. No entanto, no manejo das colmeias, a permanência de favos com cera envelhecida por longos períodos ainda é uma prática comum entre apicultores, podendo comprometer o desempenho das colônias. Este trabalho teve como objetivo analisar a influência do uso de quadros com cera nova ou envelhecida no desenvolvimento de larvas e abelhas-operárias (*Apis mellifera*), bem como na produção de mel. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica nas plataformas Google Acadêmico e SciELO, com base em artigos científicos, livros técnicos e guias de boas práticas amplamente utilizados na apicultura. Com o passar do tempo, a cera sofre escurecimento e desgaste devido ao acúmulo de resíduos, como restos de casulos, fezes larvais, pólen deteriorado, própolis e até mesmo pesticidas. Esse processo resulta em favos mais escuros, deformados e com alvéolos menores, prejudicando o desenvolvimento das operárias, que passam a nascer menores e menos eficientes em suas funções, especialmente na coleta de néctar. Além disso, estudos demonstram que a rainha reduz sua taxa de postura em favos envelhecidos, afetando a renovação populacional da colônia. Outro problema associado ao uso prolongado de ceras velhas é a maior fragilidade dos favos durante a centrifugação, o que aumenta a probabilidade de quebra e dificulta a extração do mel. Os resultados da revisão indicam que ceras envelhecidas acumulam resíduos e patógenos, comprometendo tanto a qualidade estrutural dos favos quanto o vigor das

abelhas. Já a substituição periódica favorece a formação de alvéolos mais uniformes, garantindo o desenvolvimento adequado das crias e a produção de operárias maiores, mais ativas no forrageamento e, conseqüentemente, mais produtivas. Além disso, a renovação dos favos contribui para a sanidade da colônia e para a segurança alimentar, reduzindo a contaminação dos produtos apícolas por resíduos químicos e agentes patogênicos. Dessa forma, a literatura evidencia que a substituição regular da cera deve ser considerada uma prática essencial de manejo apícola, por proporcionar maior produtividade, colônias mais saudáveis, enxames mais longevos e produtos de melhor qualidade para o consumo humano.

Palavras-chave: apicultura; cera de abelha; manejo apícola.

INFLUÊNCIA DE DIFERENTES CONDIÇÕES DE LUMINOSIDADE NA GERMINAÇÃO DE RÚCULA (*Eruca sativa* Thell.)

Eric Gustavo Santos Moreira ¹
Jamile Fernanda Silva Cossolin ²
Samira Gabrielle Oliveira Patias ²

¹ Discente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A fase inicial do desenvolvimento da rúcula é determinante para o sucesso do cultivo, sendo a germinação um processo diretamente condicionado por fatores ambientais. Entre eles, a intensidade e a qualidade da luz exercem papel relevante, sobretudo em regiões tropicais, onde a radiação solar intensa pode comprometer a emergência das plântulas. Nesse contexto, este trabalho avaliou a resposta germinativa da rúcula sob três condições distintas de luminosidade, com o objetivo de identificar o ambiente mais favorável para o estabelecimento inicial da cultura. O estudo foi realizado em Jaciara-MT, utilizando bandejas multicelulares preenchidas com substrato orgânico. Foram comparados três tratamentos: exposição direta ao sol (T1), cultivo sob tela de sombreamento a 50% (T2) e ambiente protegido com iluminação artificial por lâmpada LED de 28W, mantida ligada durante 16 horas diárias (T3). Cada tratamento contou com 200 sementes, semeadas em quatro repetições de 50 unidades, sendo avaliada a taxa de germinação no sétimo dia após a semeadura. Os resultados mostraram que a condição de sombreamento (T2) proporcionou a maior taxa de germinação, com 96,00%, seguida pelo ambiente com luz artificial (T3), que apresentou 94,50%. Já o cultivo em campo aberto, exposto ao sol pleno (T1), obteve 73,00%, significativamente inferior aos demais. Esses achados evidenciam que a redução da intensidade luminosa, seja por meio de sombreamento ou iluminação artificial controlada, favorece a emergência da rúcula, provavelmente por criar um microclima mais estável e menos estressante às sementes. Dessa forma, ambientes protegidos mostraram-se mais

eficientes que o cultivo a céu aberto, destacando-se o uso de telas de sombreamento como estratégia de baixo custo e alta eficácia. A proximidade entre os resultados de sombreamento e LED indica ainda que a luz artificial pode ser uma alternativa promissora em sistemas *indoor* ou em locais com baixa disponibilidade de radiação natural. Conclui-se que a germinação da rúcula tende a ser favorecida em condições de luminosidade moderada, com destaque para o sombreamento de 50%, que demonstrou indícios promissores de desempenho superior entre os tratamentos avaliados. Esse resultado reforça a importância de práticas de manejo que ajustem o ambiente de cultivo, permitindo maior uniformidade e vigor no estabelecimento das plântulas.

Palavras-Chave: sombreamento; hortaliças; microclima.

O MANEJO DO SOLO E A PRODUÇÃO ANIMAL SOB A INTEGRAÇÃO LAVOURA-PECUÁRIA (ILP)

Vitória Sofia da Silva Alves¹
Jamile Fernanda Silva Cossolin²
Ariel Mendes²

¹ Discente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

Nos últimos anos, a busca por práticas sustentáveis na agropecuária cresceu, especialmente na produção de grãos e na pecuária. A demanda crescente por alimentos e produtos florestais exige soluções que combinem o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental. A intensificação do uso da terra e a melhoria da eficiência nos sistemas de produção podem ajudar a equilibrar as necessidades de produção e conservação. A estratégia de integração lavoura-pecuária apresenta vários métodos de produção e é considerada uma solução para esses conflitos. A rotação de culturas e pastagens ajudam o solo a prender carbono e a reduzir gases de efeito estufa. Práticas como o plantio direto e culturas de cobertura são importantes para aumentar esses benefícios e fortalecer a resiliência dos agroecossistemas. A integração lavoura-pecuária é uma alternativa promissora, pois une agricultura e pecuária, ajudando a reduzir o desmatamento e as emissões de gases do efeito estufa, enquanto melhora a qualidade do solo e a produtividade. Este estudo revisou materiais para identificar os benefícios da Integração Lavoura-Pecuária (ILP) para a produção animal e a qualidade do solo, utilizando trabalhos publicados de 2017 a 2025. Portanto, entender sobre os impactos da ILP no manejo do solo e na produção animal, é de suma importância para garantir uma agropecuária sustentável a longo prazo.

Palavras-chave: agropecuária; manejo; sustentável.

O USO DO REGULADOR (CLORETO DE MEPIQUAT) NO CRESCIMENTO DA CULTURA DO ALGODÃO

Victor Hugo Peroti Gusmão ¹
Jamile Fernanda Silva Cossolin ²
Priscila Alves Lima ²

¹ Discente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O cloreto de mepiquat é um regulador de crescimento amplamente utilizado nas lavouras de algodão do Mato Grosso, principal estado produtor do Brasil. Sua importância está ligada ao manejo do porte da planta, interfere na síntese e velocidade de transformação da giberelina, um hormônio vegetal que promove o crescimento. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo compreender a função do cloreto de mepiquat no desenvolvimento da cultura do algodão. Para isso, foi feita uma revisão de bibliografia em plataformas de busca de artigos científicos Google Acadêmico e Scielo utilizando os termos “cloreto de mepiquat” e “algodão”. O cloreto de mepiquat inibe a enzima ent-caureno oxidase (localizada no retículo endoplasmático) essa enzima converte o precursor ent-caureno em ent-caureno-ácido, etapa essencial para formar giberelinas biologicamente ativas com essa “ponte” bloqueada, a rota é interrompida antes da produção de GA₁ e GA₃ (formas mais ativas). Ao reduzir a ação da giberelina, o cloreto de mepiquat diminui o crescimento excessivo da planta, tornando-a mais compacta e resistente, fundamental para maximizar a produtividade da pluma e facilitar a colheita mecanizada, melhora a aeração e a penetração de defensivos agrícolas com isso melhora o equilíbrio e a estrutura da planta assim aumentando a produtividade da cotonicultura. Com clima quente e alta disponibilidade de água no início do ciclo, as plantas de algodão no estado de Mato Grosso tendem a crescer de forma vigorosa, o que pode comprometer a estrutura e atrasar a colheita. O uso criterioso do cloreto de mepiquat mantém o equilíbrio vegetativo-reprodutivo, resultando em maior rendimento de pluma, qualidade de fibra e eficiência operacional. Recomenda-se quatro aplicações do produto: (1) nos estados de pré-floração para controlar o crescimento excessivo inicial, (2) florescimento inicial favorecer retenção de maçãs, (3) florescimento pleno para uniformizar a maturação e prevenir o acamamento e (4) no final do ciclo para corrigir o crescimento residual. Assim, o cloreto de mepiquat se consolida como uma ferramenta indispensável no manejo moderno do algodoeiro em Mato Grosso, pois alia controle do crescimento vegetativo, equilíbrio produtivo e melhoria da qualidade da fibra. Quando utilizado de forma criteriosa e em conformidade com as recomendações técnicas, garante maior eficiência agrônômica e econômica, contribuindo para a sustentabilidade e competitividade da cotonicultura no estado.

Palavras-Chave: fisiologia vegetal; cotonicultura; giberelinas.

PASTAGEM COMO ALIADA AO BEM ESTAR BOVINO

Ester Godoi Vieira¹

Jamile Fernanda Silva Cossolin²

Douglas Henrique Silva de Almeida²

¹ Discente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O Bem estar animal (BEA) passou a ser um tema de grande importância na criação de gado na atualidade, com grande impacto na produtividade, sustentabilidade e aceitação no mercado consumidor de carne bovina. Entre variedades de estratégias abordadas para a criação de gado, o manejo adequado de pastagens naturais ou cultivadas destaca-se como uma das práticas mais eficientes e éticas para promover qualidade de vida aos bovinos. O objetivo deste trabalho foi avaliar a contribuição da utilização de pastagens quando bem manejadas para os cinco domínios do bem-estar animal na criação de bovinos. Esse trabalho foi realizado através de revisão de literatura, com trabalhos publicados recentemente com assuntos relacionados ao manejo de pastagens e suas influências no BEA. Os resultados indicam que quando as pastagens são manejadas de forma correta, suprem as necessidades nutricionais do animal, favorece a saúde locomotora, permite que os animais expressem seu comportamento natural da espécie, animais em pastagens possuem menor estresse e maior produtividade. Ainda assim, é importante destacar que apenas manter os animais na pastagem não assegura, por si só, o bem-estar deles. O produtor deve estar atento à qualidade do pasto, à oferta de água limpa, às condições de saúde e ao comportamento do rebanho, realizando avaliações frequentes para garantir que os cinco domínios do bem-estar animal sejam respeitados. Dessa forma, conclui-se que o uso planejado e bem manejado das pastagens contribui diretamente para o bem-estar bovino, fortalecendo a sustentabilidade da pecuária e agregando valor aos produtos no mercado final.

Palavras-Chave: Domínio; Rebanho; Pecuária.

POTENCIAL AGRONÔMICO E APLICAÇÕES SUSTENTÁVEIS DA *Moringa oleifera*: EVIDÊNCIAS RECENTES E DESAFIOS REGULATÓRIOS NO BRASIL

Adrian Rocha da Silva Ferreira¹

Jamile Fernanda Silva Cossolin²

Isis Indaiara Gonçalves Granjeiro Taques³

¹ Discente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A *Moringa oleifera* é conhecida por seu alto valor nutricional e por sua versatilidade em usos agrônômicos e ambientais. Este estudo apresenta uma análise das descobertas mais recentes sobre a produção de mudas em substratos alternativos, uso de sementes para purificação da água, perfil químico das folhas e barreiras regulatórias no Brasil. Foi realizada uma revisão da literatura em bases como Scopus, SciELO e PubMed, priorizando artigos de 2015 a 2025. Pesquisas brasileiras mostram que as sementes de *Moringa oleifera* atuam como coagulantes naturais eficazes, diminuindo a turbidez, a cor e os parâmetros físico-químicos da água, com eficácia comprovada até mesmo em comunidades ribeirinhas e indígenas na Amazônia. As folhas possuem uma elevada densidade nutricional, destacando-se pela presença de vitamina E (até 448 mg/100 g), vitaminas A e C, além de proteínas (~29 g/100 g) e minerais como ferro, cálcio e potássio. Estudos nacionais também mostraram que a atividade antioxidante varia de acordo com a idade da rebrota, estação do ano e região de cultivo, sendo mais pronunciada em plantas jovens do Sudeste brasileiro. Apesar das evidências promissoras, o uso alimentar da *Moringa oleifera* no Brasil continua limitado por resoluções da ANVISA desde 2019, que proíbem sua venda como alimento. Essa limitação é resultado da ausência de estudos toxicológicos conclusivos que assegurem a segurança a longo prazo. Embora a *Moringa oleifera* tenha comprovada utilidade como suplemento nutricional, coagulante natural e insumo para produção de mudas, a legislação nacional impede sua expansão no setor alimentício. Isso cria um descompasso entre o conhecimento científico e a regulamentação vigente. A *Moringa oleifera* é uma alternativa sustentável para a produção de mudas em substratos alternativos, tratamento de água e potencial fonte de nutrientes. No entanto, para aumentar sua utilização segura no Brasil, é fundamental investir em pesquisas toxicológicas e promover a comunicação entre ciência e regulamentação. Esses progressos podem estabelecer a espécie como um recurso estratégico para a agricultura sustentável, segurança alimentar e uso responsável do meio ambiente.

Palavras-chave: produção de mudas; substratos alternativos; coagulante natural; valor nutricional; regulamentação.

POTENCIAL DE SUBSTÂNCIAS BIOATIVAS NA QUALIDADE FISIOLÓGICAS DE SEMENTES DE MILHO

Thiago Marinho Silva ¹
 Jamile Fernanda Silva Cossolin ²
 Lucilene R. Santos ²

¹ Discente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A produção de milho (*Zea mays* L.) ocupa papel estratégico no agronegócio nacional, sendo base para diversos segmentos alimentares e industriais. No entanto, o sucesso da

lavoura está diretamente ligado ao estabelecimento inicial da cultura, especialmente à uniformidade e à rapidez na germinação e emergência das plântulas. Fatores ambientais e fisiológicos podem comprometer esse processo, tornando essencial o uso de tecnologias que otimizem o desempenho inicial das sementes. Nesse contexto, bioestimulantes agrícolas surgem como ferramentas inovadoras no manejo fisiológico das sementes. Compostos por substâncias como reguladores de crescimento, aminoácidos e extratos vegetais, esses produtos promovem a ativação de processos metabólicos essenciais, contribuindo para maior tolerância ao estresse e melhor desenvolvimento das plântulas. O presente trabalho visa avaliar os efeitos do bioestimulante comercial Stimulate®, aplicado via tratamento de sementes, sobre variáveis associadas ao desempenho inicial da cultura do milho, como taxa de germinação, índice de velocidade de emergência e crescimento das plântulas. O estudo será conduzido em laboratório, sob condições controladas, utilizando sementes da cultivar Dekalb 360 PRO3, com aplicação de duas doses do bioestimulante e uma testemunha sem aplicação. A metodologia seguirá protocolos estabelecidos para análise de sementes, com utilização de papel germitest, incubadora B.O.D. e controle de temperatura e fotoperíodo. Por meio da análise dos dados obtidos, espera-se verificar o potencial do uso de bioestimulantes como estratégia para promover um estande mais vigoroso e uniforme, o que pode resultar em maior eficiência produtiva no campo. A proposta reforça a importância da adoção de tecnologias sustentáveis no contexto da agricultura tropical e visa contribuir para o avanço técnico no tratamento de sementes em sistemas agrícolas de alta exigência.

Palavras-Chave: reguladores vegetais; *Zea mays*; bioestimulante.

CRESCIMENTO E QUALIDADE DE MUDAS DE ALFACE SOB DOSES DE ESTERCO CAPRINO EM SUBSTRATO

Matheus Moura ¹

Erizane Neves ¹

Leticia Garcia ¹

Ariel Mendes ²

¹ Discente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O experimento tem como objetivo avaliar o impacto de diferentes doses de esterco, misturado ao substrato e ao solo, na germinação e no vigor de cultivares de alface. O propósito principal é determinar de que forma a adição de esterco pode influenciar a capacidade germinativa e o desenvolvimento inicial das plantas. Foram utilizadas sementes de cinco cultivares de alface (B1, B2, B3, B4 e B5), semeando-se três sementes por unidade experimental. O substrato comercial padrão e o esterco curtido

foram peneirados e misturados em diferentes proporções de 25%, compondo os tratamentos. As sementes foram semeadas em recipientes de 200 mL, devidamente identificados e distribuídos aleatoriamente, sendo mantidos em ambiente controlado (20–25 °C) e irrigados diariamente. As avaliações de germinação foram realizadas nos dias 3, 5, 7 e 10, considerando comprimento de plântulas, índice de velocidade de germinação (IVG), tempo médio de germinação (TMG) e germinação final (GF). Espera-se que o esterco caprino, quando bem curtido e utilizado em proporções adequadas, proporcione melhoria na germinação e no vigor das mudas, contribuindo para práticas agrícolas mais sustentáveis e eficientes.

Palavras-chave: germinação; vigor de plântulas; produção de hortaliças.

SILAGEM SUSTENTÁVEL

Roque Idagir Frumi Souza Neto ¹

Jamile Fernanda Silva Cossolin ²

Wanderson Castro ²

¹ Discente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A sazonalidade climática representa um dos principais desafios para a pecuária brasileira, influenciando diretamente a disponibilidade e a qualidade das pastagens. Durante o período seco, a limitação na oferta de forragem compromete a nutrição dos animais, tornando essencial o uso de alimentos conservados, como a silagem. Nesse contexto, a incorporação de resíduos agroindustriais à silagem surge como uma estratégia sustentável e eficiente. O trabalho tem como objetivo fazer uma revisão de literatura sobre as vantagens de incorporar resíduos agroindustriais na silagem de capim. O trabalho foi realizado utilizando as plataformas de busca de artigos Google Acadêmico e Scielo. Os resultados mostram que subprodutos da agroindústria, como bagaço de cana, casca de soja, torta de algodão e resíduos de frutas, têm se mostrado viáveis tanto para reduzir perdas fermentativas quanto para melhorar a qualidade nutricional da forragem. Além de minimizar o impacto ambiental causado pelo descarte inadequado desses resíduos, seu uso contribui para a redução de custos na alimentação animal. Estudos demonstram que a adição de coprodutos à silagem de capim *Panicum monbaça* reduz perdas de matéria seca, gases e efluentes, promovendo perfis fermentativos ideais. Apesar da alta qualidade do milho na produção de silagem, seu custo e exigência por área incentivam a busca por alternativas. A substituição parcial com resíduos agroindustriais promove o reaproveitamento de materiais com alto valor nutricional e alinhamento à economia circular. A prática melhora a estabilidade fermentativa e conserva nutrientes essenciais, sendo especialmente útil em períodos de escassez de pastagem. Assim, concluímos que a utilização de resíduos agroindustriais na produção de silagem se

consolida como uma solução sustentável, eficiente e economicamente viável para a pecuária brasileira.

Palavras-Chave: Forragem; Resíduos agroindustriais; Nutrição animal.

TECNOLOGIA E SUSTENTABILIDADE COMO FATORES DETERMINANTES NO CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO DE SOJA NO BRASIL

Wemerson Rian Oliveira dos Santos ¹

Júnior de Souza Costa ²

¹ Discente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A produção agrícola desempenha papel estratégico na economia brasileira, tendo na soja um de seus principais pilares. O Brasil se consolidou como um dos maiores produtores e exportadores mundiais do grão, com destaque para o estado do Mato Grosso, refletindo o impacto positivo de avanços tecnológicos, políticas de incentivo e da crescente demanda global, especialmente por parte da China. Este trabalho tem como objetivo analisar os principais fatores que impulsionam a produção de soja no Brasil, destacando o papel das tecnologias no avanço da produtividade, ao mesmo tempo em que discute os desafios socioambientais e as alternativas para uma produção mais sustentável e responsável. Para a realização deste trabalho, realizou-se uma revisão bibliográfica nas plataformas de busca Google Acadêmico e SciELO com os termos “tecnologia na soja” e “produção sustentável”. A expansão da soja, iniciada na década de 1940 na região Sul, avançou significativamente a partir da segunda metade dos anos 1980 para o Centro-Oeste e o MATOPIBA — região composta por áreas do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Essa interiorização produtiva foi possível, em grande parte, graças à aplicação de tecnologias adaptadas ao cerrado, como sementes geneticamente modificadas, correção do solo com calcário, sistemas de plantio direto, uso de GPS e monitoramento por satélites. O crescimento do setor tem elevado o PIB “per capita” em diversas regiões, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico local e fortalecendo a balança comercial brasileira. No entanto, a expansão da soja também traz desafios relevantes, como a conversão de áreas naturais em lavouras, o aumento do uso de defensivos agrícolas e os impactos sobre a biodiversidade. Com projeções indicando aumento contínuo da produção até 2032/33, o uso de tecnologias sustentáveis torna-se essencial para mitigar os impactos ambientais. Portanto, integração entre agricultura de precisão, biotecnologia e práticas conservacionistas é fundamental para conciliar crescimento econômico com sustentabilidade ambiental.

Palavras-chave: Sustentabilidade ambiental; Expansão agrícola; Políticas de incentivo.

MANEJO DE PASTAGENS: IMPACTOS, DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A SUSTENTABILIDADE DA PECUÁRIA

João Henrique Preciso da Silva ¹
Douglas Henrique Silva de Almeida ²

¹ Discente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A pecuária brasileira tem nas pastagens sua principal base alimentar. Entretanto, estudos apontam que o manejo inadequado dessas áreas pode gerar perdas significativas, tanto produtivas quanto econômicas, comprometendo a sustentabilidade da atividade. Nesse contexto, compreender os sistemas de pastejo e suas práticas de manejo são essências para otimização o uso da forragem e preservar a saúde do solo e dos animais. O objetivo deste estudo é analisar os sistemas de manejo de pastagens, com foco no pastejo contínuo e rotacionado, e avaliar seus impactos sobre a produtividade, a conservação da forragem e a rentabilidade da pecuária. As buscas foram realizadas em repositórios de teses e trabalhos da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) e da Faculdade de ciências sociais aplicadas do Vale de São Lourenço – FAEF, de 2018 a 2025. A metodologia consistiu em revisão de estudos técnicos e científicos que discutem os efeitos do uso correto e incorreto das pastagens, bem como as estratégias aplicáveis para melhorar a eficiência do sistema produtivo. A problemática central envolve o mau uso da pastagem, que resulta em situações de superpastejo ou sub pastejo. O superpastejo ocorre quando a pressão de lotação ultrapassa a capacidade de suporte da área, provocando degradação do solo e perda de vigor do pasto. O sub pastejo, por sua vez, gera sobra de forragem e desperdício de recursos, reduzindo a eficiência produtiva. Como solução, os estudos pesquisados indicam o pastejo rotacionado como uma alternativa sustentável, pois promove períodos de descanso do pasto, favorece a rebrota, melhora o aproveitamento da forragem e prolonga a vida útil da pastagem. Estratégias como a definição da entrada e saída dos animais de acordo com a altura da forragem e o planejamento da lotação animal são fundamentais para garantir melhores resultados. Já o pastejo contínuo, embora mais comum em áreas nativas, pode ser intensificado por meio de ajustes de carga animal e subdivisão da área, aumentando o controle sobre a pressão de pastejo. Conclui-se que a adoção de práticas de manejo adequadas, baseadas em estudos técnicos, é essencial para reduzir prejuízos, melhorar a produtividade e assegurar a sustentabilidade econômica e ambiental da pecuária.

Palavras-chave: manejo de pastagens; pastejo contínuo; pastejo rotacionado.

UTILIZAÇÃO DE SIMULADOR DE CHUVA NA ANÁLISE DAS PERDAS DE ÁGUA E SOLO EM SISTEMA DE PLANTIO CONVENCIONAL E PLANTIO DIRETO

Marcelo Ferreira de Souza ¹
Jamilé Fernanda Silva Cossolin ²

¹ Discente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

As perdas de água e solo na agropecuária são problemas que influenciam diretamente na produtividade e poluição ambiental, com alterações físicas, químicas, biológicas e hidrológicas. No Brasil, pesquisas sobre intensidade e precipitação se restringem, além disso nos estudos agroclimáticos se evidenciam as dificuldades de se trabalhar com chuvas naturais, portanto a alternativa mais viável é a utilização de chuvas simuladas fornecidas por um equipamento específico, o simulador de chuva. O presente trabalho tem como objetivo utilizar um aparelho que simula a chuva para analisar as perdas de volume de água e massa de solo em dois tipos de sistema: plantio convencional (SPC) e plantio direto (SPD), estudando o efeito de quatro intensidades de precipitação (40, 60, 80 e 100 mm/h). Para isso foram feitos quatro tratamentos em um delineamento experimental de blocos casualizados, com quatro repetições. Como resultado, os dados coletados sobre médias de perdas de água e solo têm valores diferentes entre os dois sistemas, sendo menores para o (SPD) com 46 % de perdas médias quando comparado com o outro sistema de plantio (SPC). Sendo assim, conclui-se que para um manejo onde procura-se respectivamente reduzir as perdas totais de solo e água, a opção mais viável é a com cobertura, potencializando o sistema de plantio direto.

Palavras-Chave: Controle de chuva; erosão; sistema de plantio.

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A ATUAÇÃO CONTÁBIL NA FASE RECURSAL DAS LICITAÇÕES PÚBLICAS EM JACIARA/MT (2021-2024)

Julianna Ribamar de Carvalho Caitano de Sousa ¹
Thiago Santos Rezende ²

¹ Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O presente trabalho busca, ao apresentar o funcionamento do processo de licitação, demonstrar a importância da atuação do profissional contábil nesse procedimento, com ênfase na fase de recursos. A licitação é o instrumento utilizado pela Administração Pública para adquirir bens e produtos, realizar obras e serviços e promover a alienação de seu patrimônio, sempre pautada pelos princípios da legalidade, isonomia e justa competição. Regulada pela Lei nº 14.133/2021, sua finalidade é assegurar que a proposta mais vantajosa seja selecionada, sendo suas fases, modalidades e critérios de julgamento claramente definidos pela legislação vigente. A fase recursal constitui etapa essencial no processo licitatório, permitindo que decisões equivocadas sejam revistas e garantindo os direitos dos participantes, bem como a transparência e a legitimidade do certame. Não se trata apenas de uma formalidade burocrática, mas de um mecanismo de defesa capaz de influenciar diretamente os resultados, exigindo embasamento técnico, jurídico e contábil consistente para que os objetivos da licitação sejam plenamente alcançados. Nessa etapa, o profissional contábil exerce papel fundamental, auxiliando na análise de documentos de habilitação, como balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais relatórios financeiros, cuja interpretação correta frequentemente pode alterar decisões administrativas. Tendo isso como base, esta pesquisa, de caráter descritivo e qualitativo, com abordagem documental, busca evidenciar como o conhecimento técnico do profissional contábil agrega valor à análise da documentação de habilitação e à avaliação de recursos e contrarrecursos nos processos licitatórios realizados no município de Jaciara, Mato Grosso, entre os anos de

2021 e 2024. Ressalta-se que a coleta de dados ainda se encontra em andamento, e, ao final, será apresentada uma conclusão detalhada sobre as matérias contábeis mais frequentemente discutidas em sede de recursos e contrarrecursos, bem como o índice de efetividade dessas impugnações quando analisadas pela comissão licitatória, contribuindo para compreender a influência do conhecimento contábil nas decisões administrativas.

Palavras-Chave: licitação; recursos; importância; atuação; contábil.

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE E GOVERNANÇA CORPORATIVA EM EMPRESAS FAMILIARES

Isneivan Júnior de Oliveira Freitas Delmondes ¹

Leonardo Pacheco da Silva ¹

Raul Vitor Rodrigues de Oliveira Silva ¹

Renan Garcia Florentino de Lima ²

¹ Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

Administração Corporativa em Empresas Familiares segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas empresas (SEBRAE) um negócio familiar é a interação de dois sistemas separados, a família e o negócio, que estão conectados. As empresas familiares podem incluir diversos membros da família, tanto na parte administrativa quanto como acionistas e membros da diretoria. De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), no Brasil 90% das Empresas são familiares ou tiveram essa origem, são responsáveis por cerca de 65% do Produto Interno Bruto Nacional. Essa pesquisa busca evidenciar a importância da Contabilidade e da Governança corporativa, usando métodos quantitativos e qualitativos nos desafios na gestão de Empresas com esse perfil. A Fundação Dom Cabral, escola de negócios reconhecida internacionalmente, destaca que dentre as empresas familiares de médio porte, 46,9% estão na 1ª geração, 43% na 2ª e 10,1% na 3ª geração do controle da sociedade, o que mostra o desafio da longevidade dos negócios. Essa dificuldade se evidencia no apego e a centralização excessiva de poder, a sobreposição de papéis, a dificuldade de reconhecer e trabalhar as próprias limitações e confusão patrimonial entre as despesas financeiras. Diante desse cenário a implantação da Governança Corporativa juntamente com boas práticas contábeis em empresas familiares é essencial para a jornada a longo prazo elas entram como a solução para viabilizar a gestão se baseando em quatro principais pilares: Transparência, equidade, prestação de contas e

responsabilidade corporativa. Essas medidas fortalecem a confiança entre os sócios e familiares amplificando as chances de estabilidade e crescimento no mercado.

Palavras-Chave: Práticas contábeis; Governança Corporativa; Empresas Familiares.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO: SUPERÁVIT E DÉFICIT

Kayro Eduardo Rodrigues de Carvalho ¹

Cassio Walnero Crepaldi ²

¹ Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O Balanço Orçamentário, previsto na Lei nº 4.320/1964, é um demonstrativo contábil que compara as receitas e despesas previstas com as efetivamente realizadas durante um exercício financeiro, permitindo avaliar a execução orçamentária e a responsabilidade na gestão fiscal. Sua estrutura detalha receitas e despesas por categoria econômica, origem, espécie e grupo de natureza, apresentando dados como previsão inicial, previsão atualizada, valores realizados no bimestre, acumulado e saldo a realizar. Inclui também as receitas e despesas intraorçamentárias, transações entre órgãos do mesmo ente, como secretarias de um município que devem ser destacadas separadamente para não distorcer o resultado. As receitas líquidas já vêm deduzidas de restituições, descontos, repasses ao FUNDEB e outros abatimentos, e valores de refinanciamento da dívida devem aparecer tanto nas receitas quanto nas despesas. O resultado pode indicar superávit, quando a receita realizada é maior que a despesa executada, ou déficit, quando ocorre o contrário. O superávit financeiro de exercícios anteriores pode ser usado para abertura de créditos adicionais, mas não é contabilizado como receita do período, podendo gerar desequilíbrio aparente. Esse balanço é essencial para mostrar se o ente público gastou dentro do que arrecadou, contribuindo para a transparência, o controle social e a análise do impacto orçamentário entre exercícios.

Palavras-Chave: Balanço orçamentário; superávit; déficit; receitas; despesas.

CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO: PRINCIPAIS TIPOS DE PROCESSO ADMINISTRATIVOS SANCIONADOS

Beatriz Quatroque Boechat ¹

Diego Campos Pereira ²

¹ Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

Em um cenário onde a transparência financeira é cada vez mais crucial, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) desempenha um papel fundamental no combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. A Lei nº 9.613 de 1998 descreve o crime de lavagem ou ocultação de bens, muito conhecido como lavagem de dinheiro, que consiste no ato de ocultar ou dissimular a origem ilícita de bens ou valores que sejam frutos de crimes. A colaboração entre contadores e o COAF se torna essencial para o sucesso no combate à lavagem de dinheiro. Ao comunicar operações suspeitas, os profissionais da contabilidade desempenham um papel fundamental na proteção da sociedade e na garantia da integridade do sistema financeiro. Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo identificar os principais tipos de processos administrativos sancionando emitidos pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), bem como identificar o valor das infrações aplicadas, e os valores pagos. Para atingir o objetivo, utilizou-se uma pesquisa descritiva, que busca detalhar os principais processos administrativos emitidos pelo COAF, bem como os valores aplicados. A coleta de dados ocorreu através de uma pesquisa documental, utilizando-se informações disponibilizadas pelo COAF. Como resultados, espera-se verificar quais os tipos de processo administrativos mais comuns emitidos pelo (COAF), e os valores arrecadados.

Palavras-Chave: lavagem de dinheiro; COAF; processo administrativo.

DIREITO

A ADOÇÃO NO BRASIL: DESAFIOS JURÍDICO, SOCIAIS E O IMPACTO DA ADOÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE FAMÍLIAS HOMOAFETIVAS

Vitor Soares dos Santos ¹

Joseane Malheiros Alvim Parmigiani ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A adoção no Brasil é um instituto jurídico que estabelece vínculo de filiação entre adotante e adotado, conferindo ao adotado os mesmos direitos e deveres de um filho biológico. Regulamentada principalmente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, a adoção tem como fundamento a proteção integral e o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária. Além disso, a Constituição Federal de 1988 e o Código Civil dão respaldo normativo à proteção da família em suas diversas formas, reconhecendo a adoção como um direito fundamental. O processo legal envolve várias etapas, como habilitação dos pretendentes, avaliação psicossocial e jurídica, estágio de convivência e, por fim, a sentença judicial. A celeridade e a eficácia do procedimento são essenciais para resguardar os direitos dos menores. No contexto das mudanças sociais e da ampliação do conceito de família, o ordenamento jurídico brasileiro passou a admitir a adoção por casais homoafetivos. Decisões paradigmáticas do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça consolidaram o entendimento de que a orientação sexual não pode ser fator de exclusão do direito à parentalidade. Essa evolução está em consonância com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da não discriminação, assegurando a esses casais a possibilidade de formar famílias plenas e legalmente reconhecidas. Apesar desses avanços, a realidade prática revela obstáculos. Persistem preconceitos sociais, resistências culturais e até mesmo

discriminações institucionais, manifestadas por profissionais como psicólogos, assistentes sociais e magistrados. A ausência de legislação específica voltada à adoção por casais homoafetivos contribui para interpretações divergentes, insegurança jurídica e morosidade processual. Além disso, fatores socioculturais ainda influenciam percepções equivocadas sobre a capacidade dessas famílias de oferecer um ambiente estável, saudável e afetivo às crianças. Diante desse cenário, torna-se imprescindível refletir sobre os desafios jurídicos e sociais que envolvem a adoção por casais homoafetivos no Brasil. A análise crítica permite identificar as contradições entre os avanços legislativos e os entraves práticos, reforçando a necessidade de políticas inclusivas e de maior preparo dos profissionais envolvidos. Somente assim será possível efetivar os direitos da criança e do adolescente, assegurando, em qualquer situação, o seu melhor interesse.

Palavras-chave: Adoção; casais homoafetivos; estatuto da criança e do adolescente.

A DISPENSA DE LICITAÇÃO NO VALE DO SÃO LOURENÇO: OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA EMPRESÁRIOS INDIVIDUAIS E MICROEMPRESAS

Felipe Azevedo de Souza ¹

Ricardo Feistauer Júnior ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A aplicação da dispensa de licitação, prevista na Lei de licitações e contratos administrativos, no contexto das microempresas e empresários individuais do Vale do São Lourenço, região caracterizada pela forte presença de pequenos negócios e pelo potencial de desenvolvimento econômico local. A nova legislação de licitações trouxe avanços significativos ao ampliar limites para a dispensa e reduzir burocracias, tornando o processo de contratação pública mais ágil e acessível. Contudo, apesar dessas melhorias, persistem desafios práticos que dificultam o acesso de micro e pequenos empreendedores ao mercado público, tais como a falta de estrutura administrativa, a insuficiência de conhecimento técnico e a carência de informações claras sobre os procedimentos. O estudo adota abordagem qualitativa, fundamentada em análise bibliográfica e documental, com base na Lei de licitações e contratos administrativos, e em dispositivos constitucionais que assegurem tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas. A partir desse referencial, a pesquisa busca identificar as oportunidades geradas pela dispensa de licitação para a inclusão de microempresas nas compras públicas, ao mesmo tempo em que analisa os entraves que limitam sua efetividade. Entre os principais desafios apontados estão a ausência de capacitação técnica dos empreendedores, a complexidade administrativa que ainda envolve os processos de contratação e o desconhecimento das vantagens legais que lhes são

garantidas. Nesse sentido, propõe-se como solução a criação de programas de treinamento presenciais e online, a ampliação das políticas públicas de incentivo e a maior divulgação das oportunidades de negócios ofertadas pela administração pública. Conclui-se que a dispensa de licitação pode se consolidar como um instrumento estratégico para a promoção da inclusão econômica e social no Vale do São Lourenço, fortalecendo a competitividade das microempresas e contribuindo para o desenvolvimento regional, desde que venha acompanhada de iniciativas de capacitação, apoio institucional e acesso democrático à informação.

Palavras-chave: Administração Pública; Inclusão Social; Contratações Públicas; Emprego.

A EFICÁCIA DAS MEDIDAS PROTETIVAS E A LEI MARIA DA PENHA NA PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA NOS CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Ana Cristina Aparecida Ferreira ¹

Jessé Moraes dos Santos ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A Lei Maria da Penha representa um marco na proteção dos direitos das mulheres, criando mecanismos para prevenir e combater a violência doméstica e familiar. Entre suas principais disposições estão a definição das diferentes formas de violência (física, psicológica, sexual, patrimonial e moral), a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar, a responsabilização do agressor por meio de prisão em flagrante ou preventiva e a exclusão desses crimes da competência dos Juizados Especiais Criminais, evitando que sejam tratados como de menor potencial ofensivo. O ponto central da lei é a previsão das medidas protetivas de urgência, que podem ser concedidas pelo juiz em até 48 horas, visando resguardar a integridade física, psicológica e patrimonial da vítima. Entre elas estão o afastamento do agressor do lar, a proibição de contato com a vítima e familiares, a suspensão de visitas aos dependentes e a restituição de bens. A eficácia dessas medidas depende da celeridade na concessão e da atuação da rede de proteção composta por Judiciário, Ministério Público, Defensoria, serviços de saúde e assistência social. Sua efetividade é essencial para prevenir a reincidência, rompendo o ciclo de violência e fortalecendo a proteção à dignidade da mulher.

Palavras-chave: Violência doméstica; Lei Maria da Penha; medidas protetivas de urgência.

A EFICÁCIA DO CEJUSC NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: ANÁLISE DOS MÉTODOS DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO NO DIREITO DE FAMÍLIA

Felipe Emmanuel Ribas de Oliveira ¹

Francisco Eudes Gomes de Lima ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A mediação e a conciliação têm se consolidado como mecanismos fundamentais para a resolução de conflitos, especialmente no âmbito do Direito de Família, ao oferecerem alternativas mais humanas e eficazes diante da sobrecarga do sistema judicial tradicional. Esses métodos, incorporados às práticas institucionais, promovem não apenas a celeridade na solução das demandas, mas também a preservação das relações interpessoais, fator crucial em litígios que envolvem vínculos afetivos e responsabilidades parentais. Nesse contexto, os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) emergem como espaços voltados à pacificação social, possibilitando tanto a mediação quanto a conciliação em fases pré-processuais ou processuais. A relevância da mediação reside na sua capacidade de restabelecer o diálogo e reconstruir laços entre as partes, permitindo que os próprios envolvidos participem da construção de soluções adequadas às suas realidades. Diferentemente de uma imposição estatal, esse processo valoriza a autonomia e a corresponsabilidade, fortalecendo acordos que tendem a ser mais duradouros. Já a conciliação, caracterizada pela atuação mais ativa do terceiro facilitador, amplia a possibilidade de composição ao oferecer propostas e alternativas que orientam as partes no alcance de consensos. No campo familiar, essas práticas demonstram eficácia em questões como divórcio, guarda de filhos e pensão alimentícia, nas quais a continuidade da convivência e a necessidade de cooperação futura exigem soluções mais sensíveis e adaptadas às particularidades de cada núcleo. Ao possibilitar decisões menos desgastantes emocionalmente e financeiramente, os métodos autocompositivos contribuem para a redução da litigiosidade e para a construção de uma cultura do diálogo, em substituição ao modelo adversarial historicamente predominante. Apesar dos avanços, alguns desafios ainda se apresentam, como a resistência cultural à adoção de práticas consensuais, a carência de formação técnica adequada de profissionais e a desigualdade no acesso às informações. Tais obstáculos indicam a necessidade de contínuo aprimoramento das políticas públicas e da estrutura dos CEJUSCs, a fim de ampliar sua efetividade e alcance social. Ainda assim, os resultados já alcançados evidenciam a relevância desses métodos para o fortalecimento de uma justiça mais participativa, célere e inclusiva. Dessa forma, a análise da eficácia da mediação e da conciliação nos CEJUSCs revela não apenas sua

função prática na resolução de litígios, mas também seu papel transformador na promoção de um sistema de justiça que se aproxima das demandas reais da sociedade. Mais do que reduzir processos, trata-se de implementar um modelo de pacificação social que privilegia o diálogo, a corresponsabilidade e a busca por soluções equitativas, consolidando-se como importante ferramenta para a efetivação do direito de acesso à Justiça e para o fortalecimento da cultura de paz no âmbito das relações familiares.

Palavras-Chave: Mediação; Conciliação; CEJUSC; Conflitos Familiares; Acesso à Justiça.

A IMPORTÂNCIA DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA - FILTRO PARA O CÁRCERE

Kauane da Silva Ferreira ¹

Gabriella Lopes de Azevedo ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A audiência de custódia configura-se como um importante instrumento jurídico de contenção do encarceramento em massa no Brasil, assegurando a proteção dos direitos fundamentais e a legalidade das prisões ao possibilitar a apresentação imediata da pessoa presa a um juiz, que, além de verificar a legalidade da prisão em flagrante, pode apurar eventuais abusos cometidos pela autoridade policial, como casos de tortura, maus-tratos ou violência desnecessária, reforçando a dignidade da pessoa humana; sua relevância é ainda mais evidente diante da grave crise do sistema prisional brasileiro, caracterizado por superlotação, precariedade estrutural e altos índices de presos provisórios mantidos por longos períodos sem julgamento, o que agrava a incapacidade do sistema de cumprir sua função ressocializadora; nesse cenário, a audiência de custódia atua como filtro indispensável para avaliar a real necessidade da prisão preventiva e a viabilidade de medidas cautelares diversas, como monitoramento eletrônico, comparecimento periódico em juízo ou restrição de contato, evitando o uso desproporcional da privação de liberdade e alinhando o processo penal brasileiro aos compromissos assumidos em tratados internacionais de direitos humanos; contudo, sua efetividade encontra entraves na carência de estrutura adequada em muitas comarcas, na insuficiência de defensores públicos e na persistência de uma mentalidade punitivista ainda presente em parte da sociedade e das instituições estatais, o que limita a plena realização de seus objetivos; embora não seja capaz de, isoladamente, resolver problemas estruturais do sistema penitenciário nem de eliminar a superlotação, a audiência de custódia representa um avanço jurídico relevante, que fortalece a atuação do Poder Judiciário, incentiva a adoção de alternativas penais mais proporcionais e humanas e contribui para a construção de uma cultura processual mais democrática e menos seletiva, estimulando a reflexão crítica sobre seu real papel como mecanismo de contenção do encarceramento em massa e de promoção de um sistema de justiça mais alinhado aos princípios constitucionais e aos direitos humanos.

Palavras-Chave: audiência de custódia; encarceramento em massa; medidas cautelares.

A LEI BERENICE PIANA E O ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR NO SUS: ENTRE A LEGISLAÇÃO E A MATERIALIDADE

Maria Eduarda Tavares de Freitas ¹

Magno Rafael Miranda Santos ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

RESUMO

A Lei Berenice Piana, representou um marco significativo no reconhecimento e na efetivação dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), ao instituir a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA. Essa legislação garante prerrogativas essenciais, como o acesso à saúde, à educação e ao atendimento especializado, equiparando os indivíduos autistas, para todos os efeitos legais, às demais pessoas com deficiência. Apesar do caráter inovador e do potencial transformador dessa norma, sua aplicação prática ainda apresenta desafios, evidenciando um descompasso entre as garantias legais e a realidade vivida por crianças autistas e suas famílias. O presente trabalho, de caráter bibliográfico. A partir dessa metodologia, buscou-se compreender não apenas os dispositivos previstos na Lei Berenice Piana, mas também os obstáculos enfrentados para sua plena efetivação no contexto brasileiro. Os resultados da análise apontam que, embora o atendimento multiprofissional seja um direito legalmente assegurado e deva ser disponibilizado tanto pelo Sistema Único de Saúde (SUS) quanto por operadoras privadas, ainda existe significativa limitação no acesso a especialistas fundamentais para o desenvolvimento integral de crianças com TEA, como fonoaudiólogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, nutricionistas, neuropediatras, neuropsicólogos e psiquiatras. A escassez desses profissionais e a falta de políticas públicas efetivas de inclusão e saúde fazem com que muitas famílias precisem recorrer ao Poder Judiciário para garantir o acesso às terapias necessárias, o que gera sobrecarga no sistema judicial e atraso no acompanhamento clínico das crianças. Tal realidade compromete o desenvolvimento global do indivíduo com TEA, considerando que sua evolução depende de um acompanhamento contínuo, individualizado e integrado. Conclui-se que a existência de uma legislação, por si só, não assegura a concretização dos direitos das pessoas com autismo. É necessário que haja uma articulação eficiente entre os entes federativos, os serviços de saúde, as instituições educacionais e o sistema de justiça, a fim de transformar os dispositivos legais em práticas concretas que promovam dignidade,

inclusão e qualidade de vida para as crianças autistas e suas famílias. Assim, o estudo reforça a importância de uma abordagem interdisciplinar e intersetorial, que garanta não apenas o cumprimento formal da Lei Berenice Piana, mas também sua efetividade no cotidiano social, educacional e clínico.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Direitos Fundamentais; Atendimento Multiprofissional; SUS.

A PROTEÇÃO JURÍDICA DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO BRASIL

Leidikele Sampaio Barbosa ¹

Jacy Ovidio de Miranda ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista é classificado, cientificamente, como um distúrbio do neurodesenvolvimento, caracterizado por um desenvolvimento atípico, alterações comportamentais, prejuízos na comunicação e dificuldades nas interações sociais. O termo “espectro” é utilizado para refletir a ampla variabilidade na forma como o transtorno se manifesta entre os indivíduos. Embora a causa do autismo ainda não seja totalmente conhecida, avanços científicos têm ampliado a compreensão sobre seus aspectos neurológicos, sintomas e efeitos no cotidiano. Sua inclusão no *DSM* foi um marco que garantiu reconhecimento oficial e critérios diagnósticos mais precisos. No Brasil, os direitos das pessoas com autismo começaram a ser consolidados juridicamente em 2012. A primeira legislação voltada especificamente ao TEA foi resultado da mobilização e da luta de Berenice Piana, mãe de uma criança autista, pela inclusão e proteção legal de seu filho. Esta Lei, foi implantada em 27 de dezembro de 2012, e reconheceu o autismo como uma deficiência para todos os efeitos legais e instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Essa legislação garante aos autistas o direito ao diagnóstico precoce, a tratamentos especializados, ao acesso a terapias e medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), à inclusão educacional em escolas regulares com apoio adequado, e à proteção social. Ao equiparar os direitos das pessoas com TEA aos das demais pessoas com deficiência, a lei representou um avanço significativo na promoção da cidadania e da inclusão social desse grupo, sendo que também abriu caminho para outras legislações importantes, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que ampliou e consolidou os direitos das pessoas com deficiência no país. Entre as leis subsequentes, destaca-se a Lei Romeo Mion, que criou a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA). Esta carteira busca facilitar o acesso aos direitos garantidos por lei, especialmente em situações nas quais o autismo, por não apresentar

características físicas visíveis, dificulta o reconhecimento do direito ao atendimento prioritário — como em filas, no uso de vagas de estacionamento ou em serviços públicos e privados. O documento é emitido gratuitamente por órgãos estaduais ou municipais. Além da legislação federal, diversos municípios também têm implementado leis e iniciativas locais para ampliar o apoio às pessoas com TEA. Em nosso município, por exemplo, existe legislação que assegura o direito à triagem do desenvolvimento infantil, com o objetivo de identificar precocemente sinais do espectro autista. Também são promovidas campanhas de conscientização realizadas anualmente na primeira semana de abril, em alusão ao Dia Mundial de Conscientização do Autismo. Outra importante ação local é o Programa de Atenção e Orientação às Mães Atípicas, intitulado “*Cuidando de Quem Cuida*”, que oferece suporte emocional e informativo às famílias de crianças com TEA.

Palavras-Chave: Autismo; Lei, Espectro.

A RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS DO AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE MATO GROSSO: OBSTÁCULOS E SOLUÇÕES

Geovana Vitória Aleixo Rolon¹

Ricardo Feistauer Junior²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

RESUMO

Sabe-se que o volume de pedidos de falência e recuperação judicial tem aumentado de forma significativa com o passar do tempo, em especial, nas empresas do agronegócio. Os impactos resultantes desses pedidos cada vez mais frequentes podem ser sentidos a nível estadual, tanto nos preços dos alimentos, quanto nos níveis de emprego e desemprego, além de serem claros indicadores de desempenho da economia, visto que o agronegócio é a atividade responsável por 56% (cinquenta e seis por cento) do produto interno bruto do Estado de Mato Grosso. Vez que temos ciência da importância desta atividade para o Brasil, se faz necessário identificar as dificuldades e facilidades que os processos de recuperação judicial e falência possuem, além de entender os motivos pelos quais houve o aumento desse tipo de processo. Alguns canais de comunicação variados apontam questionamentos que devem ser ponto de reflexão pela sociedade, entre eles a viabilidade dos pedidos e a eficácia dos meios de recuperação e falência, visto que, por vezes, tais meios são utilizados como forma de fraudar credores, fugindo das obrigações ora assumidas. Dessa forma busca-se indicar quais seriam as soluções oferecidas pelos processos estudados e quais os obstáculos enfrentados neles.

Palavras-Chave: legislação; créditos; direitos.

A REFORMA TRIBUTÁRIA E SEUS POSSÍVEIS IMPACTOS NO AGRONEGÓCIO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Leonardo Correa de Oliveira ¹

Jessé Moraes dos Santos ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

RESUMO

A Emenda Constitucional nº 132/2023 promoveu uma profunda reestruturação na tributação sobre o consumo no Brasil, ao substituir cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por dois novos: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), ambos sob o modelo do Imposto sobre Valor Agregado (IVA-Dual), além da criação do Imposto Seletivo (IS), com caráter extrafiscal. Este trabalho tem por objetivo analisar os impactos da reforma tributária sobre o agronegócio do Estado de Mato Grosso, setor responsável por mais de 50% do Produto Interno Bruto estadual. Os resultados indicam que a reforma possui potencial de simplificar o sistema, ampliar a previsibilidade e reduzir litígios, em especial devido à adoção do regime não cumulativo. Entretanto, existem desafios relevantes, como a possível elevação da carga tributária sobre insumos essenciais (combustíveis, fertilizantes e agrotóxicos), a extinção de incentivos fiscais regionais e a insegurança jurídica gerada pela transição até 2033. A mudança da arrecadação do critério de origem para destino também tende a afetar negativamente estados exportadores, como Mato Grosso. Dessa forma, torna-se essencial a criação de mecanismos compensatórios e normas infraconstitucionais que garantam a continuidade da competitividade do setor. Conclui-se que o sucesso da reforma estará condicionado à qualidade da regulamentação complementar e à capacidade de adaptação do setor produtivo. Além disso, destaca-se a relevância acadêmica e social do estudo, uma vez que fornece subsídios teóricos e práticos para compreender como uma reforma dessa magnitude pode alterar a dinâmica econômica de regiões fortemente dependentes do agronegócio. Assim, este trabalho contribui para o debate jurídico-tributário e para a formulação de políticas públicas que assegurem o equilíbrio federativo, a justiça fiscal e a sustentabilidade do desenvolvimento econômico mato-grossense. Ressalte-se, ainda, que a análise crítica aqui apresentada busca antecipar os possíveis cenários decorrentes da implementação da reforma, oferecendo suporte tanto para a comunidade acadêmica quanto para profissionais do direito, legisladores e agentes econômicos. Ao enfatizar os riscos e oportunidades do novo modelo tributário, o estudo pretende auxiliar na construção de estratégias que minimizem impactos negativos e maximizem os benefícios esperados, garantindo maior segurança jurídica e desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Agronegócio; Mato Grosso; Sustentabilidade; Competitividade; Direito tributário.

ACESSIBILIDADE DIGITAL E A LEI Nº 14.129/2021: UM ESTUDO SOBRE A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Geovanna Antonio Alves de Souza ¹

Kaiane Moreno ¹

Aldemira Teles da Silva ¹

Fabiana Souza de Andrade ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

RESUMO

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015, art. 2º), considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, em interação com barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Esse conceito é importante para compreender a relevância das normas que assegurem o uso acessível das tecnologias e acesso à informação como instrumentos de inclusão social. A presente pesquisa tem por objetivo analisar a Lei nº 14.129/2021, que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital no Brasil, com foco em verificar se a norma garante, em seus dispositivos, acessibilidade para pessoas com deficiência. Para tanto, realizou uma revisão de literatura sobre legislações e documentos oficiais, visando compreender o conceito de pessoa com deficiência e acessibilidade digital. Na sequência procedeu-se à análise da legislação. O estudo conduziu à constatação das seguintes questões centrais: (i) a norma traz a exigência de que os serviços digitais disponibilizados por órgãos e entidades da administração pública garantam a acessibilidade para as pessoas com deficiência, o que é estabelecido no artigo 3, XIX, em conformidade com Lei nº 13.146/2015; (ii) o artigo 21 busca reduzir a exclusão digital e garantir ações educativas para capacitação de servidores e inclusão digital da população. Embora reforce a obrigatoriedade da acessibilidade e demonstre preocupação com a inclusão digital, a norma limita-se a reiterar comandos existentes. Além disso, não estabelece mecanismos de integração efetiva com políticas públicas de inclusão digital e de implementação de padrões de acessibilidade. Conclui-se que a Lei nº 14.129/2021 representa um marco normativo para a promoção da cidadania digital no Brasil, ao estabelecer diretrizes que fortalecem a transparência, a inclusão e a capacitação tecnológica. Contudo, a efetividade de seus dispositivos depende da implementação contínua de políticas públicas que garantam acesso equitativo às tecnologias digitais, de modo a consolidar a inclusão digital como um direito fundamental e condição para o pleno exercício da cidadania.

Palavras-Chave: Lei nº 14.129/2021; Acessibilidade digital; PCD.

ADULTIZAÇÃO INFANTIL NA ERA DIGITAL: UM DIÁLOGO ENTRE PSICOLOGIA E DIREITO

Amanda Povuação Souza ¹

Kamila De Sousa Barbosa ²

Gabriella Lopes de Azevedo ³

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

³ Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

RESUMO

Vivemos em um período em que o limite entre infância e vida adulta se tornam cada vez menor. As redes sociais, o consumo de conteúdo e a exposição precoce à linguagem digital, comportamentos e responsabilidades adultas têm transformado extremamente o modo como as crianças vivenciam essa fase importante da vida. A adultização infantil, nesse contexto, não é apenas uma questão social é uma urgência que pede reflexão e ação urgente. Na Psicologia, compreendemos que a infância é um período crucial para o desenvolvimento emocional, cognitivo e social. Quando uma criança é exposta precocemente a situações como, discursos e responsabilidades que não condizem com sua maturidade psíquica, há um risco significativo de prejuízos à sua identidade, autoestima e saúde mental. Crianças que são adultizadas podem desenvolver ansiedade, insegurança, dificuldades relacionais e diversos outros sintomas, muitas vezes baseado em aparências ou validações externas. No campo do Direito, esse fenômeno também demanda de grande atenção. A Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e demais legislações garantem o direito à infância, ao desenvolvimento saudável e à proteção integral. Quando há exploração da imagem de crianças nas redes sociais, por exemplo, ou quando se incentiva comportamentos precoces visando lucros e visibilidade, entramos em zonas de violação de direitos e muitas vezes são sutis, mas profundamente prejudicial. É papel do Direito assegurar que esses direitos não sejam apenas garantias formais, mas efetivados na prática do dia a dia. É proposto um olhar crítico e cuidadoso sobre a adultização infantil na era digital. A Psicologia e Direito, juntos, precisam construir estratégias de conscientização, prevenção e intervenção, seja no âmbito familiar, escolar, comunitário ou jurídico. Precisa-se ser discutido o papel dos influenciadores infantis, a responsabilidade das plataformas digitais, o impacto das tendências midiáticas, e sobretudo, o papel dos adultos em proteger e preservar a infância como um tempo de aprendizado, brincadeira, imaginação e afeto.

Palavras-chave: Adultização; Exposição; Infância.

ANÁLISE ACERCA DA IMPORTÂNCIA DA PERÍCIA MÉDICA NO PROCESSO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE

Keydy Victória Taets Rodrigues ¹

Jessé Moraes dos Santos ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A perícia médica é o instrumento fundamental para a concessão de benefícios por incapacidade, assumindo papel central tanto na esfera administrativa do Instituto Nacional do Seguro Social quanto no âmbito judicial. O estudo tem como objetivo analisar a relevância dessa atividade e os impactos ocasionados pela falta de profissionais especializados, bem como discutir os reflexos dessa deficiência na efetividade dos direitos sociais assegurados pela Constituição Federal. A pesquisa evidencia que a ausência de médicos peritos devidamente capacitados compromete a qualidade dos laudos, ocasionando diagnósticos superficiais, indeferimentos injustos e, conseqüentemente, o aumento das demandas judiciais. Essa problemática é ainda mais acentuada em casos que envolvem doenças complexas, degenerativas e permanentes, as quais exigem conhecimento técnico aprofundado e uma avaliação minuciosa, não raramente negligenciada diante da sobrecarga e da padronização excessiva das análises realizadas pelo INSS. No campo judicial, observa-se que o laudo pericial assume caráter decisivo, sendo exigido que sua elaboração siga critérios legais, éticos e científicos, conforme previsto no Código de Processo Civil de 2015 e nas resoluções do Conselho Federal de Medicina. A análise demonstra que, embora exista um arcabouço normativo robusto, a realidade prática revela falhas estruturais e humanas que comprometem a função social da perícia, refletindo diretamente na vida de segurados que, muitas vezes, se veem privados de uma proteção que é de caráter alimentar. A metodologia adotada compreendeu revisão bibliográfica, análise de legislações, jurisprudências e normativas aplicáveis, além da observação crítica acerca da atuação administrativa e judicial. Como resultado, verificou-se a necessidade de medidas concretas voltadas à qualificação e especialização contínua dos profissionais responsáveis pelas avaliações periciais, bem como de reformas organizacionais que possibilitem maior eficiência e humanização do processo. Conclui-se que o fortalecimento da perícia médica, por meio de investimentos em formação, ampliação do quadro de peritos e adoção de práticas éticas e humanizadas, representa não apenas uma exigência técnica, mas também um compromisso com a justiça social e a dignidade da pessoa humana, valores constitucionais que devem nortear a concessão de benefícios por incapacidade.

Palavras-chave: Perícia médica; Benefícios por incapacidade; Segurados; Diagnóstico; Humanização.

ANÁLISE SOBRE A NECESSIDADE DE IMPLEMENTAR O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA

Lucas Calixto Lopes ¹
Grasiella Amanda Feitosa ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O termo "acolhimento", conforme o Dicionário Aurélio, envolve ações de receber, hospedar e oferecer abrigo, mas em um contexto mais amplo, refere-se ao fornecimento de apoio emocional e social a pessoas em situação de vulnerabilidade ou que passaram por rompimentos em seus vínculos familiares. No âmbito do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SFA), o conceito aplica-se ao processo de acolhimento de crianças e adolescentes que, por decisão judicial, foram afastados de suas famílias devido à violação de seus direitos. Essas crianças são recebidas por famílias previamente selecionadas e capacitadas, que têm o papel de protegê-las e cuidar delas até que seja possível o retorno ao convívio familiar ou sua adoção. Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) estabeleça o acolhimento familiar como forma preferencial de proteção provisória, essa modalidade ainda é pouco utilizada na prática, sendo frequentemente substituída pelo acolhimento institucional. Este último, apesar de necessário em determinadas situações, apresenta limitações significativas, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento emocional, afetivo dos acolhidos. A pesquisa identifica diversos obstáculos à implementação do SFA, incluindo a falta de profissionais qualificados, escassez de recursos financeiros, deficiências na infraestrutura tecnológica e a ausência de um suporte institucional estruturado. Além disso, fatores culturais e o desconhecimento da sociedade sobre o funcionamento e benefícios do SFA contribuem para a sua baixa adesão. A análise crítica desse cenário destaca a urgência de expandir e fortalecer o SFA como uma política pública prioritária, essencial para garantir os direitos fundamentais da infância e da adolescência no Brasil. Assim, o estudo busca enriquecer o debate acadêmico e social, sublinhando a importância de um modelo de acolhimento mais humanizado, afetivo e eficaz, capaz de promover o bem-estar e o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave: proteção provisória; famílias capacitadas; acolhimento familiar.

APOSENTADORIA RURAL E REFORMA PREVIDENCIÁRIA: IMPACTOS E DESAFIOS PARA OS TRABALHADORES DO VALE DO SÃO LOURENÇO/MT

Victor Arthur Heinrich ¹

Ricardo Feistauer Junior ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A Previdência Social constitui um dos pilares fundamentais da Seguridade Social brasileira, prevista na Constituição Federal de 1988 como direito social de todos os trabalhadores. A aposentadoria rural, no contexto da Reforma Previdenciária, representa um dos maiores desafios para os trabalhadores do Vale do São Lourenço/MT, região caracterizada por forte presença da agricultura familiar, produção em pequenas propriedades e trabalho predominantemente informal. A reforma trouxe alterações significativas, como a elevação da idade mínima, o endurecimento das exigências documentais e a redução da flexibilidade na comprovação da atividade rural, impondo obstáculos àqueles que, historicamente, enfrentam dificuldade em registrar formalmente sua contribuição laboral. Nesse cenário, muitos trabalhadores do campo, especialmente mulheres e idosos, veem-se ameaçados na garantia de um direito conquistado com luta social e que reconhecem as peculiaridades do trabalho rural, marcado pela sazonalidade, ausência de contratos formais e renda instável. A exigência de contribuição contínua e a maior rigidez nos requisitos previdenciários tornam o acesso à aposentadoria mais limitado, podendo gerar exclusão social, aumento da vulnerabilidade econômica e pressão migratória para áreas urbanas. Por outro lado, a reforma também busca garantir o equilíbrio financeiro da Previdência Social, diante do envelhecimento populacional e do aumento da expectativa de vida, o que coloca em debate a necessidade de compatibilizar sustentabilidade fiscal com justiça social. No caso do Vale do São Lourenço/MT, onde grande parte da população depende diretamente do campo para subsistência, as mudanças trazidas pela reforma exigem maior atenção das políticas públicas, incluindo programas de orientação previdenciária, incentivo à formalização e fortalecimento de associações rurais, de forma a assegurar que os trabalhadores não sejam excluídos do sistema. Além disso, é essencial refletir sobre a função social da aposentadoria rural não apenas como benefício financeiro, mas como instrumento de valorização do trabalho agrícola e de manutenção das famílias no campo, preservando a identidade cultural e econômica da região. Portanto, os impactos da reforma previdenciária sobre a aposentadoria rural no Vale do São Lourenço/MT revelam uma tensão entre a necessidade de sustentabilidade do sistema e a garantia de direitos sociais, impondo o desafio de construir soluções equilibradas que não negligenciam as especificidades do trabalho rural.

Palavras-Chave: Aposentadoria Rural; Reforma Previdenciária; Vale do São Lourenço.

AS BARREIRAS INVISÍVEIS: DIFICULDADES DOS PRESOS COM TORNOZELEIRA ELETRÔNICA NO MERCADO DE TRABALHO

Carloman Junior Silva Dourado ¹
Elihelder Eliezer Vitor Vilto Bueno ¹
Murilo Monteiro Ferreira de Souza ¹
Vitória Camilla Kapusta Nedel ¹
Jesse Moraes dos Santos ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

Este texto aborda um desafio pouco visível, mas muito real: as dificuldades que pessoas monitoradas por tornozeleira eletrônica enfrentam para conseguir e manter um emprego. Apesar de ser uma alternativa à prisão, criada para facilitar a reintegração e reduzir a superlotação dos presídios, a tornozeleira acaba se tornando um símbolo de exclusão. Ela atua quase como uma “sentença social” que vai além do tempo de pena imposto pela Justiça. Pessoas que estão sob monitoramento eletrônico enfrentam discriminação ao procurar emprego. Muitos empregadores, ao notarem a tornozeleira ou descobrirem a situação jurídica da pessoa, recusam-se a contratar, independentemente da sua experiência ou qualificação. Colegas de trabalho e até o público externo, podem reagir com desconfiança, contribuindo para a formação de um ambiente hostil que compromete a permanência no emprego. Além do estigma, existem obstáculos práticos: as regras do monitoramento restringem horários e locais de circulação. Isso torna quase impossível aceitar empregos com turnos noturnos, que exijam deslocamentos longos ou que tenham jornadas mais flexíveis. Setores que costumam absorver pessoas com passagem pela Justiça como construção civil, serviços gerais e manutenção, nem sempre conseguem adaptar-se a essas restrições. A ausência de suporte público é outro problema grave. Não há políticas consistentes de capacitação, orientação jurídica, apoio psicológico ou parcerias com o setor privado para incluir essas pessoas no mercado de trabalho. Muitas ficam sozinhas, tentando superar obstáculos estruturais e simbólicas sem nenhum amparo. O resultado não é só a dificuldade financeira. A exclusão prejudica a autoestima, a dignidade e o sentimento de pertencimento social. E, ironicamente, a falta de oportunidade aumenta o risco de reincidência, justamente o que a tornozeleira deveria contribuir para prevenir. É urgente e fundamental que governo, as empresas e a sociedade atuem juntos. Assegurar o direito ao trabalho não é só uma questão de justiça social, é uma condição essencial para que a pena cumpra seu papel de reintegração, evitando que se torne uma condenação perpétua à margem da sociedade.

Palavras-chave: presidiário; tornozeleira; brasileiro.

AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS ESTABELECIDAS NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA, LEI Nº 8.069/90) E A FALTA DE EFICÁCIA PARA RESSOCIALIZAÇÃO

Natalia dos Santos de Araújo ¹

Jesse Moraes dos Santos ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/90), em seu artigo 112, traz uma série de medidas socioeducativas e pedagógicas. O objetivo dessas medidas é promover a ressocialização de adolescentes infratores por meio da educação, da ressocialização e da responsabilização pelos atos praticados. Para a efetivação dessas medidas, devem ser respeitados os direitos constitucionais dos adolescentes, assegurados pela proteção estatal. No entanto, encontram-se inúmeros desafios para a eficácia dessas medidas na prática: a precariedade das unidades de internação, que estão superlotadas e não possuem capacidade para atender à demanda prospectada; o ambiente escolar e familiar violento em que muitos adolescentes estão inseridos desde a infância; a falta de materiais para auxiliar na ressocialização; a ausência de assistência de profissionais especialistas na área da infância e juventude; o abandono familiar e a omissão estatal são apenas alguns fatores que contribuem de forma significativa para que adolescentes infratores se tornem reincidentes. Nesse sentido, é um enorme desafio conseguir a ressocialização de adolescentes que cometem um ato infracional. Contudo, o Estado deve minimizar os efeitos das desigualdades socioeconômicas por meio de políticas públicas adequadas e investir na educação como meio de ressocialização, para garantir uma vida digna para esses adolescentes por meio da transformação social.

Palavras-chave: ressocialização; adolescentes; Estatuto da Criança e do Adolescente; medidas socioeducativas.

DO CÁRCERE À CONVIVÊNCIA SOCIAL: DESAFIOS DA RESSOCIALIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Hercules Cinza de Souza ¹

Gabriela Azevedo ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

Ao longo da história, a pena foi utilizada como instrumento de controle social, frequentemente marcada por práticas violentas e desumanas. Inicialmente, o processo penal não tinha como foco a proteção de direitos fundamentais, mas sim a substituição da vingança privada pela punição estatal. Nesse período, a prisão era concebida apenas como medida provisória, submetendo indivíduos a condições degradantes até a execução de castigos cruéis. Com o advento do pensamento iluminista, que consolidou-se uma nova concepção de pena, fundamentada nos princípios da legalidade, proporcionalidade e prevenção, que influenciou a legislação brasileira, em especial a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Execução Penal, ambas alicerçadas na dignidade da pessoa humana. Contudo, a realidade do sistema prisional brasileiro distancia-se desses ideais. Sendo a prisão vista como mecanismo disciplinar voltado ao controle e à exclusão social, mais do que à reabilitação. A Criminologia Crítica reforça essa visão evidenciando a seletividade penal dirigida majoritariamente a jovens negros e pobres, apontando a falência da função ressocializadora, denunciando a criminalização da pobreza. Assim, embora o modelo jurídico brasileiro proponha uma perspectiva garantista, prevalece uma lógica punitivista e seletiva. A pesquisa fundamenta-se em doutrinas jurídicas, produções científicas, relatórios oficiais e marcos normativos nacionais e internacionais, como a Constituição Federal, o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei de Execução Penal e o Pacto de San José da Costa Rica. Conclui-se que a distância entre a norma e a prática penitenciária revela a urgência de reformular não apenas a legislação, mas sobretudo as práticas institucionais, adotando-se uma abordagem mais humana, democrática e comprometida com a dignidade da pessoa humana e com a reintegração social do apenado.

Palavras-Chave: Pena; prisão; criminologia crítica; sistema penal brasileiro.

COMPLIANCE AMBIENTAL NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: ANÁLISE E DESAFIOS DA REFORMA DO CÓDIGO FLORESTAL FRENTE ÀS BARREIRAS VERDES DA UNIÃO EUROPEIA

Daniely Jacobi de Oliveira ¹

Jacy Ovidio de Miranda ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A abordagem da necessidade de compliance ambiental envolve a análise dos desafios do agronegócio brasileiro e da forma como a legislação nacional se relaciona e se adapta às exigências internacionais. O agronegócio brasileiro é protagonista nas exportações mundiais, tendo a União Europeia como um de seus maiores mercados consumidores. Porém, encontra crescentes obstáculos decorrentes da adoção das chamadas barreiras verdes, que são medidas não tarifárias voltadas à proteção ambiental e à saúde, legitimadas pelo *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT/94) e reforçadas pelo Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (1994). Nesse cenário, ganha relevância a integração de práticas de ESG (*Environmental, Social and Governance*) ao setor agrícola, uma vez que os critérios ambientais, sociais e de governança vêm se consolidando como requisito para acesso a mercados internacionais, atração de investimentos e manutenção da competitividade. O estudo também realiza uma análise aprofundada da reforma do Código Florestal de 2012, destacando suas principais alterações, como a criação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Programa de Regularização Ambiental (PRA), que reforçam instrumentos de monitoramento e regularização, mas, ao mesmo tempo, suscitam controvérsias quanto ao princípio da vedação ao retrocesso ecológico, sobretudo diante das flexibilizações em Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais. Em paralelo, examina-se o Regulamento (UE) 1115/2023, que proíbe a importação de commodities associadas ao desmatamento, impondo rastreabilidade e critérios rigorosos de conformidade, com destaque para produtos como café, soja, cacau, carne bovina e madeira, que têm forte peso na pauta exportadora brasileira. A comparação entre o ordenamento jurídico nacional e as exigências do regulamento europeu evidencia tensões entre soberania normativa e protecionismo ambiental, levantando o debate sobre até que ponto essas medidas configuram legítima proteção ambiental ou formas de “neocolonialismo verde”. Dessa forma, o trabalho pretende contribuir para a reflexão sobre as estratégias jurídicas, políticas e de compliance que o Brasil precisa adotar para conciliar desenvolvimento econômico, preservação ambiental e acesso competitivo ao mercado internacional, especialmente europeu.

Palavras-Chave: Ambiental; Jurídico; Mercado.

CRIMINOLOGIA E REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE

Henrique Matheus da Silva Lima ¹

Tales Passos de Almeida ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade apresentar o estudo da criminologia bem como a sua importância e aplicabilidade nos dias atuais. A criminologia pode ser entendida como a ciência social que estuda o crime, o criminoso, a reação da sociedade e a aplicação das leis, e visa entender as possíveis motivações de um crime fazendo o uso de

ensinamentos de outras ciências graças ao seu fator multidisciplinar. Seu estudo é feito tanto em cima de obras clássicas da literatura que remetem às escolas Clássica, que se baseia no jusnaturalismo e no livre arbítrio, e Positivista, que trouxe as classificações do criminoso, bem como nos estudos mais contemporâneos da sociologia, biologia, psicologia, e até mesmo na geografia, oferecendo uma ampla visão sobre os possíveis fatores que levam um infrator a cometer um crime. Com isso, este estudo oferece possíveis soluções para a redução da criminalidade, propondo ideias de intervenção direta com medidas imediatas e ostensivas, como a intervenção policial, e a aplicação das leis e das penas, e também as intervenções indiretas, através de políticas públicas na área da saúde, da infraestrutura, educação, econômica, entre outras áreas que competem ao Estado e a Administração Pública, garantindo qualidade de vida, resultando em uma diminuição da criminalidade.

Palavras-Chave: Crime; Iluminismo; Positivista.

DA TV À ERA DIGITAL: A MONETIZAÇÃO INFANTIL NA MÍDIA BRASILEIRA SOB A ÓTICA JURÍDICA

João Pedro Menezes ¹

Thiago Carvalho ¹

Yuji Gabriel Hatamoto Silva ¹

Fabiana Souza de Andrade ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O avanço tecnológico modificou profundamente a forma como crianças e adolescentes aparecem e participam da mídia, passando da televisão tradicional para as redes sociais e plataformas digitais, onde muitas vezes se tornam protagonistas de conteúdos que geram lucro. Essa exposição, embora comum e aparentemente inofensiva, desperta preocupações jurídicas e sociais, sobretudo no que se refere à proteção da dignidade, privacidade e imagem dos menores. No ordenamento jurídico brasileiro, a Constituição Federal garante a proteção integral à criança e ao adolescente, princípio reafirmado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor tratam de questões relativas ao uso da imagem e da responsabilidade civil, enquanto a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) acrescenta regras sobre a privacidade de informações pessoais. Em âmbito internacional, a Convenção sobre os Direitos da Criança também dá suporte a essas garantias. Atualmente, após grande exposição do assunto, a classe política passou a se dedicar mais ao tema, com destaque para o Projeto de Lei nº 2628/2022, recentemente aprovado, chamado de “ECA Digital”, que estabeleceu limites à monetização de conteúdos infantis, principalmente quando relacionados a situações erotizadas ou inadequadas. Já o Projeto de Lei nº

3970/2025, ainda em tramitação, busca ampliar essas medidas, reforçando a prevenção contra a adultização e a exploração da imagem infantil. O presente estudo, elaborado a partir de revisão bibliográfica e análise das legislações citadas, demonstra que, apesar dos avanços normativos, persistem lacunas na fiscalização e na responsabilização, tanto das plataformas quanto dos responsáveis legais. Conclui-se, portanto, que a atualização constante do ordenamento jurídico, aliada à criação de estratégias educativas e de conscientização digital será decisiva para construir um futuro em que a participação de crianças e adolescentes nas mídias digitais ocorra de forma protegida, ética e inclusiva. Neste contexto, a efetiva proteção jurídica deve assegurar que interesses econômicos jamais se sobreponham aos direitos fundamentais da criança e do adolescente.

Palavras-Chave: Lei nº 14.129/2021; Acessibilidade digital; Pessoa com deficiência.

DESAFIOS NA APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.431/2017: ANÁLISE DO DEPOIMENTO ESPECIAL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DESCONHECIDOS PELA POPULAÇÃO DE JACIARA-MT

Bianca Caroline Alves Oliveira ¹
Joseane Malheiros Alvim Parmegiani ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A violência contra crianças e adolescentes constitui um problema social e jurídico grave, afetando de forma direta seu desenvolvimento físico, psicológico e emocional. No Brasil, a Lei nº 13.431/2017, em vigor desde abril de 2018, representou um marco no fortalecimento do sistema de garantias de direitos desse público, ao estabelecer integral diretrizes de proteção e assegurar uma escuta protegida, humanizada e tecnicamente adequada. Este estudo analisa a efetividade do depoimento especial previsto no art. 5º da referida lei como instrumento de proteção emocional e de produção de prova nos processos judiciais. Essa modalidade de oitiva é conduzida por profissionais capacitados, em ambiente seguro e acolhedor, evitando o contato da vítima com o agressor e reduzindo riscos de novos danos emocionais. A pesquisa utiliza abordagem qualitativa, com método dedutivo, por meio de revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas com profissionais da rede de proteção. Este trabalho estuda os fundamentos constitucionais e legais da proteção integral, em especial o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), bem como os avanços e desafios da aplicação da Lei nº 13.431/2017 no município de Jaciara-MT. O referencial teórico evidencia que, antes da lei, crianças e adolescentes eram submetidos a múltiplas oitivas em ambientes inadequados, o que comprometia a espontaneidade e a veracidade do relato, além de

agravar o trauma. Como a legislação, buscou-se padronizar fluxos, integrar órgãos do sistema de justiça das garantias e da rede de proteção e qualificando o atendimento, priorizando o melhor interesse da criança. No contexto de Jaciara-MT, verifica-se que, embora haja esforços para a implementação do depoimento especial, ainda persistem desafios, como a necessidade de maior capacitação profissional, melhorias de infraestrutura e fortalecimento da atuação intersetorial. Apesar disso, a prática tem contribuído para um processo judicial mais seguro e humanizado, favorecendo tanto a preservação da integridade emocional da vítima quanto a qualidade da prova produzida. Conclui-se que o depoimento especial é instrumento indispensável à proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência, desde que aplicado de forma técnica e conforme a legislação. Ele concretiza o princípio da proteção integral, garantindo que o acesso à justiça não represente nova forma de violência, mas sim um espaço de acolhimento e dignidade. Ressalta-se, portanto, a importância da sua correta aplicação e da constante melhoria dos mecanismos de proteção, como caminho para uma justiça mais sensível, eficaz e humanizada.

Palavras-chave: Depoimento Especial; Lei nº 13.431/2017; Proteção Integral; Violência Infantojuvenil; Justiça Humanizada.

DIREITO A ASSISTÊNCIA SOCIAL DAS FAMÍLIAS RURÍCOLAS EM JACIARA

Gislaine da Silva Rodrigues¹

Grasiella Amanda Feitosa²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

Analizando a garantia do direito à assistência social para famílias rurícolas no município de Jaciara-MT, com enfoque nas políticas públicas implementadas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e sua efetividade no contexto rural. A assistência social, prevista na Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742/1993), é um direito do cidadão e dever do Estado, devendo ser prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição prévia. A pesquisa parte da compreensão de que a população rural enfrenta desafios específicos, como isolamento geográfico, dificuldade de acesso a serviços públicos, sazonalidade do trabalho agrícola e vulnerabilidade socioeconômica. Nesse cenário, investigou-se como as políticas de assistência social se concretizam para esse público, considerando a atuação do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) no atendimento às famílias rurícolas de Jaciara-MT. Metodologicamente, a investigação

adotou abordagem qualitativa, com análise documental e normativa, entrevistas com profissionais da assistência social e consulta a relatórios de atendimento do CRAS local, além de estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a população rural e indicadores sociais do município. Os resultados mostram que, embora haja avanços na cobertura dos serviços socioassistenciais, ainda persistem lacunas na efetividade da proteção social para a população do campo. Entre os principais desafios estão a insuficiência de recursos humanos e financeiros para atendimento itinerante, a necessidade de transporte adequado para acesso aos serviços, a limitação dos programas de transferência de renda frente à realidade do trabalho rural e a carência de ações intersectoriais que articulem assistência social, saúde, educação e desenvolvimento rural. A análise demonstra que políticas como o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) desempenham papel fundamental na redução da vulnerabilidade, mas exigem estratégias específicas para identificação e acompanhamento das famílias em áreas rurais. O Cadastro Único, enquanto porta de entrada para diversos programas, apresenta desafios quanto à atualização e à busca ativa em regiões de difícil acesso. Conclui-se que garantir plenamente o direito à assistência social rural exige não apenas a aplicação das normativas existentes, mas também o fortalecimento das políticas públicas com foco territorializado, adaptadas às peculiaridades rurais. O estudo reforça a importância de compreender a assistência social como instrumento de cidadania e inclusão, essencial para reduzir desigualdades históricas entre o meio urbano e o rural, promovendo dignidade e qualidade de vida às famílias rurícolas de Jaciara-MT.

Palavras-chave: Assistência social, Famílias rurícolas, Políticas públicas, Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Jaciara-MT

DIREITOS E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS: UMA ANÁLISE DA TUTELA JURÍDICA E DOS ASPECTOS SOCIAIS NO VALE DO SÃO LOURENÇO

Karoline Ana de Jesus Zucchi do Nascimento ¹
Vilso da Silva Franco ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A abordagem centra-se nos direitos e na proteção das crianças, com foco na tutela jurídica e nos fatores sociais que influenciam sua efetividade no Vale do São Lourenço. A Constituição Federal de 1988 representou um marco histórico na defesa dos direitos da infância, ao estabelecer em seu art. 227 o princípio da prioridade absoluta, impondo à

família, à sociedade e ao Estado o dever compartilhado de assegurar, com primazia, os direitos fundamentais de crianças e adolescentes. Em consonância com esse preceito, o Estatuto da Criança e do Adolescente consolidou a doutrina da proteção integral, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento, o que demanda políticas públicas e ações concretas voltadas à sua formação digna. Entretanto, o cenário concreto no Vale do São Lourenço demonstra que a efetivação desses direitos ainda enfrenta obstáculos estruturais, econômicos e sociais significativos. Além disso, a ausência de integração entre os sistemas de garantia de direitos compromete a eficácia das medidas protetivas, resultando em um descompasso entre a teoria garantista e a prática cotidiana. Nesse sentido, torna-se indispensável analisar de que maneira a tutela jurídica pode dialogar com os aspectos sociais para que os direitos da criança sejam efetivamente garantidos. A pesquisa propõe-se a investigar os mecanismos já existentes, implementados nos municípios da região e a atuação das redes interinstitucionais de apoio, avaliando seus impactos práticos na vida das crianças em situação de vulnerabilidade. Busca-se, ainda, identificar os avanços alcançados desde a promulgação da Constituição e do Estatuto, bem como as lacunas que persistem no âmbito regional, especialmente no que diz respeito à efetividade das políticas públicas. A abordagem aqui proposta considera não apenas o papel essencial das instituições jurídicas, mas também a relevância da atuação comunitária, da educação em direitos e do fortalecimento da rede de proteção social como estratégias fundamentais para a construção de um ambiente seguro e favorável ao desenvolvimento infantil. Dessa forma, o estudo pretende contribuir para uma reflexão crítica sobre a necessidade de articulação entre direito e sociedade, visando ao fortalecimento do sistema de garantias e à superação das desigualdades que ainda marcam a realidade local. Posto isso, coloca-se a seguinte questão como efetivar, na prática, a tutela jurídica dos direitos da criança no Vale do São Lourenço, diante das limitações sociais e institucionais que ainda persistem

Palavras-Chave: Conselho Tutelar; Prioridade absoluta; Vulnerabilidade social.

DO SISTEMA PRISIONAL: UM ESTUDO SOBRE A SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA NO ESTADO DO MATO GROSSO

Maria Eduarda Rodrigues Gonçalves de Vasconcelos ¹
Tales Passos de Almeida ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O sistema de justiça brasileiro enfrenta desafios profundos e persistentes, sendo o sistema carcerário um dos aspectos mais alarmantes. As prisões no Brasil operam em

condições que ferem frontalmente a Constituição Federal e os princípios dos Direitos Humanos. A superlotação, a ausência de saneamento, a violência endêmica e o controle exercido por facções criminosas evidenciam um "estado de coisas inconstitucional", como reconhecido pelo STF na ADPF 347. Tais problemas não são apenas administrativos, mas estruturais, afetando principalmente a população negra e pobre, alvo preferencial da seletividade penal. O discurso social que legitima a violência contra o preso, com frases como “bandido bom é bandido morto”, contrasta com o ordenamento jurídico que proíbe a pena de morte, exceto em casos de guerra, o que, ironicamente, muitos estudiosos já reconhecem estar acontecendo nas prisões brasileiras. A obra cinematográfica “Carandiru” e o trabalho do Dr. Drauzio Varella escancaram essa realidade crua, onde presos são tratados como descartáveis e onde a função ressocializadora da pena é substituída por abandono e punição desmedida. Mesmo iniciativas como as de Mato Grosso, que conseguiu equilibrar o número de vagas e presos, ainda enfrentam obstáculos significativos, como a precariedade no atendimento à saúde. A implantação da Central de Regulação de Vagas é uma tentativa de frear a superlotação, mas isoladamente não resolve as violações sistemáticas. Nesse contexto, o Direito, enquanto garantidor de justiça e igualdade, precisa urgentemente ser instrumento de transformação, e não de manutenção da exclusão. A metodologia aplicada no presente trabalho foi a de revisão bibliográfica. Posto isso, coloca-se a seguinte questão: o que esperar, afinal, de um sistema que julga pessoas a partir da cor da pele, da conta bancária e do CEP onde moram, senão a perpetuação de uma justiça que pune seletivamente e esquece sua função mais nobre: garantir a dignidade humana.

Palavras-chave: Carandiru; Estado de Coisas Inconstitucional; Violência contra preso.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E ENRIQUECIMENTOS ILÍCITO: DESAFIOS INSTITUCIONAIS NO COMBATE À CORRUPÇÃO

Airton Ferreira Araújo ¹
Jacy Ovidio de Miranda ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O enriquecimento ilícito, como modalidade específica de improbidade administrativa, representa uma das mais graves violações aos princípios constitucionais, caracterizando-se pela obtenção de vantagem patrimonial indevida por agentes públicos no exercício de suas funções. Essa conduta ilícita está expressamente tipificada na Lei de Improbidade Administrativa, configurando-se não apenas como um ilícito administrativo, mas como uma afronta direta ao Estado Democrático de Direito, na medida em que corrói a confiança da sociedade nas instituições públicas, uma vez que desvia recursos públicos

destinados à consecução do interesse coletivo. Em que pese a robustez teórica da legislação, esta esbarra em significativos desafios práticos que comprometem sua eficácia. Entre esses entraves, destacam-se a notória morosidade do Poder Judiciário, onde processos se arrastam por anos, permitindo que os agentes ímprobos permaneçam impunes e, não raro, continuem a praticar ilícitos; a complexidade probatória inerente aos casos de enriquecimento ilícito, que frequentemente envolvem estruturas de ocultação de patrimônio, utilização de interpostas pessoas e operações de lavagem de dinheiro; a fragmentação institucional entre os órgãos de controle – Tribunais de Contas, Ministério Público, Controladorias e Polícia Federal –, que atuam de forma descoordenada, dificultando a troca de informações e a condução de investigações conjuntas; e o uso estratégico de recursos protelatórios, que alongam indefinidamente a tramitação processual. Ademais, a ampla aplicação do foro por prerrogativa de função concentra a competência para julgar autoridades em instâncias superiores já sobrecarregadas, contribuindo para a perpetuação da impunidade. Esses fatores combinados criam um cenário em que a lei de improbidade administrativa, apesar do seu potencial sancionatório, vê sua capacidade de dissuasão e punição drasticamente reduzida. Nesse sentido, o tema propõe, portanto, um debate multidimensional que ultrapasse a mera descrição dogmática da lei para abordar questões estruturais, reunindo, operadores do direito e representantes de instituições de controle em torno de uma agenda construtiva. Para tanto, o evento estrutura-se em três eixos temáticos principais. O primeiro dedicar-se-á à fundamentação dos princípios constitucionais da administração pública, revisitando os valores que devem orientar a atuação dos agentes públicos e contextualizando a improbidade administrativa como violação a preceitos fundamentais da administração pública. O segundo eixo aprofundar-se-á na análise da tipificação do enriquecimento ilícito e nos desafios processuais e probatórios para sua caracterização, e os percalços enfrentados na justiça. Por fim, o terceiro eixo voltar-se-á para a importância do fortalecimento institucional, debatendo a necessidade de criação de varas especializadas, a implementação de sistemas integrados de monitoramento, a promoção da cooperação interagências e a revisão de institutos processuais que favorecem a delonga.

Palavras-Chave: Administração Pública; Enriquecimento Ilícito; Desafios Institucionais.

INCLUSÃO, ACESSIBILIDADE E DIREITOS HUMANOS NO DIREITO DIGITAL: UMA ANÁLISE DO MARCO CIVIL DA INTERNET

Evelyn Tavares de Lima ¹

Carlos Eduardo Pereira Santana da Silva ¹

Tamara Pimentel Leite ¹

Fabiana Souza de Andrade ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A internet constitui espaço essencial para a cidadania digital, mas nem todos os grupos usufruem igualmente desse direito. A pesquisa busca analisar se a Lei 12.965/2014, conhecida popularmente como Marco Civil da Internet, pode ser compreendida como um instrumento de proteção de grupos vulneráveis em efetivação aos direitos humanos. A metodologia adotou dois eixos complementares: (i) uma revisão de literatura sobre os princípios de direitos humanos e nas legislações e documentos oficiais, visando compreender o conceito de pessoas vulneráveis; e (ii) uma análise da Lei nº 12.965/2014, especialmente dos artigos 3º, 7º e 9º, para averiguar sobre o seu papel quanto à proteção desses sujeitos. Os resultados apontam que, embora o Marco Civil da Internet represente um marco jurídico ao garantir princípios como privacidade, neutralidade da rede e universalização do acesso, ele não traz explicitamente menção à proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade. O artigo 3º estabelece os princípios gerais da internet no Brasil, sobre a neutralidade da rede, liberdade de expressão e proteção de privacidade, o que pode ser percebido como uma base para criar um ambiente digital mais receptivo, mas não aborda as especificidades relacionadas às pessoas vulneráveis. O artigo 7º assegura os direitos do usuário, no inciso XII, garantindo a acessibilidade e leva em consideração os aspectos ligados às características da deficiência apresentada. O artigo 9º, ao tratar da neutralidade da rede, assegura igualdade de acesso a serviços, informações e conteúdos digitais. Destaca-se que o artigo 29 e parágrafo único, estabelecem instrumentos de proteção às crianças e adolescentes. Conclui-se que, de forma isolada, o Marco Civil da Internet é insuficiente para proteger o vasto grupo de pessoas entendidas como vulneráveis, à exemplo, idosos, pessoas em situação de pobreza, violência de gênero, povos indígenas e comunidades tradicionais, entre outros e mencionando em seu escopo apenas as pessoas com deficiência, crianças e adolescentes o que faz com que para assegurar a plena inclusão e acessibilidade de todos os cidadãos exista necessidade de associá-la a outras legislações para o fortalecimento das políticas de inclusão digital, interpretação e diálogo com a legislação internacional de direitos humanos e políticas públicas que operacionalizem a acessibilidade digital.

Palavras-Chave: Marco Civil da Internet; Pessoas Vulneráveis; Direito Digital.

INFÂNCIA EM RISCO: ADULTIZAÇÃO DIGITAL E OS DESAFIOS DO DIREITO NA ERA DOS ALGORITMOS

Eduarda Cruz Abreu ¹

Jacy Ovidio de Miranda ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O impacto da nova era digital na infância pela presença nas redes sociais, conduz à análises das responsabilidades das plataformas, bem como dos responsáveis legalmente pela criança. Em suma, o foco desta pesquisa é abordar como a exposição de crianças à internet acelera o desenvolvimento intelectual e comportamental vivenciando a fase adulta em redes, em uma fase que deveria ser protegida e com um processo de desenvolvimento gradual em educação. O fenômeno chamado adultização digital traz alguns riscos nesta fase, tais como, uma perda da infância, exposição excessiva a internet gerando agressões verbais, nomeada como cyberbullying, e em alguns casos de agravante, exploração sexual online. Em tese, é importante sempre lembrar os limites para tanta exposição em algo novo que os efeitos podem ser irreversíveis, trazendo a importância da proteção familiar, mas também responsabilidades jurídicas que as plataformas digitais devem seguir. É importante lembrar que a infância da criança e do adolescente é protegida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), porém, em situações de exposição excessiva em plataformas digitais podem gerar conflitos em outras áreas, tais como, direito civil e direito digital, em se tratando da responsabilidade das plataformas. Um ponto importante a ser analisado é o foco na infância com exposição excessiva, o impacto psicológico que isso pode desencadear não apenas no momento presente da criança, mas também em seu futuro. Isso pode gerar ideias fixas que consequentemente se tornarão aliados ruins no futuro, ideias criadas por entenderem de forma distorcida os acontecimentos da vida adulta em uma fase precoce que ainda não é capaz de entender com clareza tudo aquilo ao que é exposto. O estudo abordará também os desafios do direito nessa nova era digital a era dos algoritmos, pois, os códigos das leis brasileira visam proteger a população de situações materializadas, mas neste novo mundo digital pode fluir diferente, as situações são complexas, e é importante analisar com cautela sobre como isso pode impactar e solução problemas e discussões referentes a este novo mundo. O estudo abordará os desafios do direito frente à era digital dos algoritmos utilizando-se do método qualitativo em revisão bibliográfica, com análise documental, doutrinária e artigos científicos relacionados ao tema de modo a construir análise crítica dos riscos, impactos e desafios desse mundo novo no universo infantojuvenil, apontando possíveis soluções e meios de proteção à infância e adolescência, bem como conscientizar as plataformas de suas responsabilidades com esses recorrentes casos de adultização, conteúdos e opções de supervisões, mas também como optarem por uma educação digital e de cidadania digital, para abordarem a ideia para diferenciar a realidade do digital.

Palavras-Chave: Infância, adultização digital, exposição excessiva, digital.

JUÍZO DAS GARANTIAS COMO MECANISMO DE REDUÇÃO DA CONTAMINAÇÃO COGNITIVA DO MAGISTRADO

Hévilin Eloisa Araújo ¹
Tales Passos de Almeida ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A criação do juiz das garantias, instituída pela Lei nº 13.964/2019, conhecida como “Pacote Anti Crime”, representa uma das mais relevantes reformas do processo penal brasileiro. Esse instituto foi concebido para reforçar a imparcialidade judicial, ao separar as funções exercidas durante a fase investigativa daquelas desempenhadas na instrução e julgamento. A finalidade central é evitar a contaminação cognitiva do magistrado, que, ao atuar em medidas cautelares e diligências na investigação, poderia formar convicções antecipadas, comprometendo a neutralidade exigida na sentença. O juiz das garantias é responsável exclusivamente pela fase pré-processual, fiscalizando a legalidade das investigações, a preservação dos direitos fundamentais do investigado e a regularidade da colheita de provas. Encerrada essa etapa, outro juiz assume a condução da ação penal, sendo o responsável pela instrução e pelo julgamento. Dessa forma, impede-se que o mesmo magistrado que decretou prisões, autorizou interceptações ou determinou buscas seja também aquele que decidirá o mérito da causa. Trata-se de um modelo inspirado em experiências estrangeiras, especialmente de países como França e Portugal, nos quais a separação entre investigação e julgamento já se encontra consolidada. No Brasil, essa inovação possui o potencial de reforçar a transparência do processo penal e de ampliar a confiança da sociedade no Poder Judiciário. A legitimidade das decisões judiciais depende não apenas de fundamentos legais, mas também da percepção social de que o julgamento foi conduzido de maneira justa e imparcial. Entretanto, sua implementação enfrenta desafios expressivos. Entre eles, destacam-se as dificuldades estruturais e logísticas, especialmente em comarcas menores que contam com apenas um juiz, tornando inviável a imediata aplicação do modelo. Além disso, há resistência cultural e institucional dentro do próprio Judiciário, uma vez que parte da magistratura entende que a medida pode aumentar a sobrecarga de trabalho e romper com práticas já estabelecidas. Este estudo propõe examinar o conceito, as atribuições e os objetivos do juiz das garantias, avaliando os benefícios de sua adoção e os entraves que dificultam sua efetivação. Para tanto, serão utilizados métodos de revisão bibliográfica, análise comparativa com modelos estrangeiros e estudos de casos práticos, permitindo uma abordagem crítica e abrangente. O debate em torno da criação do juiz das garantias vai além da esfera jurídica, refletindo diretamente sobre a credibilidade do sistema de justiça criminal. Ao assegurar maior neutralidade e respeito aos direitos fundamentais, o instituto se apresenta como instrumento essencial para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito, representando não apenas uma inovação normativa, mas um passo significativo para a evolução da justiça penal brasileira.

Palavras-Chave: processo penal; imparcialidade; direitos fundamentais; reforma judicial.

LEI MARIA DA PENHA APLICADA PARA A PROTEÇÃO DE CASAS HOMOAFETIVOS E DE MULHERES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS

Fernando Gomes Almeida ¹

Flávio Henrique Moraes da Silva ¹
Julha Bastos Alcântara de Oliveira ¹
Kizi Amorim Kroth ¹
Tales Passos de Almeida ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A Lei Maria da Penha sancionada em 7 de agosto de 2006, Lei nº 11.340 foi criada para proteger mulheres em situação de violência familiar. Ela estabelece mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A vítima precisa estar em situação de vulnerabilidade em relação ao agressor e não precisa ser necessariamente seu marido ou companheiro, podendo ser um parente ou uma pessoa do seu convívio. Para ajudar essas vítimas de violências, o Governo criou a instituição Casa da Mulher Brasileira, com o objetivo específico de acolher a mulher que não tem para onde ir. Embora esta lei originalmente não menciona expressamente casais homo afetivos e de mulheres transexuais e travestis, jurisprudências como a do Supremo Tribunal Federal, reconheceu que estas categorias também têm direito a proteção da Lei Maria da Penha. O presente trabalho terá como base metodológica uma abordagem bibliográfica qualitativa da Lei Maria da Penha e da jurisprudência da Suprema Corte Brasileira e tem o objetivo informar sobre o entendimento do Supremo Tribunal Federal - STF a respeito do tema. Por unanimidade, os Ministros do STF, reconheceram que a Lei Maria da Penha protege também casais homo afetivos masculinos quando há contexto de subalternidade, na utilização de medidas protetivas de urgência e mulheres transexuais e travestis. O Ministro Alexandre de Moraes enfatizou: “ A Expressão “mulher” deve incluir a identidade de gênero, não só o aspecto biológico”. O entendimento da Suprema Corte Brasileira reforça os direitos desta classe marginalizada e corrobora para construção de uma justiça mais inclusiva e, com esse reconhecimento, o sistema de justiça brasileiro avança no sentido de romper com padrões normativos excludentes, que, historicamente, excluem mulheres transexuais, travestis e casais homo afetivos masculinos, fortalecendo o combate a violência de gênero de forma mais ampla, promovendo a inclusão social e jurídica dessa população altamente vulnerável, garantindo acesso as medidas protetivas de urgência como o afastamento do agressor, proibição de contato, como também o encaminhamento da rede de apoio psicossocial e proteção patrimonial de seus bens pessoais. Com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal - STF, o Poder Judiciário reafirma que o acesso à justiça não pode ser condicionado a critérios biológicos, mas sim a experiência concreta de opressão e violência vivida pelas vítimas. Casais homo afetivos, mulheres transexuais e travestis passam a ter seu direito à proteção reconhecido formalmente.

Palavras-chave: gênero; inclusão; proteção jurídica.

MEIO AMBIENTE DIGITAL

Laura dos Santos Barbosa Rocha ¹

Michele Aurea Aleixo Camillo ¹

Tainara Mattioni De Souza ¹

Fabiana Souza de Andrade ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O desenvolvimento tecnológico transformou a maneira como a sociedade registra e transmite informações, e isso impactou diretamente o Direito. No campo ambiental, a prova digital, como fotografias, vídeos, dados de GPS e metadados tornou-se essencial para identificar infrações, comprovar danos e responsabilizar os agentes poluidores. Surge, então, a questão: a legislação brasileira evoluiu o suficiente para garantir a validade e a segurança dessas provas? No artigo 225 da Constituição Federal de 1988, afirma que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao Estado e à coletividade o dever de protegê-lo. Esse princípio dá respaldo para que os processos judiciais utilizem diferentes tipos de prova, desde que respeitados o contraditório e a ampla defesa. Dessa forma, já havia uma base constitucional para admitir provas digitais em ações ambientais. No campo processual, o Código de Processo Civil de 2015 representou um avanço importante, em seu artigo 369 permite que as partes usem todos os meios de prova que sejam legais e moralmente legítimos, ainda que não previstos em lei. Além disso, os artigos 411 e 439 tratam da autenticidade dos documentos e da aceitação dos eletrônicos, desde que confiáveis. Assim, o CPC consolidou a legitimidade formal das provas digitais. A Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998) trouxe regras para responsabilização administrativa, civil e penal de quem comete danos ambientais, mas não tratou especificamente da produção de provas digitais. Já o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) foi decisivo. Ele criou critérios para a guarda, a integridade e a autenticidade dos registros digitais, aumentando a segurança jurídica de seu uso em processos ambientais. A jurisprudência também mostra essa evolução. Antes do Marco Civil, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) aceitava provas digitais, mas com cautela. No Resp 1.112.748/SP, julgado em 2009, reconheceu-se a validade de fotos digitais e laudos técnicos apresentados pelo Ministério Público em ação civil pública. No entanto, exigiu-se perícia oficial para confirmar os registros, refletindo desconfiança quanto à confiabilidade desses meios. Após o Marco Civil e o CPC/2015, a postura mudou. No AgInt no AREsp 1.449.350/PR, julgado em 2020, o STJ reconheceu a validade de fotografias georreferenciadas e metadados de GPS como prova suficiente para configurar infração ambiental. O tribunal afirmou que a legislação já fornece critérios técnicos e jurídicos para garantir autenticidade, integridade e rastreabilidade, dispensando a exigência de perícia em todos os casos. Assim, verifica-se uma transição: de uma postura inicial de cautela para um reconhecimento pleno da prova digital. Hoje, a legislação e a jurisprudência brasileiras permitem que registros eletrônicos sejam utilizados de forma segura, garantindo tanto a efetividade da proteção ambiental quanto a segurança jurídica nos processos. Em conclusão, a prova digital se consolidou como elemento central na defesa do meio ambiente. A integração entre Direito Ambiental e Direito Digital

fortaleceu os instrumentos de fiscalização e responsabilização, tornando o processo mais eficaz no combate a danos ambientais.

Palavras-Chave: Provas digitais; Direito Ambiental; Marco Civil da Internet; CPC/2015; Jurisprudência.

O CONTROLE DA JORNADA DE TRABALHO DOS MOTORISTAS: UMA ANÁLISE DA LEI Nº 13.103/2015

Júlia Beatriz Farias Martins ¹

Francisco Eudes Gomes de Lima ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A nova lei trata do exercício da profissão de motorista conhecida como “Lei dos Motoristas”, veio com a finalidade principal de regular e disciplinar a jornada de trabalho e tempo de direção e descanso, para motoristas de cargas e pessoais, trazendo mais dignidade para o motorista promoveu mudanças significativas na rotina dos profissionais do transporte rodoviário de cargas no Brasil. Antes de sua vigência, os motoristas eram submetidos a normas trabalhistas genéricas, que dificultavam o controle adequado da jornada de trabalho e comprometiam a saúde e a segurança desses profissionais. Com a nova legislação, foi estabelecida uma jornada diária de até 8 horas, que pode ser estendida para até 12 horas mediante acordo coletivo ou convenção. Além disso, foram impostas pausas obrigatórias para descanso, com o objetivo de reduzir os riscos de acidentes e preservar a integridade física e mental dos motoristas, dando lhes mais motivação, condições de trabalho, descanso, vinda como regra facilitar a vida do motorista. Outro avanço importante foi a exigência de controle efetivo da jornada, que deve ser registrado por meio de sistemas manuais, como o diário de bordo, e dispositivos eletrônicos, como tacógrafos e rastreadores, permitindo maior fiscalização e transparência. Este estudo busca analisar os impactos da lei na rotina dos motoristas e na dinâmica das empresas de transporte, considerando tanto os benefícios quanto os desafios relacionados à sua aplicação. A pesquisa examina o contexto histórico das normas trabalhistas do setor, os principais dispositivos da nova legislação, seus efeitos na saúde e segurança dos motoristas, e as dificuldades relacionadas à fiscalização e ao cumprimento das regras. Contudo, ainda persistem desafios significativos, como a resistência de algumas empresas em cumprir integralmente as exigências legais, a falta de conhecimento e capacitação por parte de muitos motoristas e a atuação limitada dos órgãos fiscalizadores, dificultando a plena efetividade da norma. O descumprimento da lei pode acarretar em determinadas consequências jurídicas para empregadores e empregados, reforçando a necessidade de conscientização e colaboração entre todos os envolvidos, inclusive exigindo a realização de exame toxicológico, para a emissão ou renovação de CNH, para as categorias C, D e E, e também o desligamento do motorista e ainda é previsto ao empregador, instituir um programa de controle de uso de drogas e álcool, pelo menos a cada dois anos e seis. Por fim, dessa forma, visa-se a

conscientização, capacitação e colaboração entre motoristas, empresas e órgãos reguladores são fundamentais para garantir melhores condições de trabalho, preservar a saúde dos profissionais e promover maior segurança no transporte rodoviário de cargas no Brasil.

Palavras-Chave: motoristas, jornada de trabalho, transporte rodoviário, saúde do trabalhador.

O DESAFIO DAS ALERGIAS A MEDICAMENTOS NO SUS DE MATO GROSSO

Débora Beatriz Lopes da Silva ¹

Lucas Henrique Mascarenhas ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

As alergias a medicamentos, também chamadas de reações de hipersensibilidade, representam um desafio crescente para a saúde pública. Essas manifestações podem variar desde quadros leves, como urticária e irritações cutâneas, até condições graves e potencialmente fatais, como o angioedema e o choque anafilático. A gravidade dessas reações torna indispensável que o sistema público de saúde ofereça respostas rápidas, seguras e eficazes, garantindo a proteção e a dignidade dos pacientes. No estado de Mato Grosso, essa problemática se intensifica devido às desigualdades regionais que dificultam o acesso ao diagnóstico precoce, a alternativas terapêuticas seguras e a profissionais devidamente capacitados. Embora a Constituição Federal assegure o direito à saúde como um dever do Estado, na prática ainda existem barreiras significativas. Entre as mais evidentes estão a ausência de protocolos clínicos uniformes, a falta de medicamentos alternativos na lista oficial disponibilizada pelo sistema público e a insuficiência de capacitação entre os profissionais da rede. Diante dessas limitações, muitos pacientes recorrem à judicialização para ter acesso a tratamentos que não são ofertados administrativamente. Esse recurso, apesar de garantir o direito individual, gera sobrecarga ao Poder Judiciário, amplia desigualdades entre os cidadãos e aumenta os custos da saúde pública. Além disso, casos de negligência, como a administração de medicamentos contraindicados mesmo após informação prévia da alergia, evidenciam falhas graves na prestação dos serviços. Diversas organizações nacionais e internacionais já têm indicado soluções para reduzir tais riscos, como a utilização de sistemas de alerta para identificação de pacientes alérgicos, a adoção de tecnologias de prevenção de erros médicos, a capacitação contínua de profissionais da saúde e a ampliação da lista de medicamentos para contemplar alternativas terapêuticas

seguras. Contudo, essas práticas ainda são pouco aplicadas no contexto de Mato Grosso, principalmente nas regiões mais afastadas dos centros urbanos. Este estudo conclui que enfrentar as alergias a medicamentos no estado exige medidas urgentes, como a atualização da lista oficial de medicamentos, a criação de protocolos clínicos específicos, o fortalecimento da capacitação profissional e uma gestão pública mais eficiente. Também é necessária uma maior articulação entre gestores da saúde e o Poder Judiciário, de forma a reduzir a judicialização excessiva e otimizar recursos. Com isso, é possível assegurar maior equidade, promover segurança no uso de medicamentos e efetivar o direito fundamental à saúde.

Palavras-Chave: Alergias a medicamentos; Saúde pública; Judicialização da saúde; Políticas públicas; Mato Grosso.

PERSPECTIVAS ACERCA DA CONSTITUCIONALIDADE DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO FRENTE AO DIREITO À LEGÍTIMA DEFESA NO ESTADO DE MATO GROSSO

Luander Santos Oliveira ¹

Vilso da Silva Franco ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O presente trabalho busca analisar as perspectivas acerca da constitucionalidade do Estatuto do Desarmamento (Lei n.º 10.826/2003) frente ao direito fundamental à legítima defesa, assegurado pela Constituição Federal de 1988. A temática envolve o conflito entre, de um lado, a competência do Estado em regulamentar o uso e a posse de armas de fogo em prol da segurança coletiva, e, de outro, a garantia individual de defesa própria, enquanto expressão do direito à vida e à segurança. Para tanto, utiliza-se metodologia de revisão bibliográfica e análise normativa, considerando ainda decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e debates legislativos sobre a política de controle de armas. O Estatuto, ao impor restrições severas ao porte e à posse de armas, tem sido alvo de questionamentos quanto à sua compatibilidade com a proteção da legítima defesa, sendo que parte da doutrina entende que tais limitações configuram ingerência excessiva na esfera de direitos individuais. Em contrapartida, outra corrente doutrinária sustenta a plena constitucionalidade da norma, sob o argumento de que o Estado deve exercer poder regulatório com vistas à preservação da ordem pública e à redução da violência armada. Diante desse embate, o estudo propõe refletir sobre a necessidade de um equilíbrio entre a tutela coletiva e os direitos individuais, ressaltando que a legítima defesa não se confunde com a posse irrestrita de armas, mas constitui garantia

fundamental que não pode ser inviabilizada pelo legislador infraconstitucional. Conclui-se que a discussão acerca da constitucionalidade do Estatuto do Desarmamento revela-se atual e relevante, pois envolve não apenas aspectos jurídicos, mas também sociais, políticos e de segurança pública.

Palavras-Chave: Constitucionalidade; Estatuto do Desarmamento; Legítima Defesa.

RESPONSABILIDADE CIVIL EM CASOS DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - ESTUDO JURISPRUDENCIAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO

Camile De Souza Feitosa ¹

Joseane Malheiros Alvim Parmigiani ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A responsabilidade civil corresponde ao dever jurídico de reparar os danos causados a terceiros, podendo ser de forma subjetiva, quando depende da comprovação de dolo ou culpa, ou objetiva, quando basta a verificação do nexo causal entre a conduta e o dano. Também pode ocorrer a responsabilidade solidária, quando mais de um agente se encontra vinculado ao fato danoso, assumindo todos o dever de indenizar. O estudo apresenta a trajetória histórica da responsabilidade civil desde o direito romano até sua consolidação no ordenamento jurídico brasileiro, destacando a evolução que transformou a vingança privada em mecanismos de reparação pecuniária. Além disso, busca esclarecer as diferenças entre as modalidades de responsabilidade, apontando as hipóteses em que cada uma pode ser aplicada, e analisando como, na prática, elas têm sido observadas em situações de acidentes de trânsito. Ao tratar da reparação, o trabalho contempla tanto os danos materiais, relacionados ao patrimônio das vítimas, quanto os danos morais, que atingem sua esfera psicológica e emocional. A análise volta-se para as jurisprudências do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, considerando que, embora o Código Civil e o Código de Trânsito Brasileiro tragam normas específicas, a interpretação dos juízes diante das circunstâncias de cada caso é fundamental para a definição da responsabilidade. Questões como embriaguez, imprudência, negligência, imperícia, más condições da pista ou falhas na manutenção do veículo são elementos que frequentemente influenciam no julgamento e ajudam a compreender como a teoria jurídica é aplicada em casos concretos. Será utilizada a revisão bibliográfica, baseada em doutrinadores atuais e contemporâneos, com o intuito de enriquecer a pesquisa, juntamente com o método indutivo na realização de estudos de casos. A pesquisa tem por finalidade, verificar como as decisões judiciais no Estado de Mato Grosso se posicionam em relação à responsabilidade civil por acidente de trânsito.

Palavras - chave: Responsabilidade Civil, Jurisprudência, Acidentes de Trânsito.

A DISPENSA DE LICITAÇÃO NO VALE DO SÃO LOURENÇO: OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA EMPRESÁRIOS INDIVIDUAIS E MICROEMPRESAS

Felipe Azevedo de Souza¹

Ricardo Feistauer Júnior²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A aplicação da dispensa de licitação, prevista na Lei de licitações e contratos administrativos, no contexto das microempresas e empresários individuais do Vale do São Lourenço, região caracterizada pela forte presença de pequenos negócios e pelo potencial de desenvolvimento econômico local. A nova legislação de licitações trouxe avanços significativos ao ampliar limites para a dispensa e reduzir burocracias, tornando o processo de contratação pública mais ágil e acessível. Contudo, apesar dessas melhorias, persistem desafios práticos que dificultam o acesso de micro e pequenos empreendedores ao mercado público, tais como a falta de estrutura administrativa, a insuficiência de conhecimento técnico e a carência de informações claras sobre os procedimentos. O estudo adota abordagem qualitativa, fundamentada em análise bibliográfica e documental, com base na Lei de licitações e contratos administrativos, e em dispositivos constitucionais que assegurem tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas. A partir desse referencial, a pesquisa busca identificar as oportunidades geradas pela dispensa de licitação para a inclusão de microempresas nas compras públicas, ao mesmo tempo em que analisa os entraves que limitam sua efetividade. Entre os principais desafios apontados estão a ausência de capacitação técnica dos empreendedores, a complexidade administrativa que ainda envolve os processos de contratação e o desconhecimento das vantagens legais que lhes são garantidas. Nesse sentido, propõe-se como solução a criação de programas de treinamento presenciais e online, a ampliação das políticas públicas de incentivo e a maior divulgação das oportunidades de negócios ofertadas pela administração pública. Conclui-se que a dispensa de licitação pode se consolidar como um instrumento estratégico para a promoção da inclusão econômica e social no Vale do São Lourenço, fortalecendo a competitividade das microempresas e contribuindo para o desenvolvimento regional, desde que venha acompanhada de iniciativas de capacitação, apoio institucional e acesso democrático à informação.

Palavras-chave: Administração Pública; Inclusão Social; Contratações Públicas; Emprego.

ACESSIBILIDADE DIGITAL E A LEI Nº 14.129/2021: UM ESTUDO SOBRE A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Geovanna Antonio Alves de Souza ¹

Kaiane Moreno ¹

Aldemira Teles da Silva ¹

Fabiana Souza de Andrade ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015, art. 2º), considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, em interação com barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Esse conceito é importante para compreender a relevância das normas que assegurem o uso acessível das tecnologias e acesso à informação como instrumentos de inclusão social. A presente pesquisa tem por objetivo analisar a Lei nº 14.129/2021, que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital no Brasil, com foco em verificar se a norma garante, em seus dispositivos, acessibilidade para pessoas com deficiência. Para tanto, realizou uma revisão de literatura sobre legislações e documentos oficiais, visando compreender o conceito de pessoa com deficiência e acessibilidade digital. Na sequência procedeu-se à análise da legislação. O estudo conduziu à constatação das seguintes questões centrais: (i) a norma traz a exigência de que os serviços digitais disponibilizados por órgãos e entidades da administração pública garantam a acessibilidade para as pessoas com deficiência, o que é estabelecido no artigo 3, XIX, em conformidade com Lei nº 13.146/2015; (ii) o artigo 21 busca reduzir a exclusão digital e garantir ações educativas para capacitação de servidores e inclusão digital da população. Embora reforce a obrigatoriedade da acessibilidade e demonstre preocupação com a inclusão digital, a norma limita-se a reiterar comandos existentes. Além disso, não estabelece mecanismos de integração efetiva com políticas públicas de inclusão digital e de implementação de padrões de acessibilidade. Conclui-se que a Lei nº 14.129/2021 representa um marco normativo para a promoção da cidadania digital no Brasil, ao estabelecer diretrizes que fortalecem a transparência, a inclusão e a capacitação tecnológica. Contudo, a efetividade de seus dispositivos depende da implementação contínua de políticas públicas que garantam acesso equitativo às tecnologias digitais, de modo a consolidar a inclusão digital como um direito fundamental e condição para o pleno exercício da cidadania.

Palavras-Chave: Lei nº 14.129/2021; Acessibilidade digital; Pessoa com deficiência.

DIREITOS E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS: UMA ANÁLISE DA TUTELA JURÍDICA E DOS ASPECTOS SOCIAIS NO VALE DO SÃO LOURENÇO

Karoline Ana de Jesus Zucchi do Nascimento ¹

Vilso da Silva Franco ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A abordagem centra-se nos direitos e na proteção das crianças, com foco na tutela jurídica e nos fatores sociais que influenciam sua efetividade no Vale do São Lourenço. A Constituição Federal de 1988 representou um marco histórico na defesa dos direitos da infância, ao estabelecer em seu art. 227 o princípio da prioridade absoluta, impondo à família, à sociedade e ao Estado o dever compartilhado de assegurar, com primazia, os direitos fundamentais de crianças e adolescentes. Em consonância com esse preceito, o Estatuto da Criança e do Adolescente consolidou a doutrina da proteção integral, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento, o que demanda políticas públicas e ações concretas voltadas à sua formação digna. Entretanto, o cenário concreto no Vale do São Lourenço demonstra que a efetivação desses direitos ainda enfrenta obstáculos estruturais, econômicos e sociais significativos. Além disso, a ausência de integração entre os sistemas de garantia de direitos compromete a eficácia das medidas protetivas, resultando em um descompasso entre a teoria garantista e a prática cotidiana. Nesse sentido, torna-se indispensável analisar de que maneira a tutela jurídica pode dialogar com os aspectos sociais para que os direitos da criança sejam efetivamente garantidos. A pesquisa propõe-se a investigar os mecanismos já existentes, implementados nos municípios da região e a atuação das redes interinstitucionais de apoio, avaliando seus impactos práticos na vida das crianças em situação de vulnerabilidade. Busca-se, ainda, identificar os avanços alcançados desde a promulgação da Constituição e do Estatuto, bem como as lacunas que persistem no âmbito regional, especialmente no que diz respeito à efetividade das políticas públicas. A abordagem aqui proposta considera não apenas o papel essencial das instituições jurídicas, mas também a relevância da atuação comunitária, da educação em direitos e do fortalecimento da rede de proteção social como estratégias fundamentais para a construção de um ambiente seguro e favorável ao desenvolvimento infantil. Dessa forma, o estudo pretende contribuir para uma reflexão crítica sobre a necessidade de articulação entre direito e sociedade, visando ao fortalecimento do sistema de garantias e à superação das desigualdades que ainda marcam a realidade local. Posto isso, coloca-se a seguinte questão como efetivar, na prática, a tutela jurídica dos direitos da criança no Vale do São Lourenço, diante das limitações sociais e institucionais que ainda persistem

Palavras-Chave: Conselho Tutelar, Prioridade absoluta, Vulnerabilidade social.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A EFICÁCIA DO PROGRAMA TENORJUS EM CAMPO VERDE-MT

Larissa Rocha da Rosa ¹

Vilso da Silva Franco ²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A violência doméstica contra a mulher constitui um dos mais graves problemas sociais e jurídicos da atualidade, persistindo como reflexo de desigualdades históricas de gênero e de padrões culturais que naturalizam práticas de opressão e agressão. No Brasil, essa realidade ganhou maior visibilidade a partir da promulgação da Lei nº 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, considerada um marco no combate à violência de gênero. A norma prevê mecanismos de prevenção, proteção e punição, além de medidas voltadas à responsabilização e reeducação dos agressores. No entanto, sua efetividade depende da existência de políticas públicas capazes de transformar a cultura de violência e garantir às vítimas um atendimento humanizado. Nesse cenário, a pergunta que move essa pesquisa é: em que medida o Programa Tenorjus criado em 2023 no município de Campo Verde contribui à reeducação dos agressores proporcionando espaços de reflexão sobre masculinidade, respeito, cidadania voltados a redução dos impactos da violência no âmbito familiar e social? programa tem como objetivo atuar diretamente com homens autores de violência doméstica, proporcionando espaços de reflexão sobre masculinidade, respeito, cidadania e os impactos da violência no âmbito familiar e social. O nome Tenorjus resulta da união dos termos “Tenor” (voz masculina) e “Jus” (Justiça), simbolizando a proposta de dar voz à justiça por meio da conscientização e da transformação de condutas agressivas. O estudo identificou que a atuação do programa envolve palestras, criação de grupos de reflexão, atendimentos psicossociais e orientações jurídicas, que possibilitam aos participantes compreender as consequências legais, sociais e emocionais de seus atos. Embora muitos agressores apresentem resistência inicial ao comparecer aos encontros, observa-se que aqueles que participam integralmente relatam maior consciência de seus comportamentos e disposição para adotar novas formas de convivência familiar. Esses resultados demonstram o potencial do Tenorjus em contribuir para a redução da reincidência e para o fortalecimento da rede de proteção às mulheres. Restou comprovado que, a experiência em Campo Verde ganha maior efetividade através dada integração institucional entre o Judiciário, a Coordenadoria Estadual da Mulher (CEMULHER), assistentes sociais, psicólogos e demais órgãos da rede de apoio. Essa articulação amplia o alcance das ações, garante suporte às vítimas e promove a formação de profissionais capacitados para lidar com a complexidade da violência doméstica. É possível inferir que o Programa Tenorjus se mostra relevante não apenas pelo impacto imediato nos casos de violência, mas também por sua dimensão pedagógica e preventiva, ao propor uma mudança cultural que desnaturaliza práticas agressivas e incentiva a construção de relações baseadas no respeito e na igualdade. Ao reconhecer a violência doméstica como um fenômeno estrutural e coletivo, o programa reafirma a necessidade de esforços conjuntos para a

construção de uma sociedade mais justa, igualitária e livre de todas as formas de violência contra a mulher.

Palavras-Chave: Agressores, medida protetiva e lei Maria da Penha

ENFERMAGEM

ANÁLISE DA TAXA DE NATALIDADE DE NASCIDOS VIVOS NO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE (MT), 2020-2024

Darielly da Sila Reis ¹

Danieli Louback Carvalho ¹

Jéferson Pereira da Silva ²

¹ Discente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O indicador de natalidade, também denominado de taxa bruta de natalidade, é um importante parâmetro demográfico para a análise das dinâmicas populacionais, sendo utilizado para subsidiar políticas públicas, especialmente voltadas à saúde materno-infantil. O objetivo deste trabalho foi analisar a taxa de natalidade dos nascidos vivos de mulheres residentes do município de Campo Verde (MT), no período de 2020 a 2024. Trata-se de um estudo demográfico, de abordagem quantitativa, descritiva e retrospectiva a partir de dados secundários dos Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC) e TABNET/DATASUS do município de Campo Verde (MT). A população estimada de Campo Verde em 2024 foi de 47.831 habitantes (IBGE), utilizando para cálculo *Crude Birth Rate* (CBR= nascidos vivos no ano/população média anual X1000). No período analisado, registraram-se 3.773 nascidos vivos, sendo 1.855 do sexo feminino e 1.918 do sexo masculino, com média de idade gestacional de 39 semanas. Em 2024, ocorreram 670 nascimentos, resultando em uma taxa bruta de natalidade de 14,01 por mil habitantes, enquanto a média do período foi de aproximadamente 15,78 por mil. Observou-se maior concentração de nascimentos entre 2020 e 2021, com predomínio do sexo masculino. A tendência de redução da taxa em 2024 pode estar associada a mudanças demográficas, impactos socioeconômicos e efeitos tardios da pandemia de COVID-19, o que reforça a necessidade de estratégias de saúde reprodutiva e acompanhamento das políticas materno-infantis. Esses achados evidenciam a importância do monitoramento contínuo do indicador para subsidiar ações que promovam a saúde populacional.

Palavras-Chave: Binômio; Indicador de saúde; Natalidade.

ASPECTOS ASSOCIADOS AO RISCO DE IDEIAÇÃO SUICIDA ENTRE ENFERMEIROS: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Isadora Souza Zatt ¹

Adelson Luiz Menezes ²

¹ Discente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A saúde mental dos profissionais de enfermagem tem sido cada vez mais discutida no âmbito da saúde coletiva, considerando as condições laborais desgastantes às quais estão constantemente submetidos. Esses profissionais enfrentam longas jornadas, sobrecarga de funções, escassez de recursos materiais e humanos, além do constante contato com situações de dor, sofrimento, adoecimento e morte, fatores que aumentam significativamente a vulnerabilidade a diversos transtornos mentais, como depressão, ansiedade e síndrome de burnout, elevando consideravelmente o risco de ideação suicida. Compreender de forma aprofundada os aspectos que influenciam esse fenômeno torna-se fundamental para subsidiar ações de prevenção, promoção do bem-estar psicológico e manutenção da qualidade do cuidado prestado à população. O objetivo deste estudo é investigar os principais fatores associados ao risco de ideação suicida entre enfermeiros, considerando diferentes dimensões, como fatores psicossociais e condições de trabalho que possam contribuir para esse cenário. Metodologia: a pesquisa será desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica sistemática, permitindo reunir, avaliar e sintetizar evidências científicas nacionais e internacionais sobre o tema. A busca será realizada em bases de dados reconhecidas, como Scientific Electronic Library Online (SciELO), United States National Library of Medicine (PubMed), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando descritores controlados, entre eles “ideação suicida”, “enfermagem”, “saúde mental”, “condições de trabalho” e “fatores de risco”. Conclusão: a análise dos aspectos associados ao risco de ideação suicida entre enfermeiros evidencia que múltiplos fatores contribuem para a vulnerabilidade desse grupo profissional. Fatores ocupacionais, como sobrecarga de trabalho, longas jornadas e exposição constante a situações de sofrimento, interagem com fatores psicossociais, incluindo ansiedade, depressão e burnout, e fatores clínicos, como histórico de transtornos mentais, potencializando o risco de ideação suicida. Dessa forma, reforça-se a necessidade de uma abordagem integrada e contínua,

envolvendo gestores, instituições de ensino e órgãos de saúde, com vistas à proteção da vida e à promoção do bem-estar integral dos profissionais da enfermagem.

Palavras-chave: Saúde; Prevenção; Transtornos Mentais.

ATIVIDADES CURRICULARES EXTENSÃO: HIGIENE, PRIMEIROS SOCORROS E DICAS DE SEGURANÇA NA INFÂNCIA

Ana Carla Facco dos Santos ¹

Katiane Denise de Lima Pereira ¹

Adelson Luiz Menezes Barbosa ²

¹ Discente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A infância é um período essencial para a construção de hábitos de vida saudáveis, sendo a educação em saúde um recurso importante para a prevenção de agravos e a promoção do bem-estar. Nos primeiros anos, marcados pela curiosidade e pelo desejo de explorar o ambiente, a vulnerabilidade infantil exige atenção especial, devido a imaturidade cognitiva. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assegura o direito à vida, à saúde e à integridade, cabendo à família, à sociedade e ao Estado garantir um ambiente seguro e protetivo (BRASIL, 1990). Nesse sentido, segundo Oliveira e Silva (2021), a inserção de práticas educativas voltadas à segurança infantil promove maior consciência coletiva, favorecendo mudanças de comportamento que contribuem para a prevenção de riscos. Já Mello e Andrade (2020) ressaltam que o uso de metodologias lúdicas potencializa a aprendizagem, tornando os conteúdos de segurança e saúde mais acessíveis às crianças. Em consonância, Piaget (1978) afirma que “o brincar é a forma mais pura de experimentação, pela qual a criança conhece o mundo e constrói seu saber”. Assim, o lúdico aliado ao ensino de higiene e primeiros socorros, contribui para a formação de uma consciência preventiva desde cedo. Diante desse contexto, o objetivo da atividade foi promover o conhecimento das crianças sobre a importância da higiene e dos cuidados básicos de segurança e primeiros socorros, utilizando atividades como estratégia de ensino-aprendizagem, que dialogassem diretamente com o momento de vida. Trata-se de uma atividade curricular de extensão acadêmica realizada no primeiro semestre de 2025, na Escola Municipal Santa Rosa, com turmas do 1º ao 4º ano do período vespertino, desenvolvida por acadêmicos do 7º semestre de Enfermagem, na unidade curricular Enfermagem em Urgência e Emergências e Enfermagem aplicada à saúde da criança e do adolescente. As estratégias pedagógicas envolveram a realização de um teatro para abordar dicas de higiene, músicas educativas,

utilização de recursos visuais como o “Baú da Higiene”, além de encenações e recursos ilustrativos. Durante as atividades, as crianças participaram ativamente das encenações e interações, demonstrando curiosidade e envolvimento com os conteúdos. O teatro e as músicas facilitaram a compreensão sobre os cuidados de higiene diária, enquanto a simulação de situações de primeiros socorros permitiu maior aproximação da realidade, ensinando de forma simples e clara, condutas básicas que podem salvar vidas. Os resultados evidenciaram que o uso do lúdico foi essencial para facilitar o aprendizado e estimular a adoção de práticas de autocuidado e prevenção de acidentes. As atividades mostraram-se eficazes no processo de ensino-aprendizagem tanto para as crianças, quanto para os acadêmicos envolvidos, possibilitando não apenas a transmissão de informações, mas também a construção de hábitos saudáveis e preventivos desde a infância. Conclui-se que a experiência reforça a importância do papel do enfermeiro na educação em saúde, demonstrando que a utilização de metodologias criativas favorece maior compreensão e gera impacto positivo no público infantil.

Palavras-Chave: Atividades lúdicas, Educação em Saúde, Primeiros socorros, Higiene.

BARREIRAS E DESAFIOS NO EXERCÍCIO DA ENFERMAGEM COM MULHERES NO SISTEMA PRISIONAL

Gabriele Morais Rodrigues ¹

Luana Cristina Richelly Pereira Bittencourt ²

¹ Discente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A assistência à saúde de mulheres privadas de liberdade configura um dos maiores desafios para a saúde pública, exigindo uma compreensão aprofundada das especificidades dessa população. A população carcerária feminina caracteriza-se, em sua maioria, por mulheres jovens, solteiras, com filhos, baixa escolaridade e renda limitada. O ambiente prisional impõe condições que violam os direitos humanos e contribuem para o agravamento do estado de saúde, muitas ingressam saudáveis, mas desenvolvem patologias em decorrência das condições insalubres do cárcere. A ausência de itens básicos de higiene, como absorventes, somada a limitação no acesso a atendimentos especializados, compromete o bem-estar físico e emocional das reeducandas. Esta pesquisa tem como objetivo compreender os fatores que dificultam e limitam a atuação da enfermagem no cuidado à saúde de mulheres em situação de privação de liberdade. Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, baseada em publicações científicas e institucionais, obtidas em bases de dados como a Scientific Electronic Library Online

(SciELO), Google Acadêmico, além de fontes oficiais, como a Portaria Interministerial nº 210, Dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) e o parecer da Câmara Técnica do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), o recorte temporal abrangeu o período de 2014 a 2024. Observa-se que o profissional de enfermagem desempenha papel central no cuidado à saúde dessas mulheres, porém enfrentam obstáculos no exercício de sua função, como sobrecarga de trabalho, equipe reduzida, infraestrutura precária e falta de materiais básicos, o que inviabiliza a efetividade das ações de promoção e prevenção em saúde. Além disso, a falta de comunicação entre os servidores e as custodiadas agrava as dificuldades, sendo intensificada pela alta demanda e pela insuficiência de profissionais. Conclui-se que a superação dessas barreiras exige investimentos estruturais, adequação de recursos humanos e fortalecimento das políticas públicas de saúde no sistema prisional feminino.

Palavras-chave: Saúde da mulher; Assistência em saúde; Direitos humanos.

CÂNCER DE COLO DE ÚTERO NO BRASIL (2020-2025): TENDÊNCIAS EPIDEMIOLÓGICAS, COBERTURA VACINAL E DESAFIOS REGIONAIS

Marilza Ferreira Alves ¹
Jéferson Pereira da Silva ²

¹ Discente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O câncer de colo de útero é a terceira neoplasia mais incidente entre mulheres no Brasil, excluindo pele não melanoma, e a quarta causa de óbito por câncer feminino. A doença apresenta maior impacto em regiões com menor acesso a prevenção, constituindo um relevante problema de saúde pública. O estudo tem como objetivo analisar os principais indicadores epidemiológicos, a cobertura vacinal contra HPV (*Human Papillomavirus*) e os desafios do rastreamento no Brasil. Foi realizada revisão documental baseada em dados do INCA (Instituto Nacional de Câncer), Ministério da Saúde e OMS (Organização Mundial da Saúde) (2020-2025), abrangendo incidência, mortalidade, cobertura vacinal e estratégias preventivas. Estimam-se 17.010 novos casos anuais, com taxa bruta de 15,38/100 mil mulheres. A mortalidade ajustada foi de 4,51/100 mil, com maior impacto no Norte (9,07/100 mil) e no Nordeste, ambas acima da média nacional. Em 2024, a cobertura vacinal contra HPV atingiu 82% entre meninas de 9 a 14 anos e 67% entre meninos, com avanço após adoção do esquema de dose única. As maiores desigualdades ocorrem no Norte e Nordeste devido a múltiplos fatores: menor acesso aos serviços de rastreamento, baixa disponibilidade de infraestrutura de saúde, barreiras geográficas, determinantes sociais como pobreza e baixa escolaridade, além de maior proporção de diagnósticos tardios. Essas condições contribuem para incidência e

mortalidade superiores em comparação às regiões Sul e Sudeste, onde a rede assistencial é mais estruturada e a adesão à prevenção é maior. Apesar do aumento da vacinação e da redução gradual de casos avançados, persistem disparidades regionais e desafios no rastreamento. Estratégias inovadoras, como testes moleculares e autocoleta, associadas à ampliação do acesso à prevenção, são fundamentais para atingir a meta de eliminação da doença proposta pela OMS.

Palavras-chave: Indicadores epidemiológicos; HPV; Prevenção; Desigualdade regional.

CONTRIBUIÇÕES DA ENFERMAGEM PARA REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA RELACIONADA À PRÉ-ECLÂMPsia

Eldma Barboza dos Santos ¹
Amanda de Oliveira Delfino ²

¹ Discente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A pré-eclâmpsia é uma síndrome hipertensiva gestacional multifatorial e multissistêmica, caracterizada por hipertensão arterial associada à proteinúria significativa ou à disfunção orgânica, configurando-se como uma das principais causas de morbimortalidade materna e perinatal no Brasil e no mundo. Quando não diagnosticada e tratada precocemente, pode evoluir para eclâmpsia, síndrome *HELLP* (*Hemolysis, Elevation of Liver Enzymes and Thrombocytopenia*), parto prematuro, aumentando o risco de desfechos adversos para mãe e feto. A detecção precoce, o manejo clínico adequado e a prevenção de complicações são estratégias fundamentais, principalmente em contextos de vulnerabilidade social e desigualdade no acesso aos serviços de saúde. Este estudo tem como objetivo analisar a atuação do enfermeiro na prevenção e no manejo da pré-eclâmpsia, com foco na redução da mortalidade materna e no fortalecimento da qualidade do pré-natal no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS). Trata-se de revisão integrativa da literatura, baseada em artigos das bases SciELO, LILACS, PubMed e BVS, complementados por documentos oficiais do Ministério da Saúde e diretrizes atualizadas, incluindo a Nota Técnica Conjunta nº 251/2024, no recorte de 2015 a 2025. Os achados indicam que práticas sistematizadas de enfermagem, rastreamento de fatores de risco, monitoramento contínuo da pressão arterial e de outros parâmetros clínicos, como proteinúria, função renal e hepática, contagem de plaquetas, sinais neurológicos, edema, ganho ponderal súbito e avaliação do bem-estar fetal, associados à aplicação de protocolos assistenciais atualizados, educação em saúde dirigida à gestante e à família, articulação interprofissional e

interinstitucional e coordenação eficiente dos fluxos de referência e contrarreferência, favorecem a identificação precoce de sinais de gravidade e possibilitam intervenções oportunas, reduzindo complicações maternas e perinatais. Destaca-se a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), que organiza o processo de trabalho em etapas inter-relacionadas (histórico, diagnóstico, planejamento, implementação e avaliação), promovendo cuidado individualizado, seguro e resolutivo. Persistem, entretanto, desafios estruturais e organizacionais, como ausência ou desatualização de protocolos, lacunas na capacitação profissional, insuficiência de recursos humanos e materiais e fragmentação entre níveis de atenção. Conclui-se que integrar a SAE a práticas clínicas baseadas em evidências e a protocolos atualizados, associando cuidado humanizado e equidade no acesso, consolida o enfermeiro como agente central na prevenção e no manejo da pré-eclâmpsia, contribuindo efetivamente para a redução da mortalidade materna evitável e para o fortalecimento de políticas públicas mais resolutivas no âmbito da Atenção Primária à Saúde.

Palavras-chave: Saúde materna; Atenção primária; Sistematização da assistência de enfermagem.

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DA ENFERMAGEM NO CUIDADO INTEGRAL A PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Jennifer Souza Soares ¹
Evelin Dandara Fraga Muniz ¹
Jéferson Pereira da Silva ²

¹ Discente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por alterações no desenvolvimento do sistema nervoso, afetando comunicação, linguagem, interação social e comportamento, com padrões restritos e repetitivos. Geralmente se manifesta na infância, no Brasil estima-se que cerca de 2% da população infantil tem algum grau de autismo exigindo atenção e profissionais capacitados. A enfermagem tem papel fundamental na identificação precoce, acolhimento e orientação familiar. No entanto, há desafios importantes, como a falta de capacitação específica e ausência de protocolos assistenciais voltados ao TEA. Apesar da incidência de casos de TEA é percebido uma lacuna de conhecimentos sobre o assunto gerando a necessidade do estudo. Este trabalho tem como objetivo identificar e analisar os desafios enfrentados por profissionais de enfermagem na assistência a pessoas com TEA, destacando suas contribuições para um cuidado integral e humanizado, descrevendo a importância do

tema e propondo estratégias de intervenção. Foi realizada uma revisão bibliográfica de caráter descritivo e exploratório nas bases de dados, por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Utilizaram-se os descritores “Transtorno do Espectro Autista”, “Enfermagem”, “Assistência” e “Desafios”, combinados por operadores booleanos. Foram incluídos artigos completos, gratuitos, entre 2010 e 2024, em português, inglês e espanhol, que abordassem a atuação da enfermagem frente ao TEA. A maior incidência de publicação foi entre 2022 e 2024. Em termos quantitativos, a busca identificou 10 artigos, dos quais 5 foram selecionados após aplicação dos critérios de inclusão. A distribuição por base de dados seguiu: BVS (n=3); Revista Baiana de Saúde Pública (n=1); LILACS (n=1). Os estudos analisados evidenciam que o enfermeiro é o primeiro profissional a ter contato com crianças com TEA nos serviços de saúde, especialmente durante a anamnese. A escuta qualificada é apontada como habilidade essencial, indo além do ato de ouvir, para compreender sinais de comunicação não verbal. Contudo, essa etapa é marcada por dificuldades, devido ao sofrimento das famílias e à falta de preparo profissional. Além disso, a assistência extrapola o cuidado físico, exigindo uma abordagem multiprofissional que envolva psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e pedagogos. Conclui-se que a enfermagem desempenha papel essencial na triagem, acolhimento e orientação às famílias de pessoas com TEA. Os principais desafios incluem a falta de capacitação e a ausência de protocolos assistenciais específicos, o que reforça a necessidade de investimentos em formação continuada, científica e políticas públicas que assegurem um cuidado integral e humanizado, estimulando a troca de experiências com os cuidadores, gerando vínculo entre o paciente e o profissional.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Enfermagem; Educação Continuada.

EVOLUÇÃO DA COBERTURA VACINAL INFANTIL NO BRASIL (1994-2021): RISCOS EPIDEMIOLÓGICOS E DESAFIOS PÓS- PANDEMIA

Ana Clara de Brito Silva ¹

Raquel Castro Barbosa ¹

Jéferson Pereira da Silva ²

¹ Discente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O Programa Nacional de Imunizações (PNI), instituído em 1973, consolidou-se como uma das principais estratégias de intervenção em saúde pública no Brasil. Ao longo das décadas, pesquisas epidemiológicas demonstraram impacto significativo na redução das doenças imunopreveníveis. Contudo, observou-se queda expressiva na cobertura vacinal durante a pandemia de COVID-19, não atingindo o nível ideal de 95% preconizado pelo Ministério da Saúde. Teve-se como objetivo descrever a cobertura vacinal infantil no Brasil com base na análise de registros históricos, identificando tendências e riscos

potenciais decorrentes da redução dos índices de imunização. Trata-se de um estudo de caráter descritivo, com abordagem quantitativa, desenvolvido a partir de dados secundários disponíveis no Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI) e no DATASUS no período de maio de 2025. A coleta dos dados abrangeu o período de 5 a 21 de maio de 2025, contemplando informações referentes à cobertura vacinal infantil no Brasil. Foram aplicados filtros para a observação, considerando nove imunobiológicos do calendário básico, ano de referência e faixa etária. A análise foi conduzida por meio de estatística descritiva, com apresentação de frequências relativas (%) e distribuição temporal, permitindo identificar tendências históricas e variações associadas ao período pandêmico de COVID-19. Os dados apontam crescimento progressivo da cobertura vacinal entre 1994 e 2015, com diversas vacinas ultrapassando o patamar de 95%. Entretanto, a partir de 2016, verificou-se tendência de redução, acentuada no período pandêmico (2019-2021), caracterizando risco epidemiológico relevante para a reemergência de doenças anteriormente controladas. Entre os fatores determinantes para essa queda destacam-se: redução do comparecimento aos serviços de saúde em decorrência das medidas de isolamento social, disseminação de informações falsas (*fake news*) sobre imunizantes e discursos antivacina, além da escassez pontual de insumos. Esses elementos contribuíram para a interrupção das rotinas de imunização, favorecendo o risco de reintrodução de doenças erradicadas, como a poliomielite. No cenário pós-pandêmico, a hesitação vacinal permanece como fator preocupante, reforçando a necessidade de estratégias para recuperação das coberturas. Conclui-se, portanto, que, é necessário que a atenção básica adote medidas para mitigar os efeitos da pandemia na cobertura vacinal infantil, tal como campanhas e estratégias. A manutenção de elevadas coberturas vacinais é crucial para promover a saúde e o bem-estar da população como um todo e prevenir a reemergência de doenças infecciosas imunopreveníveis. Investir em ações baseadas em evidências científicas é imprescindível para combater a desinformação e assegurar a efetividade do PNI.

Palavras-Chave: Imunização; Pandemia; Imunopreveníveis.

HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA: DESAFIOS NA PREVENÇÃO E CONTROLE EM ADULTOS BRASILEIROS

Daiani Cristina da Silva Lima¹

Amanda de Oliveira Delfino²

¹ Discente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é uma condição clínica multifatorial caracterizada pela elevação persistente dos níveis pressóricos, sendo considerada um

dos principais fatores de risco para doenças cardiovasculares, acidente vascular cerebral (AVC) e insuficiência renal. Trata-se de uma doença crônica não transmissível de alta prevalência mundial, que no Brasil assume dimensões preocupantes devido ao crescimento do número de diagnósticos e às complicações associadas, impactando diretamente na qualidade de vida da população e nos custos para o sistema de saúde. A Sociedade Brasileira de Cardiologia estima que cerca de um terço da população adulta seja hipertensa, reforçando a relevância do tema como um dos maiores desafios em saúde pública. O presente estudo teve como objetivo analisar os principais fatores de risco associados à hipertensão arterial em adultos brasileiros, bem como investigar as estratégias de prevenção, as dificuldades de adesão ao tratamento e o papel das políticas públicas na promoção do controle da doença. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, conduzida por meio de revisão bibliográfica em artigos científicos acadêmicos, diretrizes clínicas e publicações oficiais. Foram utilizadas como fontes as bases SciELO, LILACS, PubMed e Google Acadêmico, priorizando materiais publicados nos últimos dez anos, em língua portuguesa, que apresentassem relação direta com a temática da hipertensão arterial. Como critérios de inclusão, consideraram-se publicações com abordagem voltada à prevenção, ao controle e à adesão terapêutica. Os resultados obtidos a partir da literatura consultada evidenciam que a HAS está diretamente relacionada a fatores modificáveis e não modificáveis. Entre os fatores de risco modificáveis, destacam-se hábitos alimentares inadequados, sedentarismo, consumo excessivo de sal, tabagismo e alcoolismo. Já entre os fatores não modificáveis, encontram-se a predisposição genética, o sexo, a etnia e o envelhecimento natural do organismo. Apesar da ampla disponibilidade de medicamentos e dos avanços nas diretrizes clínicas, observa-se que grande parcela da população não mantém níveis pressóricos adequados, muitas vezes devido à baixa adesão ao tratamento, à dificuldade de acesso contínuo a serviços e à falta de conhecimento sobre a gravidade da doença. A análise também mostra que as políticas públicas brasileiras têm avançado na incorporação de estratégias de enfrentamento da hipertensão, com destaque para o fortalecimento da atenção primária à saúde, o incentivo à prática de atividades físicas, a promoção da alimentação saudável e a ampliação do acesso a medicamentos de uso contínuo. Contudo, persistem desafios significativos, como a necessidade de intensificar ações educativas, promover acompanhamento multiprofissional e estimular maior participação da sociedade civil no processo de prevenção. Conclui-se que a hipertensão arterial sistêmica continua sendo um dos maiores desafios de saúde pública no Brasil. A elevada prevalência da doença, associada à dificuldade de adesão ao tratamento e à persistência de fatores de risco, reforça a necessidade de estratégias integradas que articulem profissionais de saúde, gestores e comunidade. O fortalecimento da educação em saúde, aliado ao monitoramento contínuo e ao suporte multiprofissional, constitui ferramenta essencial para reduzir complicações, melhorar a qualidade de vida da população e assegurar a sustentabilidade do sistema de saúde.

Palavras-chave: doenças cardiovasculares; hipertensão; morbidade; fatores de risco.

HUMANIZAÇÃO NA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA: A RELEVÂNCIA DO ENFERMEIRO NO ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Uecineide Santos Silva¹

Adelson Luiz Menezes Barbosa²

¹ Discente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O processo de humanização constitui-se como fator determinante para uma assistência de excelência, priorizando o paciente e promovendo uma escuta ativa e eficaz. O Acolhimento com Classificação de Risco (ACCR) é uma ferramenta que tem o objetivo de priorizar atendimentos de acordo com a gravidade e não pela ordem de chegada, possibilitando intervenções em tempo oportuno e assim, diminuindo as possibilidades de complicações, além disto, contribui para a organização da unidade, promovendo assim a equidade. De acordo com a Resolução nº 661/2021 do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), a classificação de risco é uma atividade privativa do enfermeiro, a mesma também determina que este, enquanto estiver executando essa função, não deverá acumular outras atividades. O enfermeiro desempenha papel fundamental no ACCR promovendo humanização, uma vez que, por meio da escuta qualificada, realiza a definição de risco e organiza os atendimentos médicos. Nesse contexto, é essencial que o enfermeiro conheça todas as etapas do processo, assim desconstrói-se a ideia de que o acolhimento se limita a apenas uma fase do atendimento, reconhecendo-o como um processo integral e contínuo. Este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica qualitativa, a coleta de dados foi realizada através da base de dados Scientific Eletronic Library Online – Scielo, Google Acadêmico e Ministério da Saúde, com recorte temporal de 2013 a 2024. O presente estudo tem por finalidade analisar o funcionamento do ACCR enquanto ferramenta de organização do atendimento nos serviços de urgência e emergência, identificar os principais desafios associados à sua implementação e discutir a atuação do enfermeiro nesse processo, ressaltando sua relevância para a efetividade e qualidade da assistência prestada. Conclui-se que o Acolhimento com Classificação de Risco é essencial para a humanização da assistência em urgência e emergência, garantindo atendimento e minimizando os efeitos emocionais traumáticos contidos nestes casos. O enfermeiro, por meio da escuta qualificada e da aplicação correta do processo, atua como protagonista na identificação da gravidade e na promoção de cuidados eficazes.

Palavras-chave: Segurança; Escuta; Assistência.

INDICADORES DE SAÚDE DO HOMEM NO BRASIL: ANÁLISE DOS DADOS DO ANO DE 2010

Katiane Denise de Lima Pereira ¹

Sidnei Casanova Floriano ¹

Josyslaine Cardoso dos Santos ¹

Jéferson Pereira da Silva ²

¹ Discente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH), instituída pela Portaria GM/MS nº 1944 em 27 de agosto de 2009, foi criada para enfrentar os elevados índices de morbimortalidade que afetam a população masculina brasileira, especialmente na faixa etária de 20 a 59 anos, e “que os agravos do sexo masculino constituem verdadeiros problemas de saúde pública” (BRASIL, 2008a, p. 3). O objetivo central dessa política é a promoção da saúde integral, com ênfase na prevenção, detecção precoce de agravos e redução da mortalidade masculina. Este estudo tem como objetivo explicar os principais indicadores à população masculina no Brasil após a implementação da PNAISH descrita no inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, que busca qualificar a atenção à saúde da população masculina. Trata-se de um estudo bibliográfico, de abordagem quantitativa e caráter descritivo, realizado a partir da análise de dados secundários divulgados pelo Ministério da Saúde, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no ano de 2010, e este estudo verificou-se quatro parâmetros: taxa de mortalidade, doenças infecciosas e parasitárias, mortalidade por AIDS e a procura de serviços de saúde. A taxa de mortalidade geral no Brasil foi de 3,5 (%), sendo 2,3 vezes maior entre os homens do que entre as mulheres, chegando a quatro vezes mais na faixa etária mais jovem. No caso das doenças infecciosas e parasitárias, observou-se taxa óbito de 52,52 (%) pela moda Czuber por 100 mil/hab. entre homens de 20 a 59 anos na região Centro-Oeste. A taxa de mortalidade por AIDS em 2010 foi de 13,8 (%) por 100 mil/hab. variando de 4,1(%) no Amapá a 29,0 (%) no Rio Grande do Sul, o que representa cerca de 12 mil mortes no país, número semelhante ao registrado em todo o continente americano (BRASIL, 2009; WHO/UNAIDS/UNICEF, 2011). Outro dado relevante foi a baixa procura por serviços de saúde: o número total de consultas médicas para homens de 20 a 59 anos, registrado no SUS, foi de 3.217.197, o que representa uma média de apenas 0,06 consulta por homem ao ano, com maiores elevações de índice entre as regiões, destacando Tocantins (0,13%) no Norte, Alagoas (0,33%) no Nordeste, Minas Gerais (0,9%) no Sudeste, Paraná (0,22%) no Sul e Goiás (0,4%) no Centro-Oeste. Apesar da implementação da PNAISH representar um avanço na formulação de políticas públicas voltadas à saúde masculina, os dados analisados indicam desafios significativos para ampliar a

conscientização, o acesso aos serviços de saúde e a efetividade das ações propostas. A persistente desigualdade entre homens e mulheres quanto ao autocuidado e prevenção de agravos reforça a necessidade de estratégias específicas para reduzir a morbimortalidade masculina no Brasil.

Palavras-Chave: Saúde Masculina; PNAISH; Doenças.

INDICADORES DE TUBERCULOSE NA REGIÃO DO CENTRO-OESTE DO BRASIL, NOS ANOS DE 2020 E 2024

Josyslaine Cardoso Dos Santos

Sidnei Casanova Floriano ¹

Katiane Denise de Lima Pereira ¹

Jéferson Pereira Silva ²

¹ Discente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A tuberculose, causada pelo *Mycobacterium tuberculosis*, permanece como um dos principais desafios da saúde pública brasileira, afetando sobretudo indivíduos em idade economicamente ativa. A doença evidencia desigualdades sociais e fragilidades estruturais nos serviços de saúde. Apesar dos avanços no diagnóstico e tratamento, a doença apresenta elevada incidência e taxas significativas de abandono terapêutico, comprometendo o controle epidemiológico. Este estudo teve como objetivo analisar os indicadores de incidência, cura e abandono do tratamento da tuberculose, na região Centro-Oeste do Brasil entre 2020 e 2024. Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo, realizado a partir de dados secundários coletados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) no período de 28 de maio à 06 de junho de 2025, disponibilizado pela plataforma TABNET/DATASUS. Foram incluídos todos os casos confirmados de tuberculose notificados no período de 2020 a 2024, considerando como recorte geográfico os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e o Distrito Federal. As variáveis analisadas incluíram número absoluto de casos, distribuição por faixa etária e desfecho em relação à cura e ao abandono do tratamento. No período analisados, foram notificados 24.750 casos confirmados de tuberculose no Centro-Oeste, com predominância em Mato Grosso do Sul (8.701 casos; 35,15%), seguido de Mato Grosso (7.232; 29,22%), Goiás (6.355; 25,69%) e Distrito Federal (2.462; 9,94%). A análise etária mostrou concentração dos casos entre 20 e 39 anos, que juntos somaram 10.519 registros (42,5%), seguidos pelas faixas de 40 a 59 anos (34,7%). Crianças e adolescentes de 0 a 19 anos representaram 5,7% dos casos, e idosos acima de 70 anos corresponderam a 7,2%. Quanto aos desfechos, 12.496 casos (50,5%) evoluíram para cura, com maior proporção entre jovens adultos, enquanto 3.723 (15%) foram encerrados por abandono, sendo mais da metade na faixa etária de 20 a 39 anos. Esses achados evidenciam que a tuberculose persiste como problema de saúde pública

persistente na região Centro-Oeste, com impacto significativo na população economicamente ativa. As taxas de abandono terapêuticos apontam para necessidade de estratégias de acompanhamento ativo, busca de contatos e intervenções direcionadas a grupos mais vulneráveis.

Palavras-Chave: Tuberculose; Controle de doença; Cura; Abandono de tratamento.

INTERVENÇÕES DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA LESÃO POR PRESSÃO EM PACIENTES ACAMADOS NO ÂMBITO HOSPITALAR

Eliane Batista Neves ¹

Karita Mayra Sousa Barbosa ²

¹ Discente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A lesão por pressão (LPP) é uma condição clínica caracterizada pelo dano aos tecidos moles ou proeminências ósseas em decorrência da pressão prolongada sobre a pele, sendo considerado um importante problema de saúde pública. Em pacientes hospitalizados e acamados, essa condição pode ocasionar dor, sofrimento, complicações secundárias, aumento do tempo de internação e maiores custos assistenciais, além de prejudicar a qualidade de vida do indivíduo e de sua família. Nesse cenário, a equipe de enfermagem exerce papel central na prevenção, identificação precoce e tratamento, visto que dispõe de instrumentos e práticas fundamentadas em evidências científicas e protocolos ministeriais, como o Protocolo de Prevenção de Lesão por Pressão do Ministério da Saúde e as recomendações da ANVISA. Este trabalho teve como objetivo identificar, por meio de revisão integrativa da literatura, as principais práticas de enfermagem utilizadas na prevenção e tratamento das LPP em pacientes acamados hospitalizados, além de analisar criticamente a efetividade das intervenções e destacar avanços recentes no manejo clínico. Este estudo consiste em uma revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa com busca de artigos publicados entre 2020 e 2025 nas bases SciELO, PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). A necessidade de investigações complementares e pelo aprimoramento das intervenções realizadas pelas equipes de enfermagem nessas situações, sobretudo em virtude de sua elevada incidência no contexto hospitalar e dos múltiplos impactos ocasionados à saúde e à qualidade de vida dos pacientes acamados. As intervenções mais eficazes estão relacionadas à avaliação sistemática do risco, uso de escalas como a de Braden, mudanças frequentes de decúbito, cuidados específicos com a pele, uso de superfícies especiais de apoio (colchões e almofadas de redistribuição de pressão), monitoramento do estado nutricional e da hidratação, além de curativos modernos, como hidrocoloides, hidrogéis, espumas e terapia por pressão negativa. A prevenção permanece como a estratégia mais eficaz e a enfermagem é essencial no manejo integral dessa condição, embora existam protocolos nacionais e recomendações internacionais, ainda há falhas na padronização

das práticas em diferentes contextos hospitalares. O trabalho constante e atento do enfermeiro pode reduzir significativamente a incidência de lesões por pressão e melhorar a qualidade de vida dos pacientes.

Palavras-Chave: lesão por pressão, fator de risco, incidência.

PANORAMA DA MORTALIDADE DE MULHERES EM IDADE FÉRTIL NO ESTADO DE MATO GROSSO: EVIDÊNCIAS DO PERÍODO 2019-2023

Sidnei Casanova Floriano ¹

Josyslaine Cardoso dos Santos ¹

Katiane Denise de Lima Pereira ¹

Jéferson Pereira Silva ²

¹ Discente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

Este estudo analisa os índices de mortalidade de mulheres em idade fértil no Estado de Mato Grosso no período de 2019 a 2023. A análise desses índices possibilita tanto a identificação de padrões e tendências de mortes entre mulheres de 10 a 49 anos quanto a compreensão das causas envolvidas e das disparidades existentes entre diferentes idades, etnias e regiões. No âmbito do Estado de Mato Grosso, entender o padrão da mortalidade feminina durante o período de 2019 a 2023 é essencial para apoiar medidas preventivas, melhorar a assistência nos serviços de saúde e implementar estratégias que diminuam vulnerabilidades particulares, principalmente entre os grupos mais impactados. A pesquisa teve como objetivo analisar os óbitos de mulheres em idade fértil ocorridos no estado de Mato Grosso no período de 2019 a 2023, identificando padrões e fatores associados a esse grupo populacional. Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem quantitativa, realizado a partir de dados secundários do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) coletado no período 20/05/2025 as 16 horas no horário de Brasília, disponíveis no DATASUS/Tabnet. Foram incluídos óbitos de mulheres residentes no estado de Mato Grosso, com idades entre 15 e 49 anos, registrados entre 2019 e 2023. Excluíram-se registros com inconsistências ou ausência de informações essenciais (idade, sexo ou causa da morte). As variáveis analisadas foram: faixa etária (em intervalos de 5 anos), estado civil, ocorrência no ciclo gravídico-puerperal e causas básicas de óbito classificadas segundo a CID-10. A análise descritiva foi realizada por meio de frequências absolutas e relativas, com construção de tabelas e gráficos no Microsoft Excel®. Do total 7.102 de notificações desse agravo, observou-se maior concentração de óbitos na faixa etária de 40 a 49 anos (51%), indicando

vulnerabilidade no ciclo final da vida reprodutiva especialmente entre mulheres de determinadas etnias, o que sugere inequidades sociais e a necessidade de estratégias direcionadas de prevenção e assistência para esses grupos. Quanto ao estado civil, verificou-se predominância de mulheres solteiras (66%), segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2023), “[a principais causas de morte materna, é complicações relacionada a gravidez, parto e puerpério]”. Esses achados evidenciam desigualdades sociais e reforçam a necessidade de políticas públicas que ampliem o acesso aos serviços de saúde, bem como a implementação de estratégias específicas voltadas à redução da mortalidade nesse grupo populacional. A compreensão dos padrões de mortalidade em mulheres em idade fértil é essencial para o desenvolvimento de ações direcionadas à saúde feminina. Intervenções focadas em prevenção, diagnóstico precoce e ampliação do acesso aos cuidados são fundamentais para reduzir a mortalidade e promover a equidade em saúde no estado de Mato Grosso.

Palavras-Chave: Mortalidade; Idade fértil; Indicadores de saúde.

ENGENHARIA CIVIL

APLICAÇÃO DE RCC RECICLADO EM CAMADAS DE BASE E SUB-BASE DE PAVIMENTOS FLEXÍVEIS: ANÁLISE DE VIABILIDADE AMBIENTAL E TÉCNICO-ECONÔMICA

Roger Kraus Tomé ¹
Luiz Fernando Dutra ²

¹ Discente do Curso de Engenharia civil da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Engenharia civil da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O setor da construção civil é um dos principais alicerces da economia brasileira, mas também figura entre os maiores produtores de resíduos sólidos, denominados Resíduos da Construção Civil (RCC) ou entulho. Dentre esses materiais, os classificados como Classe A (como concreto, argamassa, tijolos e cerâmicas) apresentam elevado potencial de reciclagem, embora ainda sejam comumente descartados de maneira inadequada, gerando impactos ambientais relevantes. Por se tratarem de materiais resistentes e de lenta degradação na natureza, seu descarte irregular afeta diretamente a eficiência de sistemas de drenagem, além de contaminar o solo e degradar áreas naturais. Diante

dessa realidade, este trabalho propõe uma solução sustentável por meio da reutilização desses resíduos na pavimentação flexível, avaliando seus benefícios ambientais e técnico-econômicos. O foco recai sobre os materiais Classe A, que podem ser processados mecanicamente (por britagem e peneiramento) para se transformarem em agregados reciclados. Esses agregados são viáveis para aplicação nas camadas de base e sub-base de pavimentos, substituindo total ou parcialmente os materiais naturais convencionais, como brita e areia. É importante destacar que os agregados reciclados atendem às especificações técnicas previstas em normas brasileiras, como a NBR 15115, demonstrando desempenho adequado em ensaios de abrasão Los Angeles, granulometria, índice de forma e Índice de Suporte Califórnia. Além disso, seu uso traz vantagens ambientais, como a redução da exploração de recursos naturais não renováveis e a diminuição do volume de resíduos descartados inadequadamente. Sob a perspectiva técnico-econômica, os agregados reciclados mostram-se mais vantajosos, com custos até 50% inferiores aos dos materiais tradicionais, além de reduzirem despesas com transporte e destinação final. Dessa forma, sua aplicação torna-se uma alternativa ideal para pavimentos sujeitos a tráfego moderado.

Palavras-chave: economia; pavimentação; sustentável.

ANÁLISE DA COBERTURA VERDE COMO UMA SOLUÇÃO PARA CENTROS URBANOS

Luciano Torquato da Silva Castro ¹

Karoline Andrade Silva Barbosa Martins ²

¹ Discente do Curso de Engenharia civil da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Engenharia civil da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A inserção de áreas verdes no ambiente urbano pode ser interpretada, por vezes, como um obstáculo à expansão das cidades, mas também é apreciada por seu valor estético e ambiental. Nesse cenário atual voltado ao desenvolvimento mais sustentável na engenharia civil, as coberturas verdes surgem como uma estratégia bioclimática que tem se tornado mais reconhecida tanto por especialistas da engenharia e do meio acadêmico. Embora a sua aplicação em grande escala ainda seja limitada, a sua adoção cresce em função da busca por soluções sustentáveis e pela melhoria da qualidade de vida nas cidades. Este trabalho analisa o potencial das coberturas verdes como uma “segunda pele” protetora das edificações, destacando seus efeitos positivos sobre o microclima, a umidade do ar, a temperatura das superfícies, economia energética e o conforto térmico, acústico e visual. Com a adoção de coberturas verdes e práticas sustentáveis semelhantes no meio urbano, essas soluções reforçam a integração entre o espaço construído e a natureza, proporcionando benefícios como eficiência energética,

purificação do ar, absorção de águas pluviais, melhoria de habitats urbanos e valorização social. Além de reduzirem ruídos e oferecerem ganhos estéticos, as coberturas verdes demonstram ser alternativas economicamente atrativas e práticas para o meio urbano contemporâneo. Apesar de dificuldades em consideração a instalação e manutenção das coberturas verdes, como a necessidade de mão de obra especializada, custos de implementação de camadas suportes e atender as normas regulamentadoras, a incorporação de tecnologias limpas, viáveis e econômicas apontam para um futuro promissor da construção civil, voltado a formação de cidades mais inteligentes, sustentáveis e ecológicas.

Palavras-chave: urbanização; sustentável; arborização.

CARACTERÍSTICAS E FUNCIONAMENTO: COMO AS ESTACAS STRAUSS PODEM SER UTILIZADAS EM FUNDAÇÕES PROFUNDAS E COMO PREVENIR PROBLEMAS PATOLÓGICOS

Camilly da Silva Vidal ¹
Alex Jordan Guzman Urquia ²

¹ Discente do Curso de Engenharia civil da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Engenharia civil da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A estaca Strauss é um tipo de fundação profunda moldada *in loco*, amplamente utilizada em solos de baixa capacidade de suporte, onde fundações rasas não são viáveis. Sua execução consiste na perfuração manual ou mecanizada do terreno, com posterior concretagem dentro de uma camisa metálica provisória, que garante estabilidade às paredes da escavação durante o processo. Entre suas principais vantagens destacam-se: versatilidade, por poder ser aplicada em diferentes tipos de solo; baixo nível de vibrações, o que reduz interferências em edificações vizinhas; e custo relativamente reduzido, já que demanda equipamentos menos complexos e apresenta execução simplificada. Por essas razões, é uma solução econômica e adequada para obras de pequeno e médio porte, além de contribuir para práticas construtivas mais sustentáveis devido ao menor impacto ambiental. O desempenho da estaca Strauss depende de um dimensionamento adequado e do atendimento às normas técnicas. Para garantir a segurança estrutural, é indispensável a realização de investigações geotécnicas prévias, bem como o rigor na execução das etapas de concretagem e na retirada controlada das camisas metálicas. A qualidade do concreto deve ser criteriosamente monitorada, assegurando resistência suficiente e prevenindo problemas como fissuração ou perda de aderência. Apesar das vantagens, existem desafios técnicos associados ao método, como

o risco de instabilidade do solo durante a escavação, exigindo controle minucioso da operação. A retirada das camisas deve ocorrer de forma gradual e cuidadosa, a fim de preservar a integridade do fuste. Assim, o uso da estaca Strauss mostra-se uma solução eficiente e econômica para fundações profundas, desde que acompanhada de um controle rigoroso de projeto e execução, garantindo segurança, durabilidade e desempenho adequado à estrutura.

PRÉ-MOLDADOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL: INOVAÇÃO FOCADA EM EFICIÊNCIA, SUSTENTABILIDADE E CRESCIMENTO

Dionatan Mendes De Souza¹

Luiz Fernando Dutra²

¹ Discente do Curso de Engenharia civil da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Engenharia civil da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O emprego de elementos pré-moldados na construção civil tem ganhado destaque como solução eficiente e sustentável. Entre suas principais vantagens estão a menor duração das obras, oriunda da fabricação em ambientes controlados e da montagem rápida no local; a melhoria da qualidade dos componentes, produzidos com maior exatidão dimensional e rigor nos controles de processo; e a redução de resíduos e desperdícios, promovendo práticas construtivas mais amigas do meio ambiente. Outro benefício relevante é a economia de mão de obra especializada, além da possibilidade de reutilizar componentes em diferentes projetos, aumentando a eficiência econômica. As aplicações do pré-moldado são amplas, incluindo estruturas de edifícios residenciais e comerciais, pontes, viadutos, galpões industriais, sistemas de paredes, lajes, escadas e elementos decorativos. Sua versatilidade permite adaptar-se a diversos tipos de projetos arquitetônicos, facilitando obras complexas com maior precisão e menor impacto ambiental. O uso do pré-moldado é considerado ambientalmente responsável, pois reduz significativamente os resíduos gerados na obra, diminui o consumo de recursos naturais ao otimizar o uso de materiais e favorece maior eficiência energética no processo produtivo. Além disso, a produção em fábricas facilita um controle mais rigoroso de emissões e consumo de energia em comparação com métodos tradicionais. Apesar do investimento inicial mais alto, os benefícios de rapidez, durabilidade e menor impacto ambiental tornam o pré-moldado uma opção cada vez mais viável e vantajosa para o setor da construção civil. A adoção dessa tecnologia também pode gerar economias indiretas relevantes, como redução de custos com mão de obra especializada, diminuição do tempo total da obra e menor necessidade de equipamentos pesados no canteiro. Diante dessas vantagens e das diversas aplicações, o método pré-moldado tem se consolidado como uma alternativa moderna, eficiente e sustentável para atender às

exigências atuais do setor, com obras mais rápidas, econômicas e ambientalmente responsáveis.

Palavras-chave: estrutura, construção civil, concreto armado.

A RELEVÂNCIA DA SONDAGEM SPT EM FUNDAÇÕES

Luiz Henrique Calou¹

Alex Jordan Guzman Urquia²

¹ Discente do Curso de Engenharia civil da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Engenharia civil da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A investigação geotécnica constitui etapa indispensável no planejamento e na execução de obras de engenharia civil, uma vez que fornece subsídios técnicos essenciais acerca das propriedades e condições do subsolo. Entre os métodos de prospecção mais empregados no território nacional, destaca-se a sondagem à percussão (SPT), normatizada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) por meio da NBR 6484/2020. Tal procedimento tem como finalidade primordial avaliar a resistência do solo à penetração, além de possibilitar a identificação das camadas estratigráficas e a determinação da profundidade do lençol freático. A análise adequada dos dados obtidos viabiliza o dimensionamento de fundações com maior grau de segurança, otimizando recursos e prevenindo manifestações patológicas de ordem estrutural. Não obstante sua relevância, a aplicação do SPT é, por vezes, negligenciada ou realizada de modo insatisfatório em determinados empreendimentos. Essa conduta decorre, frequentemente, da celeridade imposta ao cronograma de execução, da carência de conhecimento técnico especializado ou, ainda, da busca por redução de custos na fase preliminar do projeto. Todavia, a supressão ou a inadequada execução desse ensaio compromete a confiabilidade do projeto, podendo culminar em patologias como recalques diferenciais, fissuras, rupturas estruturais e, em casos extremos, no colapso total da edificação. Ademais, a inexistência de informações precisas sobre o comportamento do solo acarreta riscos significativos no dimensionamento das fundações, seja pelo superdimensionamento, que eleva os custos desnecessariamente, seja pelo subdimensionamento, que compromete a durabilidade e a estabilidade da obra. Assim, a escolha adequada do tipo e das dimensões da fundação está intrinsecamente vinculada à correta caracterização geotécnica. Nesse cenário, a sondagem SPT configura-se como ferramenta indispensável para a tomada de decisões técnicas fundamentadas, sobretudo em projetos que demandam fundações profundas. A desconsideração dessa etapa expõe o empreendimento a riscos evitáveis, os quais

poderiam ser mitigados por meio de um planejamento geotécnico rigoroso. Diante do exposto, torna-se evidente a necessidade de maior valorização da investigação do solo como componente estratégico do processo construtivo.

ESTABILIZAÇÃO DO SOLO EM PAVIMENTOS FLEXÍVEIS COM EMULSÃO ASFÁLTICA

Vanessa Ferreira Da Silva¹
Alex Jordan Guzman Urquia²

¹ Discente do Curso de Engenharia civil da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Engenharia civil da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A estabilização de solos com emulsão asfáltica configura-se como uma técnica de grande relevância para a pavimentação flexível, contribuindo para a durabilidade, resistência e segurança das vias. Essa metodologia consiste na aplicação de uma camada protetora que promove maior coesão entre as partículas do solo, impedindo a infiltração de água e minimizando processos de desgaste precoce. Além de fortalecer a base, a estabilização melhora a capacidade de suporte às cargas aplicadas e às variações climáticas, reduzindo a incidência de fissuras e deformações estruturais. Para que o processo seja eficiente, é indispensável a preparação adequada da camada de solo, o que inclui a correta compactação e a eliminação de materiais prejudiciais à estabilidade. A aplicação da emulsão deve ocorrer de forma uniforme e controlada, com utilização de equipamentos apropriados e técnicas ajustadas às recomendações técnicas vigentes. Nesse sentido, as diretrizes estabelecidas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes tornam-se fundamentais para assegurar a qualidade do procedimento, uma vez que orientam tanto a execução quanto os parâmetros técnicos a serem seguidos. A adoção dessa prática proporciona benefícios expressivos em termos econômicos e estruturais. Do ponto de vista da gestão de obras públicas e privadas, observa-se uma redução significativa nos custos de manutenção, além do aumento da vida útil do pavimento. A durabilidade alcançada resulta em rodovias e vias urbanas mais seguras, capazes de atender ao intenso fluxo de usuários, garantindo conforto, eficiência e confiabilidade à infraestrutura de transporte. Conclui-se que a estabilização de solos com emulsão asfáltica representa uma alternativa prática, econômica e eficaz para projetos de pavimentação, desde que sejam respeitadas as recomendações técnicas e boas práticas construtivas. Ao unir desempenho estrutural, redução de custos e maior segurança para a população, essa técnica reafirma sua importância no contexto da engenharia civil e no atendimento à crescente demanda por vias de qualidade no país.

INFLUÊNCIA DA ÁGUA NA ESTABILIDADE DE MUROS DE ARRIMO

Wesley Moraes Aguiar¹

Luiz Fernando Dutra²

¹ Discente do Curso de Engenharia civil da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Engenharia civil da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A contenção de taludes por meio de muros de arrimo é uma solução amplamente utilizada na engenharia civil, especialmente em áreas urbanas com terrenos inclinados. Contudo, em regiões com elevada pluviosidade, essas estruturas ficam mais suscetíveis a falhas devido ao acúmulo de água no solo, que aumenta os esforços de empuxo, diminui a resistência ao cisalhamento e pode provocar deslizamentos. Além disso, a ausência de drenagem eficiente pode gerar manifestações patológicas como infiltrações, erosões e corrosão das armaduras em estruturas de concreto. Este trabalho analisa os principais fatores que comprometem a estabilidade de muros de arrimo em ambientes úmidos, abordando os mecanismos de instabilidade, a influência da água na pressão exercida pelo solo e as tipologias mais empregadas, com ênfase nos muros de gravidade e de flexão. São apresentadas soluções voltadas à drenagem, como barbacãs, sistemas profundos e o uso de geossintéticos, que contribuem para a redução da pressão hidrostática e para a durabilidade da estrutura. O estudo também destaca a importância da aplicação de normas técnicas, como a ABNT NBR 11682 e a NBR 6118, que orientam o dimensionamento seguro dessas contenções. Assim, a adoção de um projeto adequado, associado a medidas de drenagem eficientes, constitui uma forma eficaz de prevenir falhas estruturais graves. Do ponto de vista socioambiental, a prevenção de deslizamentos por saturação do solo representa não apenas uma medida de segurança à população, mas também uma estratégia essencial para a conservação de áreas urbanas e naturais sujeitas a riscos geotécnicos.

FISIOTERAPIA

A IMPORTANCIA DA FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIA PÓS PANDEMIA COVID-19

Ruan Pablo Costa Santos ¹

Jéssica Terezinha Fialho dos Santos ²

¹ Discente do Curso de Fisioterapia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Fisioterapia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

Este estudo, partiu do interesse despertado durante o desenvolvimento da disciplina de História da Fisioterapia no curso de Fisioterapia da Faculdade Eduvale, e teve como objetivo principal identificar, a partir de revisão bibliográfica em bases de pesquisa de artigos científicos como a *SciELO* e *Lilacs*, no recorte temporal entre os anos de 2022 e 2025, a importância da fisioterapia respiratória no período denominado pós-COVID-19, considerando os impactos físicos, funcionais e psicossociais da doença, bem como as principais estratégias de reabilitação adotadas e aperfeiçoadas para minimizar sequelas.

A COVID-19, é uma infecção respiratória aguda, causada pelo vírus SARS-CoV-2, que se caracteriza pela alta transmissibilidade e pela frequente de evolução para quadros graves, associados a comprometimento pulmonar, fadiga, fraqueza muscular generalizada, ansiedade, dificuldades cognitivas e limitações funcionais após a fase aguda. Nesse contexto, a fisioterapia destacou-se principalmente na área respiratória mostrando-se fundamental, visto que promove benefícios relevantes ao quadro, como a melhora da função pulmonar, o aumento da capacidade ventilatória, a redução da fadiga e da dispneia, a recuperação motora e psicossocial, além de maior tolerância ao esforço físico e retorno gradual às atividades de vida diária. Ressalta-se, ainda, a importância da mobilização precoce em unidades de terapia intensiva (UTI'S) a fim de prevenir complicações decorrentes da imobilidade prolongada, como fraqueza muscular severa, perda de massa magra, trombose venosa profunda e prejuízos à qualidade da ventilação. Dessa forma, torna-se evidente que a fisioterapia respiratória desempenha papel essencial na reabilitação de pacientes pós-COVID-19, favorecendo a recuperação integral do organismo, a reintegração social, a redução do tempo de internação hospitalar e a melhora progressiva da qualidade de vida. Além disso, evidencia-se a necessidade de protocolos fisioterapêuticos cada vez mais eficazes e de novas pesquisas que avaliem os efeitos dessa intervenção em longo prazo, especialmente nas dimensões motoras, neurológicas e psicossociais, garantindo uma reabilitação ampla, segura e humanizada.

Palavras-chave: COVID-19; Reabilitação; Fisioterapia Respiratória

KINESIO TAPING: EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS NA FISIOTERAPIA DESPORTIVA

Thaynara Cristina da Silva ¹
Jéssica Terezinha Fialho dos Santos ²

¹ Discente do Curso de Fisioterapia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Fisioterapia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A presente pesquisa, partiu do contexto de investigação após aula prática no curso de Fisioterapia, onde abordou-se sobre a aplicação e uso do *Kinesio Taping* (KT), também conhecido como bandagem elástica terapêutica, que se trata de uma técnica amplamente utilizada na fisioterapia e em diversas áreas da saúde com o objetivo de auxiliar na prevenção e tratamento de disfunções musculoesqueléticas. Este estudo teve como objetivo analisar, a partir de uma revisão de literatura, a eficácia e as evidências científicas do uso dessas bandagens no tratamento e prevenção de lesões em atletas, sendo realizada uma busca sistêmica em bases de dados científicas como *sciELO* e Google acadêmico, optando pelo recorte de tempo de artigos em português entre os anos de 2015 a 2025, utilizando os descritores bandagem elástica, fisioterapia desportiva,

kinesio taping. As lesões musculoesqueléticas são frequentes em atletas, e a fisioterapia desportiva busca constantemente por métodos que acelerem a recuperação e previnam novos traumas nesse público, desta forma, neste contexto surgiram as bandagens elásticas, como o *Kinesio Taping*, apresentando-se como uma ferramenta promissora, com a proposta de atuar na função muscular, circulação sanguínea e linfática, e no controle da dor, sem restringir o movimento e com considerável baixo custo. Os estudos analisados, apresentam resultados heterogêneos, onde parte das pesquisas indicam que o uso de bandagens elásticas é positivo para a redução significativa da dor em casos de entorses e sobrecarga muscular, em contrapartida, outra parte indica que os benefícios do KT não são consistentemente superiores aos obtidos com terapias convencionais, como exercícios terapêuticos e fisioterapia manual. Além disso, a literatura destaca que os efeitos do KT podem estar associados a mecanismos neurosensoriais, relacionados ao aumento da percepção tátil e proprioceptiva, mais do que a modificações estruturais diretas.

Palavras-Chave: Bandagem elástica; Fisioterapia desportiva; *Kinesio taping*.

MODELOS DE NEGÓCIOS PARA CLÍNICAS DE FISIOTERAPIA EM CARÁTER DOMICILIAR

Valber Hebertt de Souza ¹

Jessica Terezinha Fialho dos Santos ²

¹ Discente do Curso de Fisioterapia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Fisioterapia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

Este estudo apresenta-se em formato de revisão da literatura sobre modelos de negócios aplicáveis a clínicas de fisioterapia domiciliar, correlacionando-se ao aumento da demanda por atendimentos em domicílio a partir do envelhecimento populacional e à elevada incidência de condições crônicas, além da busca por conveniência e praticidade, surgindo espaço para arranjos sustentáveis de prestação de serviços fisioterapêuticos fora do ambiente ambulatorial. A partir deste, foi realizada revisão narrativa/bibliográfica nas bases SciELO, PubMed e Google Scholar, no recorte de tempo de 2014–2024, utilizando descritores relacionados a fisioterapia domiciliar, modelos de negócios, *home care* e empreendedorismo em saúde. Foram selecionadas publicações em português, inglês e espanhol que abordassem organização, financiamento, marketing, operações e resultados em serviços domiciliares de fisioterapia. Dentre os resultados, identificaram-se cinco arquétipos recorrentes: (1) MEI (Microempreendedor Individual)/estrutura enxuta voltada a nichos (geriatria, ortopedia, pneumofuncional), com precificação por visita e pacotes; (2) parcerias B2B (Business to Business (relação comercial entre empresas)) com empresas de home care, operadoras e clínicas médicas, mediante contratos e pagamento por caso; (3) franquias

de serviços domiciliares, com padronização de processos e suporte de marca; (4) plataforma digital/marketplace, que integra agendamento, prontuário e meios de pagamento, reduzindo o CAC (Custo de Aquisição de Cliente) e ampliando alcance geográfico; (5) modelo híbrido combinando teleatendimento para triagem/educação e visitas presenciais para intervenção. Elementos críticos do Business Model Canvas incluíram proposta de valor centrada em conveniência, segurança e continuidade do cuidado; canais digitais e indicações profissionais; parcerias com médicos, hospitais e planos; fontes de receita por sessão, pacotes, assinaturas e contratos; estrutura de custos focada em deslocamento, EPI (Equipamento de Proteção Individual) / equipamentos portáteis e tecnologia. A viabilidade aumenta com planejamento logístico por zonas de atendimento, uso de protocolos clínicos, métricas (adesão, desfechos funcionais, NPS (Net Promoter Score (indicador de satisfação do cliente)), ticket médio) e conformidade ética, regulatória e de proteção de dados. Barreiras principais são tributação, variação de demanda, riscos de ociosidade e dependência de indicações. Desta forma, a fisioterapia domiciliar é um campo promissor; modelos baseados em nichos, parcerias B2B e suporte tecnológico tendem a maior sustentabilidade. Recomenda-se validar o modelo com MVP (Minimum Viable Product (Produto Mínimo Viável)), monitorar indicadores e escalar gradualmente. Dentre as limitações encontradas durante a pesquisa, evidenciou-se artigos no que se referem a ausência de ensaios econômicos robustos e a heterogeneidade das fontes analisadas.

Palavras-chave: Fisioterapia domiciliar; Empreendedorismo em saúde; Modelo de negócios.

MEDICINA VETERINÁRIA

MODIFICAÇÕES COMPORTAMENTAIS CAUSADAS POR ESTRESSE EM ANIMAIS

Marya Clara Ferreira dos Santos Correa ¹

João Vitor Campos Rosa ¹

Vitória Geovana Ferreira Silva ¹

Douglas Henrique Silva de Almeida ²

¹ Discente do Curso de Medicina Veterinária da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Medicina Veterinária da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

RESUMO

O estresse em animais representa uma resposta direta à interação destes com o ambiente em que vivem. Qualquer fator estressor, seja interno ou externo, pode alterar o estado de homeostase, levando o organismo a adotar diferentes mecanismos para restabelecer o equilíbrio. Este trabalho teve como objetivo compreender como os animais reagem ao estresse, de que forma expressam tais comportamentos e quais são os efeitos positivos ou negativos sobre sua saúde e bem-estar. A compreensão dessas modificações comportamentais possibilita traçar novas estratégias de manejo e pesquisa, favorecendo a identificação precoce dos sinais de estresse e prevenindo que estes comprometam funções biológicas e neurológicas. A pesquisa foi realizada com base em artigos científicos, revistas especializadas e sites consultados por meio da plataforma Google Acadêmico e Scielo, ao pesquisar: “distresse”; “euestresse”; “estresse crônico em animais” e “alterações comportamentais em ambiente estressantes”. Todas as referências utilizadas encontram-se em acesso gratuito na internet. Diversos estudos evidenciam que níveis elevados e prolongados de estresse em animais estão relacionados a problemas comportamentais, doenças, atraso no crescimento, dificuldades reprodutivas e redução da qualidade dos produtos de origem animal, comprometendo também o bem-estar geral. Do ponto de vista fisiológico, a resposta ao estresse está ligada a uma síndrome geral de adaptação, mediada por neurotransmissores que atuam no cérebro e no sistema nervoso. Em gatos, o estresse contínuo pode reduzir a ingestão de ração e causar anorexia, favorecendo doenças graves. Também aumenta o risco de marcação com urina, agressividade (inclusive redirecionada) e transtornos compulsivos, como a limpeza excessiva. Assim, a exposição habitual ou excessiva ao estresse pode ocasionar alterações duradouras nos padrões de resposta animal, afetando não apenas a saúde física e mental, mas também a capacidade de interação, adaptação e sobrevivência em diferentes contextos. Nesse sentido, as mudanças comportamentais decorrentes do estresse evidenciam a complexidade da relação entre fatores ambientais, sociais e biológicos, demonstrando que os animais possuem necessidades físicas e psicológicas fundamentais, cuja negligência pode resultar em distúrbios de comportamento e em prejuízos ao bem-estar.

Palavras-chave: estresse animal, euestresse e distresse.

A IMPORTÂNCIA DO COMPORTAMENTO MATERNAL PARA A SOBREVIVÊNCIA E PRODUTIVIDADE EM MAMÍFEROS DOMÉSTICOS

Elayne Thaine Alves ¹

Rita de Cássia Gaspar Bertuche ¹

Douglas Henrique Silva de Almeida ²

¹ Discente do Curso de Medicina Veterinária da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Medicina Veterinária da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

RESUMO

As fêmeas mamíferas após o parto, apresentam variações comportamentais no cuidado com as crias de formas diferentes. Em geral, são observados no pré-parto, a construção de ninhos e o afastamento das fêmeas dos demais animais do grupo. Já no pós-parto, os cuidados são mais intensivos, sendo observado o comportamento de: lambedura, proteção constante e amamentação de acordo com a percepção de sinais de fome nos filhotes. Neste sentido, esta pesquisa tem como objetivo estudar os padrões de comportamento maternal em mamíferos domésticos com ênfase em bovinos, suínos, ovinos e caninos. Para responder aos objetivos propostos nesse estudo, utilizou-se pesquisas bibliográficas, consultadas em artigos científicos encontrados no SciELO e no Google Acadêmico, com destaque para as publicações encontradas na revista “*Ciência Animal Brasileira*” e “*Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia*”. A partir da busca e das leituras do material selecionado compreende-se, que fatores como a raça, o manejo nutricional e as condições ambientais exercem influência significativa sobre a expressão do comportamento maternal em mamíferos domésticos. De forma geral, o comportamento pós-parto pode ter variações individuais conforme as raças, a idade das fêmeas, o ambiente do parto e o estágio nutricional da mãe. Estudos realizados com bovinos Nelore indicam que vacas que recebem boa nutrição e possuem boa habilidade materna, tendem a desmamar bezerros mais pesados, isto evidencia o impacto direto do cuidado materno na sobrevivência, no crescimento e na produtividade dos animais. Já em estudos com fêmeas suínas, é descrito que o comportamento de grunhido da mãe, durante a amamentação, sincroniza a mamada dos leitões, reduz a competição e melhora a sobrevivência da leitegada. Em ovinos, a relação mãe e filho, em ambiente adequado, reduz os riscos de abandono e melhora o vínculo materno-filial e produção de leite. Em cadelas, o comportamento pré-parto também auxilia na sobrevivência dos filhotes após o parto. Autores descrevem que o comportamento de nidificação, afastamento, se não forem preservados, podem influenciar no aleitamento inicial e até abandono dos filhotes. Contudo, o cuidado materno em mamíferos domésticos é um fenômeno altamente programado, que depende do instinto, do ambiente e do manejo dos animais. As interferências promovidas por humanos que não entendem do comportamento da espécie podem frequentemente inibir comportamentos inatos da fêmea, prejudicando o bem-estar, a produtividade e a sobrevivência da mãe e de filho.

Palavras-chave: aleitamento, lambedura e nidificação.

ABANDONO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS: UMA QUESTÃO SOCIAL, SANITÁRIA E ECONÔMICA

Maria Eduarda Gomes da Silva¹

Milena Gabrieli Pereira Cesari ¹

Nanci Lauren Cunha Brandão¹

Nathalya Ciritelli da Silva ¹

Thayanne Caroline Pereira Munhoz Gonçalves ²

¹ Discente do Curso de Medicina Veterinária da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Medicina Veterinária da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

RESUMO

O abandono de animais domésticos constitui um problema social, de saúde pública e de bem-estar animal, configurando-se como prática recorrente no Brasil e em diversos países. Essa realidade reflete a negligência de tutores e a fragilidade das políticas públicas de conscientização e controle populacional, gerando consequências que ultrapassam o sofrimento individual dos animais e impactam a sociedade como um todo. Diante desse cenário, o presente estudo teve como objetivo analisar as principais causas, consequências e possíveis soluções para o abandono de animais, destacando os impactos sociais, econômicos, sanitários e ambientais dessa prática, bem como a relevância da guarda responsável, da aplicação das legislações vigentes e da participação conjunta de governo, setor privado e sociedade civil. A metodologia baseou-se em uma revisão narrativa de literatura, com consulta a artigos científicos, relatórios de órgãos oficiais, legislações brasileiras pertinentes e dados de organizações não governamentais e centros de pesquisa internacionais, reunindo informações atualizadas que permitiram uma compreensão ampla do fenômeno. No Brasil, o abandono de animais é considerado crime desde 1998 pela Lei Federal nº 9.605/98, complementada por normativas do Conselho Federal de Medicina Veterinária, como a Resolução nº 1.236/2018, que define maus-tratos como qualquer ato que cause dor ou sofrimento desnecessário por negligência, imprudência ou imperícia. Estimativas indicam que cerca de 25% da população de cães e gatos do país encontra-se em situação de abandono, totalizando mais de 30 milhões de animais, o que representa um desafio sanitário e econômico. Em escala global, calcula-se que 143 milhões de cães e 203 milhões de gatos vivam nas ruas, expostos a doenças infecciosas, acidentes, fome e violência, além de constituírem risco à disseminação de zoonoses como leptospirose, raiva e leishmaniose. O estudo internacional “Índice de Abandono Animal”, realizado pela Mars Petcare em 20 países, revelou que dificuldades financeiras (28%), mudanças de residência (24%), falta de tempo (17%) e altos custos de manutenção (16%) estão entre os principais fatores que motivam o abandono. Observa-se que, embora o ordenamento jurídico brasileiro disponha de dispositivos legais para coibir maus-tratos, sua aplicação é limitada pela dificuldade de fiscalização e pela subnotificação de denúncias. Além disso, a ausência de políticas públicas efetivas, como programas nacionais de castração em larga escala, campanhas educativas permanentes e incentivo à adoção responsável, agrava a situação e sobrecarrega abrigos e organizações de proteção animal. O impacto econômico também é relevante, uma vez que o abandono gera altos custos para o poder público e o terceiro setor em ações de acolhimento, vacinação, controle de zoonoses e tratamentos veterinários, recursos que poderiam ser melhor aplicados em medidas preventivas. Conclui-se que o abandono de animais no Brasil é uma problemática multidimensional que exige abordagens integradas e interdisciplinares, sendo fundamental a atuação conjunta de governo, sociedade civil e iniciativa privada para a construção de soluções consistentes que promovam bem-estar animal, reduzam riscos à saúde pública e favoreçam uma convivência mais equilibrada entre seres humanos e animais.

Palavras-chave: Saúde pública; legislação animal; proteção animal.

ALIMENTAÇÃO HUMANIZADA E PRÁTICAS INADEQUADAS DE TUTORES DE ANIMAIS DE COMPANHIA

Alice Naiane Silva França ¹

Emanuelly Roversi ¹

Nicolý Roversi ¹

Jamily de Lima Soares ¹
Douglas Henrique Silva de Almeida ²

¹ Discente do Curso de Medicina Veterinária da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Medicina Veterinária da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

RESUMO

A má alimentação e o tratamento humanizado dos pets trouxeram muitos riscos à saúde e ao bem-estar destes. Tutoros, “romantizando” a criação dos seus pets, que tratam eles como filhos, e, neste processo, excedem o fornecimento da alimentação dos animais com petiscos, dietas veganas, comidas destinadas à alimentação humana e/ou industrializados, têm promovido problemas de saúde nos pets. Essas falhas resultam em doenças associadas ao sedentarismo, ansiedade, obesidade e até mesmo ao diabetes. Esse relacionamento de “amor” antropomorfizado do dono com seu pet deve ser equilibrado, para permitir aos pets o cuidado correto, com base no conhecimento do comportamento do animal e de seu hábito alimentar, para que seja possível ao pet expressar seu comportamento natural e receber a alimentação adequada para a categoria à qual pertence. O objetivo deste estudo é alertar sobre os riscos da humanização e da má alimentação dos pets, destacando como o manejo inadequado pode comprometer a saúde, o comportamento e a expectativa de vida dos pets. A metodologia utilizada baseou-se em uma pesquisa de revisão, realizada prioritariamente no Google Acadêmico, onde os estudos de 2020 a 2025 foram selecionados. Como critério de seleção, foram utilizados artigos “Open Access”, disponíveis em revistas relacionadas à temática da pesquisa. Em geral, dois artigos foram importantes para este trabalho. Os artigos de tese analisaram dados de clínicas veterinárias em Minas Gerais e São Paulo. No total, os estudos analisaram, em média, 159 animais, entre cães e gatos, conforme o sexo, a idade, a raça, o peso, a espécie e o diagnóstico e tratamento com que estes animais chegavam às clínicas. A problemática levantada nos trabalhos, envolvem o impacto da humanização excessiva e da dieta inadequada, que favorecem o sedentarismo, a dependência emocional e a manifestação de doenças metabólicas graves, reduzindo a capacidade dos animais de desempenharem atividades simples, como brincar, correr e interagir com seus tutores. Além dos prejuízos físicos, a obesidade também está associada a distúrbios comportamentais, como agressividade, frustração e ansiedade. Como resolução, os pesquisadores têm recomendado a adoção de práticas preventivas, como a oferta de dietas balanceadas e ricas em nutrientes, a redução de alimentos industrializados e petiscos em excesso, além da promoção de atividades físicas regulares, como caminhadas e exercícios que estimulem o gasto energético. A consulta com médicos-veterinários e nutricionistas especializados é fundamental para adequar o manejo alimentar e garantir uma vida saudável e ativa aos animais. Conclui-se que a obesidade e o diabetes em cães e gatos são problemas crescentes que exigem maior conscientização dos tutores. Mudanças simples no dia a dia, quando aplicadas de forma consistente, podem promover significativa melhora no bem-estar, aumentar a expectativa de vida e devolver aos pets a energia e disposição necessárias para uma convivência harmoniosa e saudável com seus tutores.

Palavras-chave: alimentação natural; cão obeso; pet-food.

BARREIRAS E PERSPECTIVAS NA PRODUÇÃO DE VACINAS CONTRA ERLIQUIOSE MONOCÍTICA CANINA

Ingrid Letícia de Oliveira Santos ¹
Milleny Alves Borges ¹

Mauricio dos Santos ¹
Leonardo Gonçalves Aires ¹
Isis Indaiara Gonçalves Granjeiro Taques ²

¹ Discente do Curso de Medicina Veterinária da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Medicina Veterinária da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

RESUMO

A Erliquiose Monocítica Canina (EMC), conhecida popularmente como “Doença do carrapato” foi descrita pela primeira vez na Argélia em 1935. No Brasil sua primeira descrição ocorreu em 1973, sendo uma doença infecciosa causada pela bactéria do gênero *Erlichia* que acomete cães, outros animais e também humanos. Sua transmissão se dá pelo vetor, o carrapato do gênero *Rhipicephalus*. Na rotina clínica de pequenos animais o índice de casos de EMC são significativos e os animais podem apresentar a forma grave da doença. Deste modo, a descoberta da vacina é de grande importância para o avanço da medicina veterinária. O parasita se replica nos leucócitos circulantes do hospedeiro vertebrado ocorrendo inclusões intracitoplasmática a qual denomina-se de mórula. O período de incubação da doença pode variar de 8 a 20 dias. O vetor permanece fixado na pele por pelo menos 8 horas, período em que se efetiva a transmissão do agente. A infecção só ocorre quando a temperatura do vetor aumenta e o número de bactérias se multiplicam em quantidade suficiente para desencadear a doença. A elevação da infecção é instaurada e o parasita invade as células mononucleares que se replicam por fissão binária nos formatos de corpúsculos elementares, inibindo a fusão do fagossomo e lisossomo, na qual age como mecanismo de escape da resposta imune do hospedeiro. Os estudos para produção da vacina tiveram início em 1970 com foco na caracterização de sua patogênese, descrição clínica e resposta imunológica após a infecção. Foram feitos estudos com a doxiciclina no tratamento de EMC, tiveram ótimos resultados terapêuticos e também forneceram os primeiros “insights” sobre as dificuldades de desenvolver uma vacina, considerando as respostas imunes adaptativas e inatas. Fizeram imunizações com *E. canis* inativado com adjuvante. Teve um efeito supressor da bacteremia, no entanto, observou uma resposta de curta duração com queda de anticorpos, o que expôs os animais a reinfecção. Inocularam cães por via intravenosa com uma suspensão de *E. canis* atenuada através de múltiplas passagens por meio de cultura, este estudo sugeriu uma possível candidata a vacina contudo, a utilização de vacinas primitivas, inativadas e vivas atenuadas tiveram efeitos indesejados. Os avanços da vacinologia possibilitaram a identificação de diversas proteínas antigênicas na bactéria e através da bioinformática candidatas a vacinas têm sido estudadas. O próximo passo crucial é a avaliação por meio de imunoinformática, com foco em alvos que são imuno dominantes e efetores, como proteínas para prever respostas imunes. Outro cenário promissor envolve estratégias para controlar a replicação do vetor dentro do carrapato. Os desafios continuam, porém, com a ajuda da biotecnologia e avanços nas pesquisas despertaram

nos pesquisadores grandes expectativas na formulação da vacina contra *E. canis*, e as fases posteriores devem avançar de forma rápida e segura.

Palavras-Chave: EMC; vacinação; carrapato; cães.

BEM-ESTAR E MANEJO DE EQUINOS EM EVENTOS AGROPECUÁRIOS

Isabella Valeriano Nunes¹

Giovana Pelaquim Pereira¹

Thayanne Caroline Pereira Munhoz Gonçalves²

¹ Discente do Curso de Medicina Veterinária da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Medicina Veterinária da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

RESUMO

O Brasil ocupa posição de destaque mundial na criação de equinos, possuindo o quarto maior rebanho do planeta e ampla participação em atividades esportivas, de lazer, trabalho e terapias assistidas. Esse cenário reforça a relevância econômica e cultural da espécie para o agronegócio nacional. Nos últimos anos, a crescente presença de equinos em eventos agropecuários e equestres impulsionou avanços em genética, nutrição e manejo, mas também expôs desafios ao bem-estar, sobretudo durante transporte, alojamento temporário e adaptação a ambientes distintos da rotina habitual. Diante desse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar as condições de manejo e bem-estar de equinos atletas, visando identificar fatores críticos e propor recomendações aplicáveis à melhoria do desempenho e da saúde desses animais em eventos de grande porte. A análise foi realizada a partir de revisão de literatura realizada em bases científicas, contemplando artigos que abordaram a qualidade de vida de equinos atletas, com foco em indicadores físicos (condição corporal, estado nutricional, presença de lesões) e comportamentais (estereotípias, interação com o ambiente e resposta ao manejo). Os resultados evidenciaram que, em geral, os equinos apresentam boa condição corporal e resposta adequada ao manejo, reflexo de cuidados prévios em nutrição e treinamento. Entretanto, foram identificados fatores de risco, como baias inadequadas em tamanho e ventilação, além da oferta irregular de sombra em áreas externas. Também se verificou que a manutenção da rotina alimentar, mesmo em ambientes distintos, contribui para a redução do estresse, ressaltando a importância da padronização de horários e da dieta. A garantia de bem-estar não depende apenas da infraestrutura, mas também da capacitação de cuidadores e da conscientização de proprietários sobre práticas preventivas, como adaptação prévia ao ambiente competitivo e monitoramento constante dos animais. Estudos ainda demonstraram que

equinos submetidos a adaptação adequada apresentaram menor incidência de alterações comportamentais, maior disposição nas provas e menor necessidade de intervenção veterinária. Conclui-se que eventos agropecuários requerem planejamento criterioso para assegurar condições ideais de manejo e bem-estar. O fortalecimento de boas práticas favorece a imagem positiva do setor e gera benefícios mútuos a animais e produtores, consolidando o Brasil como referência em produção responsável e ética.

Palavras-chave: manejo equestre; equinos atletas; desempenho esportivo.

COMPORTAMENTO SOCIAL E BEM-ESTAR DE AVES DOMÉSTICAS

Ariane Glória da Silva ¹

Luiz Gustavo da Silva Sena ¹

Luciano Borges Vieira ¹

Douglas Henrique Silva de Almeida ²

¹ Discente do Curso de Medicina Veterinária da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Medicina Veterinária da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

RESUMO

O manejo racional, também denominado manejo gentil, fundamenta-se no entendimento etológico da espécie, aliado às atividades humanas cotidianas na produção. Esta abordagem tem sido amplamente adotada na criação de animais, visando compreender a forma como os manejos devem ser realizados, maximizando o comportamento natural da espécie dentro do ambiente produtivo, com o intuito de mitigar custos relacionados à mortalidade, uso de medicamentos e nutrição dos animais. O presente estudo tem como objetivo apresentar uma análise abrangente sobre o comportamento social das aves domésticas, através de uma revisão da literatura, ilustrando a relevância de preservar os comportamentos naturais das espécies domésticas como um aspecto crucial para o desenvolvimento de sistemas de produção e o bem-estar das aves. Para a realização do estudo, foram empregadas plataformas de pesquisa relacionadas ao tema. Os resultados obtidos nas investigações revelaram a existência de materiais em artigos acadêmicos, livros e teses nas áreas de etologia e bem-estar animal. As pesquisas evidenciam a significância da hierarquia social nas granjas de aves, com a finalidade de minimizar conflitos frequentes e fortalecer a coesão grupal. Alterações frequentes na composição do grupo podem resultar em instabilidade comportamental, disputas e aumento do estresse entre os indivíduos. A elevada densidade de aves por metro quadrado é apontada como um fator que impacta negativamente o comportamento natural das aves, reduzindo a ocorrência de atividades típicas como o banho de areia, vocalizações, ciscar e até mesmo a postura de ovos. Em linhas gerais, os estudos experimentais demonstram

que a introdução de poleiros diminui em 38% as agressões decorrentes da competição, proporciona substratos para ciscar e potencializa em até 74% a expressão de comportamentos exploratórios naturais. Sistemas que implementam enriquecimento ambiental diminuem em 40% a ocorrência de lesões com o canibalismo. O respeito ao espaço social é capaz de reduzir a mortalidade em 30%. No entanto, é importante entender o comportamento natural das aves para promover um ambiente de manejo que seja ideal e funcional. A promoção de comportamentos naturais e a ausência de comportamentos anormais são indicadores essenciais a serem monitorados.

Palavras-chave: cage-free; free range; galinha feliz.

IMPORTÂNCIA DA VACINAÇÃO EM ANIMAIS DOMÉSTICOS: PANORAMA ATUAL NO BRASIL

Amanda Emanuely de Camargo Yanes ¹

Eduardo da Silva Moraes ¹

Heloisa Matos Marciel ¹

Nátally Kawany Figueiredo da Silva ¹

Thyanne Caroline Pereira Munhoz Gonçalves ²

¹ Discente do Curso de Medicina Veterinária da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Medicina Veterinária da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

RESUMO

A vacinação de cães e gatos é ferramenta essencial na prevenção de doenças infecciosas e zoonóticas, garantindo bem-estar animal e proteção à saúde pública. Este estudo teve como objetivo analisar o panorama atual da imunização de animais de companhia no Brasil, destacando desafios e estratégias para ampliar a cobertura vacinal. O trabalho foi desenvolvido a partir de levantamento bibliográfico em bases científicas, documentos técnicos e relatórios de órgãos oficiais publicados entre 2015 e 2024, seguido de análise crítica dos dados sobre campanhas realizadas em diferentes regiões do país. A análise evidenciou que a vacinação antirrábica atinge de 60% a 70% da população de cães e gatos, índices inferiores ao mínimo de 80% recomendado pela Organização Mundial da Saúde, o que compromete a eficácia do controle da raiva. Observou-se também baixa adesão às vacinas múltiplas caninas (V8, V10) e à tríplexe felina, influenciada pela ausência de oferta gratuita, desigualdades regionais, escassez de médicos-veterinários em áreas periféricas e rurais, além da carência de campanhas educativas contínuas. A desinformação dos tutores e a circulação de notícias falsas sobre supostos efeitos adversos intensificam a negligência vacinal, favorecendo a ocorrência de surtos de cinomose, parvovirose e panleucopenia felina. Por outro lado, experiências locais demonstraram que municípios que integraram imunização gratuita, ações educativas, parcerias institucionais e participação comunitária alcançaram mais de 90% de cobertura, evidenciando a viabilidade de estratégias conjuntas. Conclui-se que a vacinação de animais domésticos deve ser consolidada como política pública prioritária, em consonância com o conceito de Saúde Única, articulando

financiamento adequado, monitoramento sistemático e engajamento dos tutores. A adoção de tais medidas é fundamental para reduzir desigualdades de acesso, prevenir surtos, prolongar a longevidade dos animais e assegurar proteção epidemiológica à população humana, reafirmando a imunização como prática indispensável para uma sociedade mais saudável e responsável.

Palavras-chave: Saúde pública; imunização; zoonose.

POTENCIAL TERAPÊUTICO DOS QUELÔNIOS NA ZOOTERAPIA INFANTIL

Vitória Nunes Braga^{1,4}

Giovana Sousa de Jesus Silva Nascimento^{1,4}

Fernando Miguel Alves de Sales^{2,4}

Waleska Marques da Silva^{3,4}

Douglas Henrique Silva de Almeida^{3,4}

¹ Discente do Curso de Medicina Veterinária da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

³ Docente do Curso de Medicina Veterinária da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

⁴ Centro de Zooterapia e Equoterapia Pegasus Fazenda Escola Flor de Lotus.

RESUMO

A zooterapia é uma prática terapêutica que utiliza animais como co-terapeutas no cuidado de condições físicas, mentais, emocionais e comportamentais humanas. Nesse processo, o terapeuta pode empregar atividades lúdicas ou métodos científicos com o objetivo de compreender melhor as diversas dimensões do desenvolvimento humano. Tradicionalmente, cães e cavalos são os animais mais utilizados. No entanto, o uso de répteis, como serpentes, lagartos e jabutis, ainda é pouco explorado na literatura científica. Este trabalho tem como objetivo analisar os efeitos da interação entre crianças e répteis em contextos terapêuticos, com ênfase em intervenções que utilizam quelônios. A metodologia consistiu em uma revisão de literatura baseada em materiais encontrados por meio do Google Acadêmico, prioritariamente em língua inglesa. Após triagem inicial, os estudos selecionados estavam disponíveis em periódicos da CAPES, na base ScienceDirect e em reportagens técnicas com embasamento científico. Os critérios de inclusão priorizaram publicações recentes e de acesso aberto “open access”. De modo geral, os resultados indicam que quelônios, como o jabuti e a tartaruga, apresentam comportamento calmo, o que pode favorecer interações terapêuticas mais seguras e confortáveis, especialmente com crianças com hiporresponsividade sensorial. O comportamento de recolhimento do jabuti, por exemplo, é interpretado como análogo ao de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) durante episódios de isolamento, promovendo empatia e identificação. Também foram relatadas melhorias na atenção, redução da ansiedade, estímulo sensorial e fortalecimento da autoestima. Em contextos clínicos, a presença de quelônios durante exames médicos demonstrou eficácia na distração dos pacientes infantis, contribuindo para a diminuição do medo e da dor. Em outra abordagem, com crianças residentes em instituições de acolhimento, os répteis foram as espécies mais escolhidas para as sessões terapêuticas. Nesse caso, observou-se redução de comportamentos agressivos e delinquentes, além de melhorias no comportamento

social e na atenção. Esses efeitos foram associados ao desenvolvimento da empatia por meio da observação e interação com os animais. Apesar dos resultados promissores, os estudos destacam a necessidade de avaliações prévias dos participantes e acompanhamento profissional contínuo, sendo as primeiras sessões essenciais para a adaptação mútua entre paciente e animal. Conclui-se que, embora os indícios sejam positivos, ainda são necessárias mais pesquisas científicas que validem a eficácia da zooterapia com répteis em diferentes contextos clínicos.

Palavras-chave: interação animal/criança, jabuti terapeuta, tartaruga.

VERMINOSES EM CÃES E GATOS: RISCOS À SAÚDE PÚBLICA E ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS DE CONTROLE

Ana Carla Arruda Brandão ¹

Yasmin Estefane Coelho da Silva Souza ¹

Rafaela Artmann Polanski ¹

Thayanne Caroline Pereira Munhoz Gonçalves ²

¹ Discente do Curso de Medicina Veterinária da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Medicina Veterinária da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

RESUMO

A verminose em cães e gatos representa um tema de grande relevância tanto para a saúde e o bem-estar dos animais quanto para a saúde pública, uma vez que o parasitismo intestinal, além de comprometer o desenvolvimento, o estado nutricional e a imunidade dos animais, constitui risco zoonótico, especialmente quando se trata de agentes etiológicos. Apesar da conscientização e dos avanços na medicina veterinária, a crescente urbanização e a convivência mais próxima entre pessoas e animais de estimação tornam o controle parasitário ainda mais crucial, já que a transmissão pode ocorrer por diferentes vias, incluindo contato direto com ambientes contaminados, ingestão de ovos e larvas infectantes ou até mesmo por transmissão transplacentária e transmamária. O intuito deste trabalho é apresentar os riscos à saúde e as estratégias de controle e prevenção atualmente utilizadas, considerando tanto o impacto clínico nos animais quanto o reflexo dessas ações no contexto comunitário. Este estudo baseou-se em revisão de literatura científica, na qual se destacou um trabalho que aplicou palestras e teatros educativos voltados ao público infantil. Como resultado, a intervenção alcançou 560 crianças, que receberam orientações sobre cuidados básicos com animais de estimação e riscos zoonóticos, evidenciando o potencial da educação em saúde para ampliar a conscientização e promover mudanças de comportamento preventivo desde a infância. Os achados evidenciam que, embora a medicina veterinária disponha atualmente de fármacos eficazes e de ampla literatura sobre o controle parasitário, a verminose ainda é uma das principais enfermidades relatadas em cães e gatos, em grande parte devido à falta de conscientização dos tutores e ao manejo ambiental inadequado, reforçando que o combate à verminose deve ser visto como prática contínua e multifatorial. Portanto, a adoção de programas educativos aliados ao uso racional de antiparasitários configura uma estratégia essencial, ética e sustentável para reduzir a prevalência de verminoses e promover uma convivência mais saudável entre humanos e animais de estimação.

Palavras-chave: Controle parasitário; zoonose; conscientização

ZOONOSES DE IMPORTÂNCIA NA SAÚDE PÚBLICA: O PAPEL DO MÉDICO VETERINÁRIO

Suelen Siqueira França ¹

Kássia Cardoso de Souza ¹

Andressa Fernanda Pinto Santana Kil ¹

Thayanne Caroline Pereira Munhoz Gonçalves ²

¹ Discente do Curso de Medicina Veterinária da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Medicina Veterinária da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

RESUMO

As zoonoses constituem um conjunto de enfermidades transmitidas entre animais e humanos, configurando ameaça significativa à saúde pública global. Estima-se que cerca de 60% das doenças infecciosas humanas tenham origem zoonótica, o que evidencia sua relevância epidemiológica e socioeconômica. No Brasil, destacam-se a raiva, enfermidade viral letal causada pelo *Lyssavirus*; a leishmaniose, transmitida por flebotomíneos e potencialmente fatal sem tratamento adequado; e a brucelose, decorrente de infecção por *Brucella spp.*, de baixa letalidade, mas de elevado impacto econômico. Esses exemplos refletem a diversidade de agentes e a complexidade de sua transmissão, tornando essencial uma abordagem integrada. O objetivo deste estudo foi revisar a literatura científica sobre zoonoses, enfatizando o papel estratégico do médico-veterinário na prevenção, diagnóstico e controle dessas enfermidades, sob a perspectiva do conceito de Saúde Única (One Health). Para tanto, realizou-se uma revisão narrativa em bases de dados do Google Scholar, abrangendo publicações com foco em agentes etiológicos, vias de transmissão, estratégias de vigilância e políticas públicas. As evidências indicam que a multiplicidade de patógenos, somada a fatores como urbanização, mudanças climáticas e resistência antimicrobiana, amplia os desafios no enfrentamento das zoonoses. Nesse cenário, o médico-veterinário desempenha papel central não apenas no diagnóstico clínico e epidemiológico, mas também na educação em saúde, na elaboração de programas de vigilância e no suporte técnico a gestores públicos. Apesar disso, observa-se ainda subvalorização de sua atuação em sistemas de saúde, o que compromete a resposta a surtos emergentes e à implementação de medidas preventivas eficazes. Conclui-se que a plena integração do médico-veterinário em equipes multiprofissionais é imprescindível para reduzir riscos zoonóticos, fortalecer políticas públicas de saúde e promover o equilíbrio sustentável entre saúde humana, animal e ambiental, em consonância com os princípios do One Health.

Palavras-chave: One Health; Vigilância epidemiológica, Saúde Pública.

PSICOLOGIA

A DOR QUE NINGUÉM VÊ: QUANDO A FIBROMIALGIA FALA POR TODO O CORPO

Ana Carolina Gama Pernia ¹

Evellyn Aires Dias ¹

Livia Silva Cavalcante ¹

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A fibromialgia (FM) é uma síndrome crônica caracterizada por dor musculoesquelética difusa, de etiologia ainda indefinida, afetando predominantemente mulheres. Estima-se que a prevalência da FM no Brasil varie entre 2% e 3% da população, com uma incidência significativamente maior em mulheres, numa proporção de 7,5 para cada homem diagnosticado. Além da dor crônica, os pacientes enfrentam uma série de comorbidades psicológicas, como depressão (30% a 63%), ansiedade (até 55%), transtorno bipolar, transtorno de pânico, transtorno de estresse pós-traumático (PTSD) e transtornos de personalidade do tipo Cluster B. Este estudo teve como objetivo compreender a correlação entre a fibromialgia e os impactos na saúde mental, por meio de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo e quantitativo. A pesquisa foi realizada nas bases de dados SCIELO e Google Acadêmico, priorizando artigos científicos revisados por pares que abordassem os aspectos clínicos, neurobiológicos e psicossociais da síndrome. A análise dos dados reforça a importância de considerar os fatores emocionais no tratamento da FM, visto que o estresse e os transtornos psíquicos podem intensificar os sintomas físicos e agravar o quadro geral do paciente. A abordagem terapêutica da fibromialgia deve ser necessariamente multidisciplinar, incluindo acompanhamento psicológico como parte fundamental do cuidado, além de profissionais de reumatologia, psiquiatria, fisioterapia e outros que contribuam para a melhora do quadro. A dor crônica, invisível e frequentemente invalidada socialmente, gera um sofrimento emocional que exige escuta qualificada e intervenções que visem à melhoria da qualidade de vida. Estratégias de enfrentamento adaptativas, suporte psicoterapêutico e educação em saúde são recursos eficazes na redução do impacto psicossocial da doença. Conclui-se que a compreensão da fibromialgia vai além dos aspectos físicos da dor. O sofrimento subjetivo, muitas vezes negligenciado, demanda maior atenção dos profissionais de saúde, especialmente psicólogos. Dessa forma, torna-se essencial aprofundar os estudos que correlacionam dor crônica e saúde mental, a fim de promover tratamentos mais eficazes e humanizados. A valorização do cuidado integral pode contribuir significativamente para a diminuição dos danos psicológicos e o aumento do bem-estar dos pacientes com FM.

Palavras-chave: saúde mental; síndrome crônica.

A CONSTRUÇÃO IMAGINÁRIA DE UMA SOCIEDADE PERFEITA: UMA REVISÃO DA OBRA *WALDEN II*, DE B. F. SKINNER

Anne Cristina Giacomelli Moresco ¹

Betânia Evangelista da Silva Souza ¹

Larissa Sauer Ribeiro ¹
 Paolla Martins de Paula ¹
 Magno Rafael Miranda Santos ²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A busca por uma sociedade mais justa e equitativa sempre permeou o pensamento humano, sendo tema recorrente em diferentes áreas do conhecimento. Na obra *Walden II: Uma Sociedade do Futuro*, publicada em 1948 pelo psicólogo behaviorista B. F. Skinner, encontramos uma ficção científica que propõe uma comunidade utópica fundamentada nos princípios do condicionamento operante. Este trabalho consiste em uma revisão bibliográfica, utilizando como referência central a obra de Skinner, complementada por discussões acadêmicas acerca do behaviorismo radical e do planejamento cultural. A partir da narrativa construída por Skinner, destacam-se elementos centrais como a educação pautada em reforços positivos, o questionamento do livre-arbítrio e a proposição de instituições planejadas para a promoção de comportamentos socialmente desejáveis. Os resultados desta análise evidenciam que, embora a proposta de Skinner apresente contribuições relevantes para pensar a organização social e o papel da psicologia na transformação cultural, também suscita importantes debates éticos sobre liberdade individual, controle social e limites da ciência do comportamento. Assim, a utopia descrita em *Walden II* permanece atual, na medida em que provoca reflexões críticas acerca do uso da tecnologia e do planejamento sistemático da cultura na busca por uma sociedade mais cooperativa e funcional. Conclui-se que a obra não apenas inspira debates acadêmicos, mas também convida à reflexão sobre os desafios contemporâneos de conciliar desenvolvimento humano, ética e ciência na construção de futuros possíveis.

Palavras-chave: Walden II; condicionamento operante; planejamento cultural; comportamento social; utopia.

A CULPA É DELAS? — QUANDO O AMOR SE TRANSFORMA EM PRISÃO E DEIXA CICATRIZES EMOCIONAIS

Leidiane Alves de Sousa ¹
 Josimara Cardoso de Souza ²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

O relacionamento só se torna abusivo quando ele vem com excesso de poder e de controle acima da outra pessoa, onde a parceira não tem o direito de fazer nada, sem a

autorização do marido, ou seja, para ser considerado abusivo tem que ultrapassar o que é chamado de relacionamento saudável. Boa parte dos agressores trazem consigo algumas características como, dificuldade de controle de impulsos, são exigentes a regras e caso não for cumprida vai ser penalizada, possuem baixa autoestima, usam da agressividade para dominar a sua parceira. Boa parte dos agressores sofreram e vivenciaram em sua vida algum tipo de abuso, podendo repetir os mesmos abusos com sua parceira, fazendo-a se sentir culpada caso ela faça algo que o outro não permita ou agrade. Antes que a mulher perceba que está em um relacionamento abusivo, ela acredita que realmente é a total culpada do relacionamento não está dando certo e de brigarem constantemente. Leva um grande tempo para que a própria mulher perceba que está em um relacionamento abusivo. Em caso do relacionamento abusivo onde o parceiro se mostra dominante em meio ao outro na relação, tendo comportamentos de violência de forma física que se dá por meio de agressões ou que lhe cause danos ao corpo do outro, psicológica sendo usado principalmente de forma verbal, sexual quando é feita sem o consentimento da outra ou de modo forçado, a moral é usado de modo que prejudique a moral da pessoa e patrimonial é utilizada de maneira a confiscar objetos e coisas pessoais da sua parceira, já se torna doentio, causando angústia na pessoa sofrida. As vítimas ao saírem de um relacionamento abusivo, vem trazendo consigo marcar e dores desse relacionamento, e que muitas vezes tem uma grande dificuldade de entrar em outro relacionamento com medo de que possa acontecer a mesma situação e que não consiga sair. É desafiador para ela lidar com a pressão da sociedade, pois para as pessoas de fora, ou seja, que não esteve presente em sua vida, a mulher seria a culpada pelo relacionamento não ter dado certo e recai sobre ela as normas sociais opressivas que as outras pessoas impõem, causando ainda mais dor e culpa pela separação. E é nesse momento que a mulher deve recorrer a ajuda profissional, para que essa rede de apoio aconteça deve conter um grupo interdisciplinar. A TCC (Terapia Cognitivo Comportamental) é recomendada para esses casos, pois é uma abordagem bem estruturada, buscando entender e identificar as suas crenças, e que de alguma maneira, causa sofrimento psicológico para essa mulher. Depois do tratamento adequado, a própria mulher vai perceber que ao longo da psicoterapia, estar se sentindo uma outra mulher, com desejos e escolhas.

Palavras-Chave: Apoio; Interdisciplinar; Medo; Opressão; Psicoterapia; Vítima.

A INVISIBILIDADE POR TRÁS DO BAIXO DESEMPENHO: CONSEQUÊNCIAS DA DEPRESSÃO PARA COLABORADORES E ORGANIZAÇÕES

Gleibson da Silva Gomes ¹

Jamille Oliveira Carvalho ²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A depressão é um transtorno mental incapacitante, caracterizado por rebaixamento do humor, apatia e desregulação emocional, podendo levar à perda do prazer nas atividades cotidianas e, em casos graves, ao risco de suicídio. Seus sintomas se manifestam de forma física e mental, incluindo insônia, ansiedade, irritabilidade, dores físicas, desmotivação e queda no desempenho. No contexto organizacional, a depressão compromete o bem-estar dos colaboradores e reduz significativamente a produtividade, além de aumentar o risco de afastamentos e acidentes de trabalho. Trata-se de uma condição multifatorial, com causas genéticas, ambientais, psicológicas e sociais, que resulta em absenteísmo, queda de desempenho e, em situações mais graves, afastamento definitivo do trabalho. Diante disso o psicólogo organizacional busca compreender os impactos da depressão no ambiente organizacional, analisando suas consequências tanto para o indivíduo quanto para a instituição, destaca-se a importância de ações preventivas, da promoção da saúde mental no trabalho e do papel estratégico do psicólogo organizacional nesse processo. Com base em pesquisa bibliográfica os resultados evidenciam o crescimento expressivo dos afastamentos por depressão nos últimos anos. Conclui-se que as organizações precisam investir em estratégias de prevenção, suporte psicológico e na criação de ambientes mais humanizados e acolhedores, capazes de promover o bem-estar, fortalecer a motivação e reduzir os impactos negativos da depressão sobre colaboradores e instituições.

Palavras-Chave: Depressão; Trabalho; Psicologia organizacional.

A VITRINE DO DESEJO: OS EFEITOS PSICOLÓGICOS DA CRIAÇÃO DE CONTEÚDO ADULTO

Gabrieli Camili Camargo ¹
Lindcélia Cristina dos Santos ²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar e discutir, de forma aprofundada, os efeitos psicológicos que a produção de conteúdo adulto pode gerar na psique dos indivíduos

envolvidos nessa prática, analisando o fenômeno sob a perspectiva da psicanálise. Considera-se o papel dos mecanismos de defesa na formação de sintomas, observando como processos inconscientes podem atuar para lidar com sentimentos de culpa, vergonha ou prazer. A relevância deste estudo se justifica pela crescente exposição de pessoas em plataformas digitais e pela naturalização do consumo e produção de conteúdo adulto na contemporaneidade, fenômeno que vem provocando impactos significativos na subjetividade dos atores envolvidos. A fundamentação teórica articula discussões sobre sexualidade, subjetividade e saúde mental, relacionando-as com conceitos clássicos da psicanálise e pesquisas contemporâneas. Analisa-se também a relação entre prazer, repressão e culpa, especialmente em um contexto social permeado por contradições morais e culturais. A metodologia adotada é de caráter qualitativo, baseada em revisão bibliográfica criteriosa, utilizando textos de referência na psicanálise e estudos recentes encontrados em plataformas acadêmicas como CAPES, SciELO e Google Acadêmico. Assim, busca-se contribuir para o campo da psicologia com reflexões que auxiliem na compreensão e no manejo clínico dos efeitos emocionais e psíquicos dessa prática.

Palavras-chave: psicanálise; recalque; subjetividade; saúde mental; sexualidade.

ÁLCOOL: NOVO VILÃO PÓS BARIÁTRICA

Laísa Araújo Rodrigues ¹

Josimara Cardoso de Souza ²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O trabalho tem como objetivo, discutir informações relevantes para conhecimento dos leitores, onde serão pautados temáticos álcool e cirurgia bariátrica, o presente documento é uma pesquisa que ainda está em andamento devido ser um material para a conclusão de curso. O consumo de bebidas alcoólicas é um fenômeno presente em diferentes culturas e contextos sociais, desempenhando papéis que vão do lazer ao convívio familiar, mas que também pode representar um risco significativo à saúde quando associado a quadros de vulnerabilidade clínica. Entre os pacientes submetidos à cirurgia bariátrica, essa questão adquire relevância especial, uma vez que o procedimento, embora eficaz no controle da obesidade, gera alterações anatômicas, fisiológicas e comportamentais que podem modificar a forma como o organismo responde ao álcool. A obesidade, entendida como uma doença crônica de origem multifatorial, é um dos maiores desafios de saúde pública do século XXI, e a cirurgia bariátrica, ao reduzir a capacidade gástrica e interferir no metabolismo, tem se

consolidado como alternativa terapêutica quando os métodos convencionais não se mostram suficientes. Entretanto, estudos apontam que, após a cirurgia, ocorre maior sensibilidade aos efeitos do álcool, absorção acelerada e maior risco de dependência, além de complicações clínicas como síndrome de dumping, hepatotoxicidade e recidiva do ganho de peso. Do ponto de vista psicológico, observa-se ainda a possibilidade de transferência da compulsão alimentar para o consumo de álcool, evidenciando a necessidade de um acompanhamento que vá além do controle do peso. O presente estudo, de caráter bibliográfico, utilizou artigos científicos, livros e revistas especializadas como fontes, permitindo identificar que a adoção de medidas preventivas e educativas é essencial para reduzir riscos e garantir o sucesso do procedimento em longo prazo. Destaca-se a importância de uma abordagem multidisciplinar, na qual nutricionistas, médicos e psicólogos atuem em conjunto, tanto no pré quanto no pós-operatório, com foco na conscientização do paciente sobre as consequências do uso de álcool. Assim, conclui-se que o consumo de bebidas alcoólicas no período pós-cirurgia bariátrica requer cuidados específicos e contínuos, sendo fundamental o monitoramento por equipe especializada e a implementação de estratégias de prevenção que promovam qualidade de vida e preservem os resultados obtidos com a intervenção cirúrgica.

Palavras-Chave: Saúde, Protocolo, Dependência, Adoecimento.

CRIANÇAS E O USO DE TELAS: UMA GERAÇÃO QUE NASCE CONECTADA

Tiago Advento de Oliveira ¹
Josimara Cardoso de Souza ²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

Com base no avanço tecnológico do século XXI, a inserção de dispositivos digitais no ambiente familiar tem se intensificado, através de diversos aparelhos móveis, como smartphones, televisores, computadores e outros equipamentos eletrônicos. Assim, a tecnologia transformou a experiência das pessoas de várias maneiras, contudo, também impôs desafios nas dinâmicas familiares, de modo que a conectividade com o universo virtual assume uma relevância superior à do mundo real e das interações interpessoais. Atividades lúdicas tradicionais da infância foram substituídas pelas telas, que as crianças utilizam para jogar, se entreter e interagir com outras crianças, permanecendo conectadas ao mundo virtual e distantes da realidade. Devido ao uso de dispositivos

móveis, torna-se possível identificar essa conexão tanto em adultos quanto em crianças, que frequentemente são influenciadas por familiares ou responsáveis de maneira direta ou indireta. Dessa forma, as crianças da contemporaneidade estão se familiarizando com dispositivos digitais cada vez mais precocemente, independentemente da razão, embora existam diversos fatores decorrentes do uso excessivo de telas entre elas. A utilização excessiva de telas pode levar as crianças a experimentar uma diminuição em seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social, dificultando a identificação do verdadeiro problema sem considerar a questão da conexão com os dispositivos. Assim, o presente estudo tem como objetivo contribuir para a produção de conhecimento acerca do tema abordado, dedicando-se à compreensão dos impactos gerados pelo uso excessivo de aparelhos móveis na vida infantil, além da relevância da família no processo de utilização desses dispositivos de maneira consciente, com a intenção de promover um uso mais responsável e saudável desses equipamentos digitais, a ser observado e limitado pelos responsáveis, de modo a estimular as crianças a interagir com o mundo real e as pessoas ao seu redor, contribuindo para seu desenvolvimento físico, mental e social.

Palavras-Chave: infância, excessivo, inovação, informação, consciência.

DIAGNÓSTICO TARDIO, CAMUFLAGEM SOCIAL E IDEAÇÃO SUICIDA EM MULHERES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Dayanne Rodrigues Ananias ¹

Damaris Cordeiro de Souza Lima ²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O autismo em mulheres tem se tornado um campo de estudo cada vez mais relevante devido às especificidades no processo diagnóstico e às implicações psicossociais que ele acarreta. Diferentemente dos homens, as mulheres frequentemente recebem o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) em idade adulta, fenômeno associado ao chamado “diagnóstico tardio”. Esse atraso ocorre, em grande parte, pelo fato de que os instrumentos de avaliação foram historicamente construídos a partir de padrões comportamentais masculinos, desconsiderando a diversidade de manifestações femininas do espectro. Além disso, muitas mulheres desenvolvem estratégias de camuflagem (masking), que consistem em ocultar comportamentos neurodivergentes para se adaptar às expectativas sociais. Embora essas estratégias possam favorecer a inclusão social aparente, geram custos emocionais significativos e está diretamente

relacionado a consequências clínicas e sociais graves, entre elas a ideação suicida. Estudos recentes apontam que mulheres autistas apresentam risco três vezes maior de morte por suicídio quando comparadas às mulheres neurotípicas. Esse risco é intensificado pelo histórico de diagnósticos equivocados, pelo acúmulo de frustrações decorrentes da falta de compreensão sobre suas próprias vivências e pela sobreposição de comorbidades, como depressão e ansiedade. O mascaramento contínuo, a dificuldade em acessar apoio especializado e a invisibilidade social reforçam sentimentos de isolamento, exaustão e desesperança, constituindo fatores de vulnerabilidade para ideação suicida. A literatura científica evidencia que até dois terços dos adultos autistas já pensaram em suicídio e que aproximadamente um terço planejou ou tentou. Esses índices tornam-se ainda mais alarmantes quando recortados pela variável de gênero, considerando que o sofrimento das mulheres autistas permanece subestimado. A invisibilidade estrutural do autismo feminino contribui para trajetórias de vida marcadas por exclusão, violência simbólica e falta de suporte adequado, reforçando a necessidade de estudos interseccionais que articulem gênero, saúde mental e deficiência. Diante desse cenário, destaca-se a importância do diagnóstico precoce, da capacitação de profissionais da saúde e da construção de políticas públicas voltadas ao atendimento inclusivo de mulheres autistas. Estratégias de acolhimento que considerem as especificidades de gênero e neurodiversidade podem reduzir o sofrimento psíquico, prevenir casos de automutilação e ideação suicida, além de promover a qualidade de vida. O reconhecimento do diagnóstico tardio como fator de risco permite não apenas maior compreensão acadêmica do fenômeno, mas também a formulação de intervenções clínicas e sociais mais eficazes. Assim, a produção científica e a difusão desse conhecimento tornam-se fundamentais para transformar a realidade dessas mulheres, garantindo-lhes dignidade, acesso a cuidados em saúde mental e direito à existência plena.

Palavras-Chave: autismo feminino 1; suicídio 2; diagnóstico tardio 3.

ELIAS NO SETTING TERAPEUTICO: ECOS DO CANSAÇO DE UM PROFETA

Natan Greick Pedroso da Silva ¹

Lindcelia Cristina dos Santos ²

Jamile Oliveira Carvalho ²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A narrativa de Elias, descrita em 1 Reis 19:1-8, oferece um campo fértil para refletir sobre a interface entre religião e psicologia. Após enfrentar os profetas de Baal e sentir-se ameaçado pela rainha Jezabel, Elias entra em um estado de profundo abatimento, isolamento e desejo de morte, sinais que podem ser compreendidos como manifestação

de sofrimento psíquico semelhante a um quadro depressivo. Essa experiência demonstra que a religiosidade, embora fonte de sentido e esperança, não isenta o indivíduo de vivências emocionais dolorosas. A Psicologia, ao dialogar com narrativas religiosas, reconhece a espiritualidade como parte constitutiva da subjetividade. A perspectiva junguiana aponta a função religiosa como uma inclinação natural da psique, e, nesse sentido, excluir a dimensão espiritual da psicoterapia implica negar aspectos essenciais da experiência humana. Ao mesmo tempo, abordagens contemporâneas, como a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), oferecem instrumentos clínicos para compreender o episódio de Elias. Sua reação à ameaça de Jezabel pode ser analisada como resultado de pensamentos automáticos negativos, que intensificaram sentimentos de fracasso e desesperança, culminando em fuga e exaustão. O exercício de leitura clínica da história de Elias revela, portanto, que figuras religiosas, mesmo sustentadas pela fé, podem vivenciar crises emocionais intensas. Reconhecer isso é fundamental para reduzir o estigma em contextos religiosos acerca da psicoterapia e para promover uma visão de cuidado integral. A integração entre fé e psicologia amplia horizontes de compreensão, valorizando a religião como recurso simbólico e psicossocial relevante na saúde mental.

Palavras-chave: Elias; Psicologia; Religião; Sofrimento Psíquico; Saúde Mental

ENTRE INVISIBILIDADES E DIAGNÓSTICOS DO TDAH EM MULHERES: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Giumara Vieira Batista ¹

Isadora Paz Magalhães ¹

Lindcélia Cristina dos Santos ²

Magno Rafael Miranda Santos ²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

Este trabalho foi desenvolvido na disciplina de Metodologia Científica, que teve como tema o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) em mulheres. O TDAH é um transtorno neurobiológico de base genética e ambiental que, embora geralmente diagnosticado na infância, acompanha o indivíduo ao longo de toda a vida. Em mulheres, contudo, o diagnóstico é frequentemente tardio ou subnotificado, pois os sintomas manifestam-se de forma distinta em relação aos homens: há menos hiperatividade e impulsividade, mas maior incidência de desorganização, distração, introversão, além de comorbidades como depressão e ansiedade. A metodologia utilizada consistiu em uma revisão bibliográfica desenvolvida a partir de pesquisas nas bases Scielo Brasil, ABDA, Pepsic, CAPES e Portal Drauzio Varella, com ênfase em publicações entre 2020 e 2025. Foram analisados impactos do TDAH na vida adulta feminina, como prejuízos nas funções executivas, baixa autoestima e dificuldades de

organização pessoal e profissional; bem como a influência dos hormônios femininos na variação dos sintomas, especialmente em períodos de oscilação estrogênica, como TPM, perimenopausa e menopausa, ainda que a literatura científica sobre esse elo seja incipiente. De acordo com o levantamento teórico realizado, o tratamento indicado para mulheres com TDAH é multimodal, envolvendo psicoterapia, notadamente a Terapia Cognitivo-Comportamental, uso de medicação psicotrópica e acompanhamento interdisciplinar, podendo incluir ajustes relacionados ao ciclo hormonal. Do ponto de vista social, observa-se que as pressões de gênero, a exigência por alta performance e o fenômeno do mascaramento, “*masking*”, dificultam a identificação do transtorno, levando muitas mulheres a desenvolverem quadros de ansiedade e depressão. Portanto, concluiu-se que a literatura sobre TDAH em mulheres ainda é limitada, carecendo de maior aprofundamento científico que considere a perspectiva de gênero, os atravessamentos sociais e a influência hormonal. Reconhecer e compreender essas especificidades é essencial para diagnósticos mais precoces, intervenções adequadas e promoção de qualidade de vida para mulheres com TDAH.

Palavras-Chave: Mulheres; diagnóstico; saúde mental; gênero.

ENTRE LETRAS E EMOÇÕES: A ALFABETIZAÇÃO INCLUSIVA E OS DESAFIOS PSICOLÓGICOS DO TEA

Tânia Márcia Oliveira de Miranda ¹

Magno Rafael Miranda Santos ²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A alfabetização inclusiva de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um dos maiores desafios contemporâneos da educação, pois envolve não apenas o acesso ao ensino formal, mas também a garantia de condições adequadas para o desenvolvimento acadêmico e emocional desses alunos. Crianças com TEA apresentam especificidades cognitivas, sensoriais e comunicacionais que podem dificultar a aquisição da leitura e da escrita, demandando metodologias diferenciadas que incluam recursos visuais, tecnologias assistivas e práticas pedagógicas adaptadas. Além disso, aspectos psicológicos, como ansiedade, dificuldades de socialização e sobrecarga sensorial, influenciam diretamente no processo de alfabetização, exigindo a atuação integrada de professores, psicólogos e demais profissionais da saúde. A participação ativa da família é igualmente essencial, tanto no reforço das atividades escolares em casa quanto no apoio emocional oferecido às crianças. O objetivo deste estudo é investigar como práticas inclusivas e suporte psicológico podem contribuir para a alfabetização de alunos com TEA, destacando os principais obstáculos enfrentados e as estratégias mais eficazes. A metodologia consiste em revisão

bibliográfica de caráter qualitativo, baseada em artigos científicos, dissertações e livros publicados nos últimos anos em bases como Scielo, PubMed e Google Acadêmico. Conclui-se que a alfabetização inclusiva no contexto do TEA exige esforços multidisciplinares, formação continuada de professores e colaboração das famílias, sendo capaz de promover não apenas o aprendizado acadêmico, mas também a inclusão social, a redução de barreiras emocionais e a construção de um ambiente escolar mais justo e acolhedor.

Palavras-Chave: Transtorno do Espectro Autista; Alfabetização Inclusiva; Desafios Psicológicos.

GALINHA TERAPEUTA: QUAL O PODER DOS ANIMAIS NO BEM-ESTAR DE PESSOAS?

Mariana Vieira Nascimento ¹

Gabrieli Camili Camargo ¹

Isabela Monteiro Canci ¹

Dayane Aparecida do Nascimento Cardoso ²

Douglas Henrique Silva de Almeida ²

¹ Discente da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A Zooterapia, ou terapias assistidas por animais (TAA), tem recebido atenção crescente no âmbito da saúde humana devido aos seus efeitos benéficos no bem-estar físico, emocional e social dos indivíduos. Contudo, existem diversas espécies que demonstram potencial terapêutico, apesar de terem sido pouco investigadas. Entre essas, as aves se destacam, especialmente as galinhas, cuja presença em ambientes terapêuticos tem mostrado benefícios significativos, embora ainda não tenham sido amplamente abordadas na literatura científica. Este estudo pretende discutir as vantagens da utilização de galinhas como co-terapeutas no contexto da Zooterapia, com ênfase na promoção da qualidade de vida e do bem-estar das pessoas. Para tal, foi realizada uma revisão da literatura de natureza qualitativa e exploratória. As pesquisas foram conduzidas no Google Acadêmico, focando em textos publicados em português e inglês. Após a busca, uma triagem inicial foi feita, selecionando somente os estudos e materiais disponíveis em plataformas de acesso livre. O critério de seleção visou encontrar evidências empíricas e científicas sobre o uso de galinhas em diversificados contextos terapêuticos, incluindo instituições para idosos, centros de reabilitação, funcionários psiquiátricos, iniciativas comunitárias e ambientes prisionais. As intervenções que contaram com a presença das galinhas mostraram resultados positivos em várias instituições voltadas para a reabilitação física, saúde mental, cuidado de idosos e contextos prisionais. Em ambientes clínicos, a presença das aves foi associada a melhorias no equilíbrio, controle motor e na habilidade de manipulação de dispositivos como cadeiras de rodas e andadores, especialmente em pacientes com deficiências neurológicas. Em instituições de saúde mental e unidades prisionais, os dados sugeriram

uma redução do estresse, um aumento da empatia e uma melhora no comportamento de indivíduos com sérios transtornos psiquiátricos, incluindo psicose, automutilação e risco de suicídio. O cuidado com as aves foi descrito como um fator que promove um senso de responsabilidade, vínculos emocionais e estabilidade emocional. Em unidades de longa duração, as interações com as galinhas se mostraram eficazes para a melhoria do bem-estar dos assistidos.

Palavras-chave: interação humano/animal, terapia assistida com animais e zooterapia.

HIGIENE DO SONO: POR QUE DORMIMOS MAL E COMO MELHORAR?

Andressa Deniz Carvalho ¹
 Karolayne Rodrigues de Carvalho ¹
 Wanessa Pereira dos Santos ¹
 Liz Natielli Santana da Silva Lira ²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

Este trabalho, por meio de revisão bibliográfica, analisa práticas de higiene do sono e sua relação com a saúde mental. O sono é um processo biológico essencial para a manutenção do equilíbrio físico e psicológico, sendo diretamente influenciado por fatores comportamentais, emocionais e ambientais. Nos últimos anos, o aumento do uso de dispositivos eletrônicos antes de dormir, aliado ao estresse cotidiano, à alimentação inadequada e à ausência de rotinas regulares, tem contribuído para uma piora significativa na qualidade do sono. Nesse contexto, a higiene do sono consiste em um conjunto de práticas que favorecem a preparação do corpo e da mente para um descanso reparador. A partir de uma revisão bibliográfica, foram analisados estudos científicos, manuais e materiais acadêmicos que apontam estratégias eficazes, tais como manter horários fixos para dormir e acordar, evitar o uso de telas antes do sono, reduzir o consumo de cafeína no período noturno, criar um ambiente silencioso e confortável e adotar hábitos de relaxamento. A partir da perspectiva da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), as orientações foram analisadas considerando uma comunicação não diretiva, mas exploradas de maneira colaborativa, valorizando a experiência subjetiva e a autonomia da pessoa para identificar e implementar mudanças que façam sentido para sua realidade. Essa postura terapêutica favorece o protagonismo do indivíduo na construção de hábitos saudáveis, ampliando a conscientização sobre a relação entre sono e bem-estar. Os achados indicam que pequenas alterações na rotina podem resultar em melhora significativa na qualidade do sono, com repercussões positivas para a saúde física, emocional e cognitiva. Conclui-se que a higiene do sono, aliada a uma escuta empática, é uma estratégia simples e eficaz para promover saúde mental e prevenir os impactos da privação de sono.

Palavras-Chave: Sono; Qualidade de vida; Higiene do sono; Saúde mental.

INTEGRAÇÃO SENSORIAL: COMPREENDENDO OS SENTIDOS

Giovanna Baptista Rabelo ¹

Josimara Cardoso de Souza ²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O sistema sensorial é um complexo de estruturas que permite a integração, processamento e organização de informações. Com base nos estudos de Jean Ayres a integração social sensorial é como o cérebro pode interpretar e organizar as informações do corpo e ambiente, envolvendo nosso sistema auditivo, tátil, visual, proprioceptivo, vestibular e interocepção. Jean Ayres nasceu na Califórnia, se profissionalizou em psicologia educacional e terapeuta ocupacional, no decorrer da sua vida acadêmica ganhou prêmios sobre a disfunção e integração social, fundou a Clínica Ayres, em Torrance, Califórnia e em 1976 aos sessenta e oito anos de idade faleceu. Na utilização da terapia ocupacional visa exercitar todos os oito sentidos do nosso corpo utilizando de estímulos como o brincar, confiança terapêutica, segurança pessoal e adaptação para algumas respostas. O cérebro tem a necessidade de receber as respostas dos sentidos de forma simultânea para se desenvolver e dar respostas precisas para nosso corpo, de demonstração pode ser utilizado uma ameba que em contato com a mão transmite sensações como: sentir o gelado, textura e o cheiro. O autista com alta sensibilidade é mais difícil de gostar com facilidade, pois pode trazer incômodos e muitas vezes por já imaginar como irá se sentir, afasta ou busca distrações para que o corpo não fique totalmente em alerta. Como psicólogo é preciso identificar o perfil de cada pessoa para compreender, adaptar e incentivar a ter contato com segurança, detectando o perfil sensorial do indivíduo terá grande diversidades como o buscador e o que evita sensações, hipersensibilidade e hipossensibilidade. Com a identificação e compreensão deve dar sugestão para como seguir a diante, como a hipersensibilidade diminuir a exposição de etiquetas nas roupas e consequentemente deixar a pessoa mais confortável, já para quem precisa de mais incentivo dar um abraço muito apertado e assim utilizar de estratégias para promover o bem-estar do paciente.

Palavras-Chave: estratégias; estímulos.

INTIMIDADE PÚBLICA: OS EFEITOS PSÍQUICOS DA EXPOSIÇÃO DO CORPO NO MERCADO DIGITAL

Gabrieli Camili Camargo ¹
Lindcélia Cristina dos Santos ²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

Com o objetivo de apresentar e discutir os efeitos psicológicos que a produção de conteúdo adulto pode gerar na psique, este trabalho busca em tese analisar esse fenômeno sob a perspectiva psicanalítica. O alto crescimento do mercado de criação de conteúdo adulto juntamente com o alcance significativo das redes sociais, emerge o interesse de pensar sobre as repercussões psicológicas que esse novo meio de trabalho pode resultar. Diante da revisão de literatura considerou-se o papel dos mecanismos de defesa na formação dos sintomas desses indivíduos e como os processos inconscientes são atuantes nos sentimentos de culpa, vergonha e/ou prazer. A relevância deste estudo se justifica pela crescente exposição de pessoas em plataformas digitais e pela naturalização do consumo e produção de conteúdo adulto na contemporaneidade, fenômeno que vem provocando impactos significativos na subjetividade dos atores envolvidos, especialmente no período da pandemia e pós-pandemia. Conceitos como sexualidade, subjetividade e saúde mental reverberados no viés psicanalítico estão interligados a esse panorama, que busca analisar a relação entre prazer, repressão e culpa, considerando um contexto social permeado por contradições morais e culturais, bem como a realidade da economia. O desenho metodológico para a construção foi a pesquisa bibliográfica de caráter qualitativa, baseada em revisão criteriosa, utilizando textos de referência na psicanálise e estudos recentes encontrados em plataformas acadêmicas como CAPES, SciELO e Google Acadêmico sobre a impactos psicológicos e conteúdo adulto. Assim, busca-se contribuir para o campo da psicologia com reflexões que auxiliem na compreensão e no manejo clínico dos efeitos emocionais e psíquicos dessa prática.

Palavras-chave: psicanálise, recalque, subjetividade, saúde mental, sexualidade.

INVISIBILIDADE DAS DEFICIÊNCIAS OCULTAS NO COTIDIANO

Amanda Caroline Marczal de Andrade ¹

Larissa Jordana Oliveira Patias ²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

Este recorte bibliográfico discute os desafios enfrentados por indivíduos com deficiências ocultas, evidenciando os efeitos psicológicos da invisibilidade e da constante necessidade de justificar suas limitações em ambientes educacionais, profissionais e sociais. Apoiado na Lei Brasileira de Inclusão (LBI), em dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) e em diretrizes recentes do Conselho Federal de Psicologia (2025), o trabalho propõe uma reflexão sobre o papel da escuta qualificada, do acolhimento e da transformação dos espaços em ambientes mais empáticos e acessíveis. O reconhecimento dessas deficiências é essencial para a construção de uma sociedade inclusiva e livre de capacitismo. As deficiências invisíveis, por não apresentarem sinais físicos evidentes, frequentemente enfrentam o desafio do não reconhecimento social, o que aprofunda estigmas, preconceitos e a exclusão de pessoas que vivem com essas condições. Transtornos como depressão, ansiedade, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Transtorno do Espectro Autista (TEA) em níveis leves impactam significativamente a autonomia, a qualidade de vida e a participação social, mas ainda são invalidados por parte da sociedade. Assim, compreender e reconhecer as deficiências ocultas é essencial para a promoção da inclusão social e para o enfrentamento do capacitismo, pois a invisibilidade dessas condições compromete a qualidade de vida dos indivíduos afetados. Nesse contexto, a escuta qualificada e a criação de ambientes acessíveis e empáticos tornam-se fundamentais. Além disso, políticas públicas eficazes e práticas profissionais sensíveis são urgentes para garantir os direitos e a dignidade das pessoas com deficiências não visíveis, constituindo um passo fundamental para a promoção de políticas inclusivas, o combate ao capacitismo e o fortalecimento de práticas sociais mais justas e acolhedoras.

Palavras-Chave: Deficiência invisível; inclusão; saúde mental.

MATERNIDADE EM CENA: DA ESPETACULARIZAÇÃO DIGITAL À INVISIBILIDADE DO PUERPÉRIO: INTERFACES COM A SAÚDE MENTAL MATERNA

Gabriela Rodrigues de Lima¹

Josimara Cardoso de Souza²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A maternidade, frequentemente idealizada na contemporaneidade, tem sua representação intensificada pelas redes sociais, que promovem padrões de perfeição e felicidade constante, muitas vezes distantes da experiência real das mães. Essa espetacularização digital da maternidade pode gerar sentimentos de inadequação, culpa, ansiedade e insegurança, sobretudo no período puerperal, que frequentemente permanece invisibilizado e pouco debatido. O puerpério, marcado por transformações físicas, emocionais e relacionais significativas, sofre com a falta de reconhecimento social e cultural, amplificando o sofrimento materno e dificultando o acolhimento adequado. Nesse contexto, a psicologia desempenha papel essencial ao fornecer suporte emocional, validar experiências maternas e propor estratégias de enfrentamento que promovam o bem-estar da mãe e fortaleçam o vínculo com o bebê. Estudos recentes indicam que a interação entre a maternidade idealizada nas mídias digitais e a invisibilidade do puerpério intensifica impactos negativos na saúde mental materna, evidenciando a necessidade de intervenções que considerem dimensões psicossociais, emocionais e culturais. A reflexão sobre esses fenômenos permite compreender como padrões de maternidade idealizada influenciam expectativas, comportamentos e a construção da identidade materna, reforçando a importância de abordagens psicológicas que promovam autonomia, acolhimento e desconstrução de ideais irreais. Dessa forma, este estudo integra a compreensão do puerpério invisibilizado e da maternidade digitalmente espetacularizada, discutindo suas implicações para a saúde mental materna e ressaltando a relevância da atuação do psicólogo como agente de suporte, orientação e intervenção diante dos desafios emocionais enfrentados pelas mães na contemporaneidade.

Palavras-chave: Mãe; redes sociais; psicologia.

MISSÃO APRENDIZAGEM: O PAPEL DA PSICOLOGIA ESCOLAR

Giovana Pereira de Godoi ¹

Dayane Aparecida do Nascimento Cardoso ²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A Psicologia Escolar assume, no cenário educacional, uma verdadeira missão: compreender e intervir nos processos de ensino e aprendizagem diante de obstáculos que muitas vezes parecem “impossíveis”. Ao longo de sua trajetória, essa área deixou de ser restrita a diagnósticos e testes psicométricos, passando a atuar de forma estratégica e preventiva, articulando saberes que envolvem aspectos cognitivos, sociais, emocionais e institucionais. Autores como Vygotsky — com sua “Zona de Desenvolvimento Proximal” — e Carl Rogers — ao destacar a importância de um ambiente de aceitação e empatia — oferecem ferramentas essenciais para que o psicólogo escolar cumpra sua tarefa. Além de apoiar alunos em dificuldades, esse profissional colabora com professores, famílias e gestores, promovendo inclusão, prevenindo o fracasso escolar e fortalecendo a saúde mental. A perspectiva crítica de Maria Helena Souza Patto reforça que o fracasso escolar não deve ser visto como falha individual do estudante, mas como reflexo de condições estruturais e sociais que precisam ser enfrentadas coletivamente. Nesse sentido, a Psicologia Escolar torna-se protagonista na construção de estratégias pedagógicas mais humanas e transformadoras, garantindo que a “missão aprendizagem” seja cumprida com sucesso, em um ambiente justo, acolhedor e favorável ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Palavras-Chave: Psicólogo; formação; escola.

MULHERES QUE ROMPEM CORRENTES: AUTONOMIA ECONÔMICA COMO ESTRATÉGIA DE SUPERAÇÃO

Juscimara de Souza Ruiz ¹

Josimara Cardoso ²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

Esta pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), ainda em andamento, tem como objetivo investigar como a independência financeira pode funcionar como instrumento de superação da dependência emocional e de fortalecimento do protagonismo feminino na sociedade. Partindo de uma análise histórica da construção da dependência feminina, o estudo busca compreender como fatores sociais, culturais e econômicos condicionaram as mulheres à subordinação e à exclusão do espaço público. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica fundamentada em autoras como Simone de Beauvoir, Judith Butler, Heleieth Saffioti e Bell Hooks, além de fontes institucionais atualizadas. Estruturada em quatro eixos: construção histórica da dependência, ruptura com padrões abusivos, empoderamento e políticas públicas, a análise destaca que a autonomia financeira é um passo estratégico para a liberdade emocional e material das mulheres. A dependência econômica tem sido historicamente um fator de permanência em relações abusivas, impedindo que muitas mulheres rompam com ciclos de violência e invisibilidade. De acordo com dados da Forbes Brasil (2024), cerca de 40% das vítimas de violência doméstica permanecem

com seus agressores por falta de condições financeiras. A independência, por sua vez, impacta positivamente a autoestima, a capacidade de tomada de decisão e a atuação das mulheres como agentes de transformação em seus contextos. Nesse sentido, o empoderamento feminino é entendido não apenas como acesso a direitos, mas como um processo de desconstrução das normas patriarcais que reforçam a submissão. Iniciativas como educação financeira, incentivo ao empreendedorismo e políticas públicas voltadas à equidade têm se mostrado fundamentais na promoção da autonomia. Além disso, é imprescindível compreender a intersecção entre dimensões emocionais, sociais e econômicas da dependência, de modo a propor soluções que considerem a realidade de mulheres em diferentes contextos. O estudo tem como objetivo final contribuir com a reflexão crítica sobre os entraves que ainda limitam a liberdade feminina, e apontar caminhos viáveis para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e equitativa. Ao reconhecer que a independência financeira não é apenas uma questão econômica, mas de cidadania, dignidade e liberdade, esta pesquisa reafirma a importância de ações concretas e transformadoras que garantam às mulheres o direito de viver sem submissão e com pleno exercício de sua autonomia.

Palavras-Chave: dependência emocional, liberdade, empoderamento feminino.

O ALCOOLISMO NA MÍDIA: UM ESTUDO DE CASO DA PERSONAGEM HELENINHA ROITMAN EM VALE TUDO

Alana da Silva Ferreira ¹

Kauane Beatriz Ferreira Soares ¹

Josimara Cardoso de Souza ²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O alcoolismo, reconhecido pela Organização Mundial da Saúde como um transtorno que afeta milhões de indivíduos no mundo todo, é frequentemente influenciado pelas representações midiáticas, que moldam percepções sociais sobre o vício. Este estudo tem como objetivo uma análise da personagem Heleninha Roitman, da telenovela Vale Tudo, como um caso marcante da representação do alcoolismo feminino na televisão brasileira e nas redes sociais. A trajetória de Heleninha mostra a complexidade da dependência alcoólica, marcada por vulnerabilidade emocional, conflitos familiares e traumas pessoais. A personagem ilustra como crenças disfuncionais (Beck, 1997) e relações interpessoais instáveis (Kernberg, 1984) podem favorecer a continuidade do vício e tornar o processo de recuperação mais difícil. Além disso, destaca-se o duplo estigma enfrentado por mulheres alcoólatras, que sofrem tanto pela dependência quanto

pela transgressão de normas de gênero, conforme discutido por Moscovici (1978) no contexto das representações sociais. Ao abordar o alcoolismo com profundidade e sensibilidade, Vale Tudo contribui para a desconstrução de estigmas e para a promoção da saúde mental, reforçando que o vício não deve ser interpretado como falha moral, mas como uma condição clínica que demanda tratamento, suporte psicológico e acolhimento (Miller, 2014; Marlatt & Donovan, 2005). A ficção, nesse sentido, revela-se uma ferramenta relevante para a educação e transformação social.

Palavras-Chave: representação social; gênero; saúde mental.

O GRITO PRESO NA GARGANTA: A CRIANÇA, O TRAUMA, E O MAIO LARANJA

Um olhar sobre o papel do marketing na psicologia e a urgência da conscientização social

Larissa Sauer Ribeiro ¹

Josimara Cardoso de Sousa ²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

No dia 18 de maio, uma menina chamada Araceli Crespo, que com apenas 8 anos foi sequestrada, violentada e assassinada, na cidade de Vitória, Espírito Santo. Araceli foi raptada, drogada, violentada física e sexualmente por vários dias, antes de ser morta e ter seu corpo desfigurado por ácido e abandonado em um terreno baldio. A origem do maio laranja, está ligada ao “caso Araceli”, que por muitos anos ficou impune, mas após a sociedade e as entidades de proteção se sensibilizarem com as atrocidades feitas com Araceli, criou-se então no dia 18 de maio, o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A cada hora, três crianças são abusadas no Brasil. Apesar dessa realidade alarmante, apenas 7,5% dos casos chegam a ser denunciados às autoridades. A maior parte permanece no silêncio, um silêncio que protege o agressor e prolonga o sofrimento da vítima. Diante disso, o maio laranja surge como um mês de mobilização contra a violência sexual infantil. Quando combinadas, essas áreas podem criar mensagens fortes, visivelmente marcantes e emocionalmente impactantes, capazes de romper a indiferença e despertar a ação. Enfrentar a violência sexual infantil exige mais do que ações isoladas: exige campanhas urgentes, contínuas e impactantes. O marketing social é uma ferramenta poderosa para levar a psicologia além dos consultórios, transformando o “grito preso na garganta”, em denúncia, acolhimento e proteção. O choque visual e emocional não é inimigo da empatia, muitas vezes, é a ponte necessária para que a sociedade finalmente veja o que sempre esteve diante dos olhos. Que o maio laranja inspire não

apenas reflexão, mas também ação: nas escolas, instituições e cuidadões que podem e devem participar ativamente dessa luta, tendo um olhar mais amplo sobre como ajudar e como identificar os sinais de alerta.

Palavras-Chave: maio laranja, combate, violência sexual, marketing social, psicologia.

O PERVERSO E O COMPORTAMENTO PERVERSO NA PSICANÁLISE

Washyngton Oliveira de Jesus ¹

Lindcélia Cristina dos Santos ²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O presente trabalho, oriundo do projeto da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo fazer um diálogo entre estrutura psíquica e o comportamento perverso sob a luz da psicanálise. O levantamento bibliográfico utilizado se fundamenta em alguns escritos de Freud e psicanalistas contemporâneos, os quais falam de uma perversidade que começa no desenvolvimento psicosssexual. Segundo a teoria freudiana a mente é composta por três instâncias: o id, que representa aos impulsos do inconscientes buscando a satisfazer desejos imediatos mesmo em raciocínio de suas consequências; o ego, que muitas vezes busca a satisfação do id e determina a consequência da realidade mesmo cedendo em certas partes dos desejos mas os analisando antes de acontecer; e por fim, o superego, que busca o padrão social com limites morais e éticos sem ultrapassar ou violar as leis mantendo a consciência. Nesse sentido, quando há desajustes na mediação do ego ou na formação do superego, os impulsos do inconsciente do id podem manifestar-se de forma inadequada apresentando comportamentos que dá para descrever como perverso. Sendo assim, na literatura psicanalítica a perversão tem vários sentidos, os quais se manifestam ao longo da vida do indivíduo, antes mesmo de se tornar uma estrutura psíquica, pois essa primeira estaria ligada à própria sexualidade humana.

Palavras-Chave: Psicanálise; perversidade; desenvolvimento psicosssexual.

O REFLEXO DE NARCISO: DO MITO A PATOLOGIA

Kamylla Fernandes de Matos ¹

Josimara Cardoso de Souza ²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O mito de Narciso, contado por Ovídio em *Metamorfoses*, traz à tona a figura de um jovem de beleza incomum, tão encantadora que cativava todos ao seu redor. Porém, essa mesma beleza alimentava nele um ego inflado, marcado pela vaidade e pelo desprezo constante pelos sentimentos alheios. Como forma de punição, a deusa Nêmesis intervém: em um dia qualquer, enquanto caminhava por uma floresta, Narciso encontra um lago. Ao se inclinar sobre a água, vê seu próprio reflexo e, sem perceber que se trata de si mesmo, apaixona-se pela imagem que ali surge. Tenta tocá-la, mas tudo o que consegue é ver a imagem se desfazer com o movimento da água. Tomado por uma paixão impossível e pela frustração de não alcançar o objeto de seu desejo (ele mesmo), acaba definhando, até morrer. Essa história serve de metáfora poderosa para refletirmos sobre o narcisismo. Mais do que um conto antigo, o mito aponta para o perigo de um amor-próprio levado ao extremo, capaz de isolar o indivíduo, romper laços com o outro e, em última instância, levar à desintegração do eu. Na psicologia contemporânea, o indivíduo com o transtorno de personalidade narcisista possui um padrão generalizado de grandiosidade (em fantasia ou comportamento), necessidade por admiração e falta de empatia, que começa na idade adulta jovem e está presente em diversos contextos”. Tal como Narciso, pessoas com esse transtorno tendem a tratar os outros como meios para fins próprios, mantendo relações rasas e voltadas à autoafirmação. A tensão entre o encantamento por si mesmo e a dificuldade de se conectar com o outro revela uma estrutura psíquica complexa. Por isso, o mito continua atual: ele nos faz pensar sobre os riscos do narcisismo na vida moderna, um tempo em que a valorização do individualismo, em muitas situações, flerta perigosamente com o egoísmo e a superficialidade. Refletir sobre os limites entre autoestima saudável e narcisismo patológico é essencial para compreendermos melhor as formas de nos relacionarmos conosco e com o mundo à nossa volta.

Palavras-Chave: narcisismo; amor-próprio; relacionamentos.

O SILÊNCIO POR TRÁZ DA SALA DE AULA: BURNOUT EM PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS

Vitor Cesário Campos ¹

Josimara Cardoso de Souza ²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O Burnout, ou síndrome do esgotamento profissional, é um distúrbio ocupacional que afeta especialmente professores universitários devido às altas demandas do ambiente acadêmico, como cobrança por produtividade, excesso de trabalho burocrático e falta de reconhecimento. Essa síndrome não só impacta a saúde mental dos docentes, mas também compromete a qualidade do ensino superior, gerando efeitos em cadeia, como a desmotivação de alunos e a perda de excelência acadêmica. A pesquisa justifica-se pela crescente incidência de Burnout entre professores universitários e seus efeitos negativos, que incluem desde a redução do engajamento docente até prejuízos à formação discente, afetando toda a comunidade educacional. A falta de políticas institucionais eficazes para saúde mental agrava o problema, uma vez que muitas universidades não oferecem suporte psicológico adequado ou programas de prevenção. Isso torna urgente a discussão sobre estratégias de enfrentamento, tanto no âmbito individual quanto organizacional. O estudo tem como objetivo geral analisar o impacto do Burnout em docentes universitários, identificando causas, consequências e formas de prevenção. Os objetivos específicos incluem investigar fatores de risco (como pressão por publicações e longas jornadas), avaliar efeitos na saúde (como ansiedade e depressão), discutir impactos no ensino (como queda na qualidade das aulas) e propor intervenções baseadas em evidências, como capacitações em gestão do estresse. O Burnout é resultado de estresse crônico no trabalho, com raízes em fatores institucionais (sobrecarga de tarefas, falta de autonomia) e individuais (perfeccionismo, dificuldade em estabelecer limites). A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) surge como ferramenta eficaz, auxiliando no manejo da síndrome ao promover mudanças de pensamento e comportamento, como a reavaliação de crenças disfuncionais sobre produtividade. Metodologicamente, a pesquisa utiliza abordagem qualitativa por meio de revisão bibliográfica, analisando artigos científicos e livros extraídos de bases como SciELO e Google Acadêmico. Os dados são organizados conforme as dimensões do Burnout (exaustão emocional, despersonalização e redução da realização pessoal), priorizando causas, consequências e estratégias de enfrentamento, como reestruturação organizacional.

Palavras-Chave: Estresse Ocupacional; Saúde Mental; Burnout.

OLHOS QUE NÃO VÊEM, OUVIDOS QUE NÃO ESCUTAM: QUANDO O SILÊNCIO GRITA

Alex Junior Chiaramonte ¹

Lindcéia Cristina dos Santos ²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

Falar sobre suicídio continua sendo um grande desafio, atravessado por medo, desconforto e silêncio, mesmo diante de sua crescente presença em todas as idades e contextos sociais, por isso, a presente pesquisa busca investigar os efeitos do silêncio na constituição da subjetividade destacando a função da linguagem e os processos de

simbolização do sofrimento psíquico. Como proposta de trabalho de conclusão de curso, a pesquisa, em andamento, articula diferentes campos como: psicanálise, sociologia e filosofia para compreender como a ausência de escuta e de espaços legítimos para falar sobre a dor afeta tanto o indivíduo quanto a coletividade. O silêncio sobre essa temática reforça tabus e estigmas sociais, morais e religiosos, impede que o sujeito encontre um espaço seguro e confiável para expressar sua dor, elaborar o luto e/ou refletir sobre pensamentos de morte, resultando em isolamento, melancolia e dificuldade de dar sentido à própria experiência. De acordo com o material teórico, quando a dor não encontra palavras, ela se manifesta em sintomas, repetições ou, em casos extremos, na passagem ao ato. Assim, a psicanálise, enquanto abordagem psicológica dentro do campo da psicoterapia, contribui oferecendo um espaço de acolhimento para que a dor seja nomeada, elaborada e transformada em experiência simbólica, sem reduzir o fenômeno a estatísticas ou explicações simplistas. O estudo também evidencia a dimensão social do suicídio: a falta de pertencimento, vínculos afetivos fragilizados e ausência de reconhecimento coletivo aumentam a vulnerabilidade do indivíduo e dificultam a criação de estratégias preventivas. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica qualitativa e teórica, permitindo integrar conceitos desses campos do conhecimento e compreender como o silêncio cultural e discursivo impacta a subjetividade e os vínculos sociais. Logo, considera-se que abrir espaços de fala, valorizar a palavra e construir redes de escuta não é apenas uma questão clínica, mas também social e ética. O suicídio, portanto, deve ser compreendido como um fenômeno multifacetado, atravessando dimensões individuais, sociais e simbólicas, e exigindo escuta, simbolização e construção de sentido. Este estudo contribui para fortalecer o debate sobre a importância da linguagem, do reconhecimento e do acolhimento na prevenção do suicídio, mostrando que, muitas vezes, aquilo que está à vista — a dor, o sofrimento, o pedido de ajuda — permanece despercebido, como se a sociedade estivesse “cega” diante das sombras do sofrimento, reforçando a necessidade de trazer à luz experiências antes invisibilizadas.

Palavras-Chave: suicídio; simbolização; subjetividade; psicanálise.

OS EFEITOS DO BULLYING NA COMUNIDADE ESCOLAR: UMA ANÁLISE SOCIAL

Alex Junior Chiaramonte ¹
 Gabrieli Camili Camargo ¹
 Laudvone Nunes da Silva ¹
 Natan Greick Pedroso da Silva ¹
 Magno Rafael Miranda Santos ²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O fenômeno do bullying constitui-se como uma das expressões mais relevantes da violência no contexto escolar, afetando de maneira significativa tanto a vítima quanto o ambiente coletivo de aprendizagem. Este trabalho tem como objetivo central analisar os efeitos do bullying na comunidade escolar, destacando suas implicações cognitivas, emocionais e sociais, bem como refletir sobre as possibilidades de intervenção que promovam um espaço educacional mais seguro e saudável. Para tanto, o estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica articulada com uma análise estatística de caráter qualitativo, buscando compreender a incidência e os impactos dessa prática em diferentes contextos escolares. O bullying, em sua essência, caracteriza-se pela repetição de comportamentos agressivos, intencionais e desprovidos de justificativa aparente, manifestando-se por meio de agressões físicas, verbais, psicológicas, sociais ou virtuais. Tal prática encontra raízes na dinâmica das relações interpessoais e, em muitos casos, reflete padrões de violência internalizados, onde o agressor, em algum momento, também foi alvo de hostilidades. Esse ciclo de violência contribui para a perpetuação de condutas destrutivas dentro do corpo social escolar, reforçando hierarquias de poder e marginalizando indivíduos considerados “fora do padrão”. No Brasil, o tema ganhou maior visibilidade após episódios trágicos como o “Massacre do Realengo”, que expôs a gravidade das consequências da exclusão social e do bullying sobre indivíduos já acometidos por transtornos psíquicos. Nessa perspectiva, compreende-se que, embora o bullying não seja a única causa de atos extremos de violência, funciona frequentemente como gatilho emocional em sujeitos vulneráveis, cujas respostas comportamentais são moduladas pelo ambiente em que estão inseridos. Assim, evidencia-se a importância de compreender o fenômeno não apenas em sua dimensão individual, mas sobretudo como um reflexo das interações grupais e da cultura escolar. Outro aspecto abordado é o cyberbullying, forma de violência potencializada pela internet e redes sociais, que amplia o alcance e a intensidade das agressões ao extrapolar os limites físicos da escola. Esse tipo de intimidação digital expõe vítimas a constrangimentos públicos, humilhações e exclusões virtuais, agravando os danos psíquicos e reforçando sentimentos de insegurança e isolamento. A pesquisa reforça que o estudo do bullying sob a ótica da psicologia social é fundamental para compreender como o ambiente influencia os comportamentos humanos e como a construção de habilidades sociais pode atuar como estratégia preventiva. A partir desse entendimento, torna-se possível propor intervenções que envolvam não apenas a vítima, mas também o agressor e toda a comunidade escolar, favorecendo um processo de conscientização e mediação de conflitos. Promover a informação entre pais, professores e alunos é essencial para desconstruir práticas violentas e consolidar um espaço escolar de acolhimento, respeito e cooperação. Portanto, os resultados apontam que enfrentar o bullying exige uma abordagem coletiva e interdisciplinar, que una estratégias educativas, acompanhamento psicológico e fortalecimento da cultura de paz. Somente assim será viável transformar a escola em um ambiente de prosperidade, segurança e desenvolvimento integral, reduzindo os efeitos devastadores dessa prática sobre a saúde mental e o convívio social.

Palavras-chave: Bullying; Comunidade escolar; Psicologia social.

POR QUE NÃO SE CHORA MAIS? A DESSACRALIZAÇÃO DO LUTO NA ERA DA PRODUTIVIDADE

Luana Scariot ¹

Lindcélia Cristina dos Santos ²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O presente estudo busca construir uma reflexão sobre o luto e sua transformação na sociedade. O material teórico utilizado fundamentou-se no trabalho de psicanalistas contemporâneos que dialogam entre o luto, como um conceito e um estado, juntamente com os atravessamentos sociais desses, especialmente pela negação da dor em favor de uma vida feliz o tempo todo. Sendo assim, ritos tradicionais de despedida, que ofereciam suporte psicológico através do compartilhamento coletivo da dor, foram substituídos por uma abordagem burocrática e acelerada da morte. Na modernidade, a medicalização transferiu os processos fúnebres para instituições hospitalares, enquanto a pressão produtivista reduziu o luto a mero "desvio de rota" no mundo corporativo, com relatos frequentes de pessoas que retornam ao trabalho imediatamente após enterros. A superficialização digital também preocupa, transformando memórias afetivas em posts efêmeros que simulam, mas não substituem, o trabalho psicológico do luto. A premissa do pensamento: o luto e sua dessacralização, resulta em consequências graves como: o aumento de casos de luto complicado e depressão pós-perda revela o custo emocional de não termos tempo para elaborar nossas perdas. Na literatura, há iniciativas promissoras como políticas de licença-luto mais humanizadas e grupos de apoio presenciais, que visam resgatar a dimensão terapêutica e acolhedora do luto coletivo. No entanto, tais licenças ainda não são plenamente efetivas, sendo necessárias melhorias em sua implementação, extensão e adequação às reais necessidades dos enlutados. Conclui-se que a reconstrução de ritos significativos em torno da morte constitui desafio urgente para a psicologia contemporânea, exigindo a criação de espaços que permitam o exercício saudável da dor e da memória.

Palavras-Chave: Processo de Luto; Dessacralização; Sociedade contemporânea.

PROTEÇÃO QUE MARCA

Maria Elizabete Alexandre ¹

Josimara Cardoso de Souza ²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

Este estudo faz parte de um Trabalho de Conclusão de Curso que está em andamento e tem como objetivo compreender os impactos psicológicos das medidas protetivas de urgência na vida de mulheres vítimas de violência doméstica, analisando tanto os benefícios quanto as consequências emocionais decorrentes desse processo. As medidas protetivas, previstas pela Lei Maria da Penha, constituem um recurso jurídico essencial para interromper o ciclo de agressões e garantir segurança imediata, mas seus efeitos ultrapassam a proteção física, alcançando dimensões emocionais e sociais que marcam profundamente a experiência das vítimas. A metodologia adotada é qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica de artigos científicos, livros, legislações e pesquisas atuais nas áreas da Psicologia e do Direito, com ênfase em produções da última década. Esse percurso permitiu identificar que a proteção legal, embora traga sensação inicial de alívio e amparo, também desencadeia sentimentos de medo, ansiedade, insegurança e ambivalência em relação ao agressor, sobretudo quando há dependência afetiva ou financeira. Em muitos casos, a medida representa um divisor de águas, pois ao mesmo tempo em que promove empoderamento e sinaliza ruptura com a violência, pode reativar traumas, provocar dúvidas e fragilizar vínculos familiares, aumentando o sofrimento psicológico. A análise também evidencia que a eficácia das medidas está diretamente ligada à atuação de uma rede de apoio intersetorial que envolve órgãos de segurança, assistência social e saúde. A articulação entre esses serviços é essencial para que a proteção seja integral e não se limite ao afastamento físico do agressor. Nesse contexto, destaca-se o papel do psicólogo como fundamental, uma vez que a escuta qualificada e o acolhimento profissional possibilitam à mulher ressignificar a experiência, recuperar autoestima, fortalecer autonomia e desenvolver estratégias de enfrentamento. A psicoterapia é compreendida como espaço de reconstrução, permitindo à vítima elaborar os impactos emocionais da violência e transformar a vivência de proteção legal em oportunidade de crescimento e recomeço. Conclui-se que as medidas protetivas são imprescindíveis no combate à violência doméstica, mas sua efetividade depende do suporte psicológico e social oferecido às vítimas. É necessário compreender que a proteção que marca não deve ser apenas um registro jurídico, mas um processo transformador sustentado por políticas públicas eficazes, rede de apoio estruturada e acompanhamento psicoterapêutico, para que a mulher esteja não apenas fisicamente protegida, mas também amparada emocionalmente e fortalecida em sua trajetória de vida.

Palavras-chave: Violência doméstica; Medidas protetivas; Mulher; Efeitos psicológicos; Rede de apoio.

RAÍZES DA ESCUTA: SILÊNCIO, PRESENÇA E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NA INFÂNCIA

Inês Martins de Araújo ¹

Dayane Aparecida do Nascimento Cardoso ²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

Este trabalho é uma revisão científica que explora a importância da escuta, do silêncio e da presença para o desenvolvimento da inteligência emocional na infância. A pesquisa utiliza uma abordagem interdisciplinar, combinando conhecimentos da psicologia, neurociência, filosofia e estudos culturais. O objetivo é mostrar como as primeiras relações e experiências moldam a mente, o corpo e a memória das crianças. O estudo demonstra que cada experiência de acolhimento, ou a falta dele, impacta o sistema nervoso e a subjetividade infantil. Isso afeta diretamente a capacidade da criança de autorregular suas emoções, de desenvolver empatia e de construir resiliência. A neurociência evidencia que o cérebro, com sua grande plasticidade, é moldado pelas experiências vividas, enquanto a psicologia mostra que a percepção e o corpo são fundamentais para a formação da subjetividade. A relação entre corpo e mente é vista como inseparável, pois emoções e memórias surgem de mudanças corporais e das redes neurais. A psicologia do desenvolvimento ressalta que um ambiente seguro e o acolhimento materno são essenciais para a saúde mental. Por outro lado, a filosofia contemporânea alerta que a vida acelerada e a falta de silêncio prejudicam os vínculos humanos. Em conclusão, o acolhimento, o silêncio e a presença não são apenas práticas afetivas, mas experiências que moldam a identidade e o pensamento. A inteligência emocional não deve ser vista como uma característica individual, mas como resultado de interações sociais e culturais que valorizam o equilíbrio entre a fala e o silêncio, a presença e a ausência. Isso garante que as crianças tenham condições melhores para desenvolverem-se de forma saudável, empática e resiliente, fortalecendo os laços sociais.

Palavras-Chave: Infância; Inteligência emocional; Psicologia.

A INVISIBILIDADE POR TRÁS DO BAIXO DESEMPENHO: CONSEQUÊNCIAS DA DEPRESSÃO PARA COLABORADORES E ORGANIZAÇÕES

Gleibson da Silva Gomes ¹

Jamille Oliveira Carvalho ²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A depressão é um transtorno mental incapacitante, caracterizado por rebaixamento do humor, apatia e desregulação emocional, podendo levar à perda do prazer nas atividades

cotidianas e, em casos graves, ao risco de suicídio. Seus sintomas se manifestam de forma física e mental, incluindo insônia, ansiedade, irritabilidade, dores físicas, desmotivação e queda no desempenho. No contexto organizacional, a depressão compromete o bem-estar dos colaboradores e reduz significativamente a produtividade, além de aumentar o risco de afastamentos e acidentes de trabalho. Trata-se de uma condição multifatorial, com causas genéticas, ambientais, psicológicas e sociais, que resulta em absenteísmo, queda de desempenho e, em situações mais graves, afastamento definitivo do trabalho. Diante disso o psicólogo organizacional busca Compreender os impactos da depressão no ambiente organizacional, analisando suas consequências tanto para o indivíduo quanto para a instituição, destaca-se a importância de ações preventivas, da promoção da saúde mental no trabalho e do papel estratégico do psicólogo organizacional nesse processo. Com base em pesquisa bibliográfica os resultados evidenciam o crescimento expressivo dos afastamentos por depressão nos últimos anos. Conclui-se que as organizações precisam investir em estratégias de prevenção, suporte psicológico e na criação de ambientes mais humanizados e acolhedores, capazes de promover o bem-estar, fortalecer a motivação e reduzir os impactos negativos da depressão sobre colaboradores e instituições.

Palavras-Chave: Depressão; Trabalho; Psicologia organizacional.

SEXUALIDADE ENTRE JOVENS: ENTRE O TABU, A INFORMAÇÃO E A CONSCIENTIZAÇÃO

Larissa Sauer Ribeiro ¹

Magno Rafael Miranda Santos ²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

Ao longo da história, a sexualidade passou por mudanças significativas em sua compreensão e expressão social. No período colonial e no início da República, era restrita ao âmbito do casamento e associada unicamente à procriação, reforçando padrões morais rígidos: às mulheres cabia o papel de guardiãs do recato e da família, enquanto a promiscuidade masculina era naturalizada e socialmente aceita. Com o avanço do século XX, tais paradigmas começaram a ser questionados, mas o tema ainda permanecia cercado por tabus. Atualmente, na era digital, a sexualidade tornou-se mais discutida, porém ainda desperta preconceitos, dúvidas e desafios de conscientização. Este estudo buscou investigar como o acesso à informação influencia a sexualidade de adolescentes e jovens. A pesquisa foi realizada em duas escolas municipais da cidade de Embu das Artes, São Paulo, abrangendo cerca de 500 estudantes com idades entre 12 e 18 anos. Os resultados revelaram que 68% dos

alunos buscavam informações sobre sexualidade, mas apenas 36% recorriam aos pais como principal fonte. Observou-se ainda que 30,6% iniciaram a vida sexual antes dos 15 anos e somente 47,7% faziam uso regular de preservativos. Esses dados evidenciam preocupações relacionadas às infecções sexualmente transmissíveis e à gravidez precoce. Conclui-se que, embora a sexualidade esteja cada vez mais presente nas redes sociais e em debates públicos, persistem barreiras culturais e familiares que dificultam a orientação segura e crítica. Muitos jovens acabam recorrendo à internet como principal recurso, o que pode resultar em informações fragmentadas ou distorcidas. Nesse sentido, a pesquisa reforça a necessidade de fortalecer a educação sexual em ambientes escolares e familiares, promovendo um diálogo aberto e livre de preconceitos, capaz de favorecer escolhas mais conscientes, prevenir riscos e consolidar práticas de saúde sexual responsáveis entre adolescentes e jovens.

Palavras-Chave: Sexualidade; Juventude; Educação Sexual; Conscientização.

TPAS: ENTRE A PSICOPATOLOGIA E A CRIMINOLOGIA

Julia Isabela Rodrigues Isaias ¹

Leticia Maria Araujo Dourado ¹

Viviane Moraes de Aguiar ¹

Josimara Cardoso de Souza ²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O transtorno de personalidade antissocial (TPAS) é uma condição psicológica complexa que se caracteriza por um padrão persistente de desprezo e violação dos direitos dos outros. Esse transtorno é frequentemente associado a comportamentos impulsivos, manipuladores e antissociais, que podem incluir mentiras frequentes, engano, agressividade e desrespeito pelas normas sociais. Indivíduos com TPAS podem demonstrar uma notável falta de empatia e remorso, o que os torna incapazes de compreender ou se importar com os sentimentos de outras pessoas. As causas do TPAS são multifatoriais, envolvendo uma combinação de fatores genéticos, ambientais e sociais. Estudos sugerem que traumas na infância, como abuso físico ou emocional, podem contribuir para o desenvolvimento do transtorno. Além disso, a influência de fatores genéticos e neurológicos, como anomalias em áreas do cérebro responsáveis pelo controle de impulsos e regulação emocional, também desempenham um papel importante. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5-TR) estabelece critérios específicos para a identificação do TPAS. Para que o diagnóstico seja feito, é necessário que o indivíduo tenha pelo menos 18 anos de idade e apresentar um padrão generalizado de desrespeito e violação dos direitos alheios, começando antes dos 15 anos de idade, esse padrão é demonstrado pela presença de pelo menos 3 dos seguintes sinais e sintomas, como não conformidade com normas sociais, engano de

outros para benefício próprio, impulsividade, irritabilidade e agressividade, desrespeito imprudente, irresponsabilidade consistente e ausência de remorso após prejudicar os outros. Casos criminais envolvendo indivíduos diagnosticados ou com fortes indícios de Transtorno de Personalidade Antissocial têm sido amplamente documentados na literatura forense e na mídia. Esses casos ajudam a ilustrar, de forma concreta, os comportamentos associados ao transtorno. Um dos exemplos mais notórios é o caso de Jeffrey Dahmer, conhecido como “O Canibal de Milwaukee”. Dahmer foi responsável pelo assassinato de 17 jovens entre os anos de 1978 e 1991, nos Estados Unidos. Além dos homicídios, ele praticava atos de necrofilia, canibalismo e experimentos cruéis com as vítimas. Avaliações psicológicas indicaram fortes traços de transtorno de personalidade antissocial, evidenciados pela total ausência de remorso, comportamento manipulador e planejamento meticuloso dos crimes. Outros casos similares envolvem criminosos como Ted Bundy e Richard Ramirez, cujos perfis também apresentam características consistentes com o TPAS. Em comum, esses indivíduos compartilham traços como egocentrismo, frieza afetiva, mentira patológica e histórico de comportamento violento desde a juventude. Embora nem todo indivíduo com TPAS se envolva em crimes graves, esses casos extremos demonstram como o transtorno pode estar associado a comportamentos de alto risco, principalmente quando combinado com outros fatores como distúrbios neurológicos ou histórico de abuso severo na infância.

Palavras-Chave: transtorno; antissocial; comportamento.

VIDAS À MARGEM: O ABISMO SOCIAL SOB O OLHAR DA PSICOLOGIA

Thailon Gouvêa de Avelar ¹

Liz Natielli Santana da Silva Lira ²

¹ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O presente estudo foi construído a partir da disciplina de Psicologia Social II, no curso de Psicologia da Faculdade Eduvale, com o objetivo de analisar a partir de revisão bibliográfica a pobreza e a exclusão social no Brasil, identificando seus impactos na vida dos indivíduos e o papel da Psicologia na compreensão e no enfrentamento dessas questões. A pobreza e a exclusão social configuram-se como Fenômenos complexos e estruturais, que vão além da ausência de recursos materiais, afetando a dignidade, o bem-estar psíquico e o sentimento de pertencimento social. Essas condições, agravadas pela negação de direitos e pela falta de oportunidades, repercutem diretamente na saúde mental, gerando sofrimento ético-político e intensificando desigualdades. Nesse cenário, a Psicologia assume papel fundamental ao reconhecer que tais problemáticas demandam

intervenções que ultrapassem o atendimento individual e alcancem dimensões coletivas e estruturais. A literatura destaca a importância de práticas interdisciplinares, políticas públicas integradas e fortalecimento dos vínculos comunitários como estratégias essenciais para promover equidade, justiça social e inclusão. A atuação de psicólogos, articulada com outros atores sociais, como profissionais da saúde, educadores, gestores públicos e a própria comunidade, é indispensável para desenvolver ações eficazes e sustentáveis. Dessa forma, a Psicologia, comprometida eticamente com a transformação social, pode contribuir significativamente para a redução das desigualdades e para a melhoria das condições de vida da população em situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave: psicologia; pobreza; desigualdades.

ZOOTECNIA

CARACTERÍSTICAS MORFOLÓGICAS DO NELORE E SUA RELEVÂNCIA PARA A TERMORREGULAÇÃO EM AMBIENTES

Thayane Ingrid Galdino da Silva ¹

Ana Carolina Passos ¹

Gustavo Gabriel Ferreira ¹

Douglas Henrique Silva de Almeida ²

¹ Discente do Curso de Zootecnia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Zootecnia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O Brasil possui um enorme potencial no mercado de carnes. O país detém o maior rebanho comercial do mundo e é o segundo maior produtor global, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. Estima-se que aproximadamente 80% do rebanho bovino de corte no Brasil seja composto por animais Nelore ou “anelorados”, o que destaca a relevância dessa raça para a pecuária nacional, principalmente devido à sua grande capacidade de adaptação a diferentes condições climáticas. Dessa forma, torna-se muito valioso o estudo e o conhecimento das características morfológicas associadas à termorregulação e à rusticidade que os zebuínos possuem, especialmente em raças como o Nelore. Este trabalho tem como objetivo discutir a morfologia e as vantagens da criação de bovinos da raça Nelore em relação ao clima tropical, demonstrando como essas características influenciam a capacidade do animal de manter a homeotermia, bem como a qualidade e o rendimento produtivo, preservando e favorecendo a regularidade de seu bem-estar e desempenho zootécnico. Para a construção deste estudo, foram analisados artigos científicos e revisões de literatura obtidos por meio do Google Acadêmico, explorando de forma objetiva a eficiência produtiva de bovinos da raça Nelore, sua facilidade de adaptação a diferentes climas e a relação dessa adaptabilidade com o mercado de produção de carne. Segundo os autores consultados, a criação de bovinos em ambiente tropical depende do potencial genético e dos fatores biológicos, juntamente com as mudanças fisiológicas que o organismo animal regula para melhorar sua sobrevivência no meio. Nesse contexto, as características morfológicas herdadas da raça são de grande importância para a adaptação dos zebuínos ao ambiente, sobretudo em comparação com raças taurinas ou não adaptadas. Estruturas como pelame claro e curto, epiderme fina e pigmentada, barbela bem desenvolvida, glândulas sudoríparas em maior quantidade e a presença de órgãos internos menores são os principais responsáveis pelo alcance do conforto térmico. Esses atributos permitem melhor refração e proteção contra a radiação solar, além de favorecerem a dissipação e a redução na absorção de calor. O Nelore constitui-se como a base genética predominante na pecuária de corte brasileira, sendo amplamente adotado como padrão zootécnico de referência nacional

devido a seus atributos produtivos e adaptativos. Dessa forma, reforça-se cada vez mais a importância da seleção de indivíduos com maior capacidade de termorregulação, visando garantir no futuro a qualidade, a sustentabilidade, o bem-estar animal e a produtividade da pecuária em países tropicais, onde as condições ambientais são, muitas vezes, adversas e desafiadoras.

Palavras-chave: pecuária; termorregulação; zebuínos.

COMPORTAMENTO DE BOVINOS DE CORTE PARA BURLAR O ESTRESSE TÉRMICO PELO CLIMA

Luana da Silva Prati ¹

Thonny Christian Almeida de Oliveira ¹

Daniel Martins de Oliveira ¹

Douglas Henrique Silva de Almeida ²

¹ Discente do Curso de Zootecnia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Zootecnia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

A pecuária de corte no Brasil tem grande relevância econômica, sendo o país um dos maiores produtores e exportadores de carne bovina do mundo. A maior parte do rebanho bovino nacional é criada em sistemas a pasto, o que expõe os animais diretamente às variações climáticas, como calor intenso, longos períodos de seca e mudanças bruscas de temperatura. Esses fatores afetam o comportamento, a saúde e o desempenho dos bovinos, gerando preocupações crescentes entre produtores e técnicos. Este estudo tem como objetivo compreender como os bovinos de corte reagem ao estresse térmico causado pelo clima, principalmente pelo calor, identificando os comportamentos adotados para aliviar esse desconforto. Além disso, busca-se apresentar estratégias que possam ser aplicadas nas propriedades para melhorar o ambiente de criação, favorecendo o bem-estar e a produtividade dos animais. A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica, utilizando livros sobre comportamento animal, publicações da Embrapa, artigos científicos e teses acadêmicas disponíveis em plataformas como Google Acadêmico e Scielo. Também foram consultadas revistas especializadas e materiais de universidades brasileiras. Os estudos apontam que os bovinos adotam comportamentos naturais para lidar com o calor, como a busca por sombra, a redução da movimentação nas horas mais quentes do dia, o aumento do tempo em posição deitada e a preferência por locais com vento ou presença de água. Esses comportamentos ajudam os animais a reduzir o estresse térmico e conservar energia. Quando têm acesso à sombra, seja natural (árvores) ou artificial (coberturas simples, como sombrite), os bovinos apresentam maior conforto térmico, melhor desempenho e ganho de peso, pois não precisam gastar tanta energia tentando se resfriar. Outras estratégias eficazes incluem o manejo em horários mais

frescos e a oferta constante de água limpa e fresca. O uso de tecnologias como sensores e câmeras também é destacado como ferramenta para monitorar o comportamento dos animais, possibilitando ao produtor tomar decisões mais precisas para garantir o bem-estar do rebanho. Conclui-se que o estresse térmico é um dos principais desafios enfrentados pela pecuária de corte, especialmente em regiões de clima quente. Se não for manejado adequadamente, pode comprometer a saúde dos animais e gerar perdas econômicas. No entanto, ao observar e interpretar os comportamentos naturais dos bovinos, é possível adotar medidas simples, como sombreamento, fornecimento de água em abundância e de qualidade, cuidado com o manejo em horários adequados promovendo um ambiente mais confortável aos animais. Isso resulta em maior bem-estar animal, melhor desempenho zootécnico e produção mais eficiente e sustentável.

Palavras chaves: água limpa; conforto térmico; produção á pasto.

CUIDADOS INICIAIS COM PINTINHOS DE CORTE, AMBIÊNCIA E MORTALIDADE

Milleny Gabriely da Costa Florão ¹
Eryck Soares dos Santos ¹
Susiane Aguilar Viniski ¹
Douglas Henrique silva de Almeida ²

¹ Discente do Curso de Zootecnia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Zootecnia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O Brasil atualmente é um dos maiores produtores e exportadores de carne de frango, sendo assim, há uma grande demanda pela criação dessas aves. Apesar disso, muitos produtores ainda enfrentam dificuldades logo nas primeiras fases da vida das aves. Os índices de mortalidade, que segundo a literatura são aceitáveis de até 3%, muitas vezes ultrapassam esse valor devido a falhas que poderiam ser prevenidas com ajustes simples no manejo. Esses problemas geralmente envolvem cuidados básicos, como ambiência e nutrição inadequadas nos primeiros dias de vida. O objetivo deste trabalho é revisar a temática e abordar os manejos iniciais com pintainhos, mostrando como eles podem melhorar a saúde e a produção, aplicando cuidados essenciais como a preparação adequada do ambiente, manejo correto, temperatura controlada e alimentação equilibrada, visando ao desenvolvimento saudável das aves e otimizando a criação de forma eficiente, a fim de reduzir a mortalidade e garantir um bom desempenho produtivo das aves desde o início do lote produtivo. Para isso, foi realizado um estudo revisando, por meio de pesquisas bibliográficas para explorar informações voltadas à avicultura de corte. A plataforma utilizada foi o Google Acadêmico, que direcionou as pesquisas para as orientações práticas sobre o manejo inicial dos frangos de corte. Dentre os materiais encontrados, grande parte foram artigos e manuais de boas práticas, que são utilizados em propriedades avícolas. Os resultados obtidos indicam que os principais problemas ocorrem nos primeiros dias de vida dos pintinhos,

ou seja, especialmente nas primeiras 72 horas de vida. Esses problemas estão geralmente relacionados a falhas como aquecimento inadequado, má ventilação, alta umidade nas camas e no piso, água suja e mal distribuída. Todos esses fatores resultam em pintinhos fracos, vulneráveis e suscetíveis a doenças. Já quando o manejo é realizado corretamente, com aquecimento adequado, utilizando lâmpadas ou placas de aquecimento corretamente posicionadas, ventilação eficiente, troca de camas e manutenção da umidade ideal do ambiente, além de garantir água limpa e fresca, os pintinhos se desenvolvem de forma mais saudável. Eles apresentam bom consumo alimentar e ganho de peso, o que demonstra que estão se alimentando bem e se adaptando positivamente ao ambiente. Contudo, é na fase inicial de vida dos pintinhos que são exigidos os maiores cuidados, pois, a negligência nessa etapa, comprometerá a produção e o sucesso futuro. A redução da taxa de mortalidade, maior uniformidade no lote e frangos bem desenvolvidos são alguns dos benefícios desse cuidado.

Palavras-chave: frango de corte, mortalidade e pintainhas.

DOMA SEM EMBOCADURA (BITLESS): FUNDAMENTOS CIENTÍFICOS, BEM-ESTAR E APLICABILIDADE PRÁTICA

Luana da Silva Prati ¹

Michaela Schreiner Gauer ²

Thyanne Caroline Pereira Munhoz Gonçalves^{2,3}

¹ Discente do Curso de Zootecnia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Viva Cavalo, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

³ Docente do Curso de Zootecnia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

Historicamente, a equitação sem embocadura foi prática comum em diversas culturas, utilizando rédeas, comandos corporais e vocais para comunicação entre cavalo e cavaleiro. Embora o uso de embocaduras tenha se tornado predominante por conta da padronização do adestramento e das competições formais, nas últimas décadas observa-se o ressurgimento da doma "Bitless", reinterpretada à luz da ciência e das demandas por bem-estar animal. Essa modalidade emprega cabeçadas que transmitem comandos por pressão em pontos específicos da cabeça, como dorso nasal, mandíbula e nuca, sendo exemplificada por modelos como side-pull, cross-under, hackamore americano e mecânico, ajustáveis ao temperamento, nível de treinamento e finalidade da atividade. O estudo consistiu em revisão narrativa de literatura (2000–2025) em Scielo, PubMed e CAB Abstracts, utilizando descritores em português e inglês, priorizando estudos comparativos entre modalidades com e sem embocadura e pesquisas sobre efeitos clínicos, fisiológicos, comportamentais e desempenho equino, além de documentos normativos de federações e associações. Evidências indicam que a doma "bitless" reduz lesões orais, melhora a eficiência respiratória, diminui sinais de estresse comportamental e fisiológico, incluindo frequência cardíaca e instabilidade postural. Contudo, o uso inadequado, especialmente de modelos com maior alavancagem, pode causar desconforto e pressão excessiva, exigindo conhecimento técnico do cavaleiro.

Assim, a doma sem embocadura configura alternativa promissora para práticas equestres éticas e sustentáveis, embora desafios como padronização de equipamentos, riscos de uso incorreto e restrições regulatórias ainda limitem sua adoção. Recomenda-se avanço em protocolos validados, desenvolvimento de cabeçadas ergonomicamente otimizadas e análises comparativas de desempenho esportivo, consolidando o “bitless” como prática cientificamente fundamentada no manejo equino.

Palavras-chave: Equitação; equino; bem-estar animal.

EFEITOS DAS INSTALAÇÕES NA CRIAÇÃO DE AVES

Emili Diovana Santos Lourenço ¹

Danilo Souza Luís da Costa¹

Jane Quele Feitosa França¹

Douglas Henrique Silva de Almeida²

¹ Discente do Curso de Zootecnia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Zootecnia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

O Brasil é referência mundial em avicultura, sendo o segundo maior produtor de carne de frango do mundo. Além da avicultura de corte, o país também é um grande produtor de ovos. Para que a produção continue sendo recorde e com qualidade, é necessário que os aviários contenham uma excelente infraestrutura. Em geral, os aviários precisam ter às condições ideais de manejo, tendo em vista, alimentação, conforto nas instalações e biossegurança. O objetivo deste trabalho foi analisar as instalações utilizadas na criação de aves e os efeitos que essas estruturas podem exercer sobre a produção e o bem-estar animal. A partir disso, buscou-se compreender a rotina das aves, descritas nos materiais, para avaliar de que forma o ambiente influencia sua qualidade de vida, produtividade e bem-estar ao longo de todo o ciclo de criação. Desta forma, esta revisão bibliográfica, buscou utilizar artigos pesquisados no google acadêmico, como informações sobre o bem-estar animal em instalações avícolas. As palavras chaves: “bem-estar animal”, “instalações”, “avicultura” foram utilizadas para nortear a pesquisa. Foram selecionados dois sites e dois artigos científicos que abordam o tema de forma recente. Dentre os principais problemas no manejo de aves, estão relacionados a alimentação inadequada, instalações mal projetadas e falta de controle das variáveis ambientais. Oferecer ração apenas uma vez ao dia prejudica o consumo e o crescimento das aves, sendo recomendado alimentar ao menos duas vezes ao dia, com dieta adequada para cada fase. Problemas como comedouros e bebedouros mal posicionados, sujos ou em altura errada também afetam o bem-estar e nutrição das aves. Além disso, ambientes mal ventilados, com temperaturas extremas, excesso de poeira e amônia, e falta de limpeza favorecem doenças respiratórias e infecções. Os artigos recentes mostram, que as péssimas condições dos aviários, geram redução na produção de ovos, alterações comportamentais e doenças. As pesquisas demonstram que grande parte dos problemas

estão relacionados a instalação, e na falta de granjas funcionais, no controle de temperatura, umidade e ventilação. Outra abordagem encontrada é a higiene de comedouros e bebedouros, fator que tem penalizado o conforto térmico e o bem-estar animal, fatores fundamentais para o sucesso da produção avícola. Contudo, as recomendações de forma geral, estão voltadas para o uso de equipamentos adequados, que façam o controle correto das variáveis climáticas, para reduzir a mortalidade, melhorar a biossegurança e o bem-estar das aves.

Palavras-chave: bioclimatologia aviária, mortalidade e produção.

EFEITOS DO ESTRESSE TÉRMICO NA PRODUÇÃO DE LEITE

Luan Almeida Silva ¹

Ana Luiza de Carvalho Lopes ¹

Douglas Henrique Silva de Almeida ²

¹ Discente do Curso de Zootecnia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000.

² Docente do Curso de Zootecnia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço Eduvale. Rua Caiçara número 2114, Centro, Jaciara, Mato Grosso, Brasil. CEP: 78.820-000

RESUMO

Grande parte do território brasileiro está localizado em regiões tropicais, onde se observa a predominância de altas taxas de temperatura e umidade. Essas condições climáticas causam alterações dos parâmetros fisiológicos e comportamentais dos animais, gerando o estresse térmico. Esse estresse causa grande impacto negativo nos índices reprodutivos e produtivos dos animais, provocando grandes perdas econômicas. Desta forma, esta revisão objetiva analisar os principais efeitos do estresse térmico em vacas leiteiras submetidas a condições de altas temperaturas. Para isso, foi realizada uma revisão de trabalhos, pesquisados no Google Acadêmico, utilizando revistas científicas voltada para a análise dos efeitos do estresse térmico em vacas leiteiras e suas consequências fisiológicas, comportamentais e produtivas. Além disso, foram retiradas informações de artigos científicos, que falam sobre os efeitos na produtividade do gado leiteiro causado pelo estresse térmico. Dentro dos trabalhos pesquisados, são descritos pelos autores, a diminuição na produção leiteira, à redução na ingestão de alimentos, baixa no sistema imunológico e na fertilidade das vacas. Ainda são descritos o aumento do intervalo de partos, comprometimento da capacidade da vaca de dissipar calor para o ambiente, redução da qualidade do leite e dos sólidos totais. Além disso, ambientes quentes e úmidos, apresentam aumento na proliferação bacteriana e um potencial risco de infecção. Por sua vez, isso abre espaço para outras doenças como a mastite e problemas no casco. Para minimizarem os efeitos negativos do estresse térmico em vacas leiteiras, algumas medidas podem ser colocadas em prática. Entre as principais estão o fornecimento regular de água fresca e limpa, ambientes ventilados e sombreados, ajustar o horário de manejo, realizando as atividades com os animais em horários com temperaturas amenas, como de manhã e no final da tarde, reduzir a

quantidade de animais nos piquetes ou instalações, favorecendo o conforto térmico e a redução de transmissão de doenças, tornado o ambiente mais saudável, confortável e produtivo. Contudo, compreender os impactos do calor excessivo sobre o gado leiteiro é essencial para a eficiência da produção e o cuidado com a saúde dos animais. As altas temperaturas, existentes em grande parte do território brasileiro, exigem do produtor medidas eficazes para minimizar os efeitos do calor, focando no bem-estar e na adaptação dos sistemas de criação às condições ambientais locais.

Palavras-chave: conforto térmico, leite a pasto; onda de calor.